

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ANAMARIA MELO MEDEIROS

**FAZ ESCURO MAS EU CANTO: Disputa Territorial e Resistência
Camponesa no Engenho Barra do Dia, Palmares – PE**

**RECIFE
2017**

ANAMARIA MELO MEDEIROS

**FAZ ESCURO MAS EU CANTO: Disputa Territorial e Resistência Camponesa no
Engenho Barra do Dia, Palmares – PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Espaço Agrário e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes

Coorientador: Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves

RECIFE
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

M488f Medeiros, Anamaria Melo.
Faz escuro mas eu canto : disputa territorial e resistência camponesa no Engenho Barra do Dia, Palmares - PE / Anamaria Melo Medeiros. – 2017.
164 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes.
Coorientador : Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2017.
Inclui referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Trabalhadores rurais. 3. Camponeses – Revoltas. 4. Resistência ao governo. 5. Conflitos. 6. Campesinato. I. Gomes, Rodrigo Dutra (Orientador). II. Gonçalves, Claudio Ubiratan. III. Título.

918 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-146)

ANAMARIA MELO MEDEIROS

FAZ ESCURO MAS EU CANTO: Disputa Territorial e Resistência Camponesa no Engenho Barra do Dia, Palmares – PE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 28/08/2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco -UFPE

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano (Examinador Externo)
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof. Dr^a Laeticia Medeiros Jalil (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Dedico este trabalho a todos os que materializaram e materializam a resistência.

Em especial Miquésia Queiroz, minha amiga, que partiu pra construir o mundo que acreditava que me tornou mais forte e me fez compreender muito mais de resistência do que pôde imaginar.

Aos camponeses e camponesas que lutam todo dia para permanecer ou conquistar um pedaço de terra e aos que em geral são teimosos e acreditam que há possibilidades na construção de espaços-lugares-territórios em que a vida e a natureza tenha mais valor que o lucro.

Seguiremos!

AGRADECIMENTOS

Saber ser grata, verdadeiramente, com todo meu coração foi e é um processo. Na correria das pressões diárias, dos prazos, compromissos muitas vezes a gratidão acaba não sendo exposta tanto quanto deveria ou como a gente gostaria que fosse. Sendo assim, digo com bastante verdade que esta é a parte mais bonita do trabalho: reconhecer que ele não foi feito de maneira individual e agradecer a todo mundo que botou um pouco de amor, energia, conhecimento e fé no que estava proposto. O processo de “estar me tornando” pesquisadora é algo que sem mais mãos jamais seria iniciado.

À Deusa, aos deuses e orixás que dão suporte, fortalecem e emanam axé em todos os momentos. À Iansã, rainha dos raios, mãe de luz e guia que orienta, aquece o coração e protege. Todo amor, respeito e gratidão.

Agradei, agradeço e sempre agradecerei a minha mãe, Ivanete. Finalizo mais uma das minhas maluquices com a certeza que sem o seu suporte e suas orientações quando o negócio apertava nada disso seria possível.

A Anna Aguiar por ser companheira no sentido mais amplo da palavra. Por compreender as ausências e estresse, acalmar esse coração agoniado das angústias da vida adulta, alimentar os projetos e sonhos, me ouvir com atenção e olhar afetuoso de quem é luz em minha vida nessa etapa e em tantas outras que virão. Tu é sorte na vida e daquelas bem grandes!

A Luana Nascimento pela parceria interminável dos estudos para seleção até o fim da dissertação. Pelas horas e horas de conversas intermináveis, pela empatia em todos os momentos, pela torcida mútua de sempre, pelas trocas tão grandiosas, tanto acadêmicas quanto de vida e pelo carinho que só quem é de verdade entende. Como já nos falamos várias vezes: ainda bem que a gente se teve nesse processo!

Agradeço também à nave-mãe, com quem dividi os dias bonitos, os dias difíceis e a construção de uma família que não tem conta sanguínea, mas uma afinidade de outros tempos: Alef, Carol, Bianca e Mirele. Pelas conversas decoloniais, pela quebra de padrões, de regras. Pelo amor trocado, pelo apoio dado, por tantas conversas na cozinha, tanto engrandecimento na vida, pelo aprendizado no (e) coletivo e por me fazerem todo dia acreditar que um mundo mais bonito é possível e que resistência se aprende todo dia, na prática. A gente continua na luta por nós e por tudo que verdadeiramente acreditamos!

A Deomaci e Pedro que somaram nesse processo, dividiram comigo pilhas de prato, esparadrapos, um spray laranja, muitas conversas sobre o que é ser mulher e sobre machismo, que deram suporte, se dispuseram a ouvir, entender e mudar pra ser melhor. A pureza e a verdade de vocês me encanta todo dia.

A Bira que foi e é orientador para além dos muros da Academia, pela parceria de sempre, que através da disciplina revolucionária incentiva, troca e busca entender os processos. Minha admiração e minha gratidão sempre, por acreditar, me fazer acreditar e continuar “nunca reverenciando”.

Grata demais a Rodrigo Dutra que topou a empreitada de orientar esse trabalho, que ouviu, ensinou, aprendeu e construiu junto comigo. Um passo de cada vez e sigamos. Queria deixar registrado aqui nos autos que este foi o trabalho realizado pelos virginianos menos virginianos do planeta!

Cacá e Laetícia, por contribuírem enquanto banca e por toparem participar. O convite foi feito também pela admiração profissional e exemplo de que é possível essa academia que a gente tenta construir.

Ao Coletivo LEPEC pela construção diária, pela vivência, pelos textos debatidos, conversas, rocks e risadas. Xando, Thiago, Vitor, Dinho, Juliana, Luann, Alice, Izabela, Chica, Bruna, Mari, Renatinha, Plácido, Tonha, Diego, Claudemir, Fabiano, Saraiva, Saulo e Esdras. É muito massa construir com vocês essa disciplina muito louca e revolucionária!

Em especial Suana Medeiros, Anderson Camargo e Mercedes Sola por serem antes de tudo inspiração. Pela amizade, pelas trocas, incentivo e pela parceria na desconstrução dos muros do que é fazer pesquisa. Acredito demais nessa Geografia menos machista e segregadora, mais revolucionária e emancipatória. Vamos juntas!

A Thais Cavalcanti que compartilha as angústias dessa vida acadêmica, que faz coro e soma na luta pela liberdade, pela igualdade e pela resistência e que foi cobaia na leitura de algumas partes dessa dissertação dando opinião e pitaco de gente grande. Valeu, Pirra!

Aos colegas de turma do PPGEO como um todo e em especial a Pietro Queiroz e Harisson Souza que fizeram desses dois anos mais felizes: torço demais e sempre!

A Comissão Pastoral da Terra nas pessoas de Alanna Silva e Giovani Leão que deram suporte e várias caronas até a comunidade de Barra do Dia, abriram espaço, acolheram, conversaram e sempre foram tão solícitos nas minhas necessidades. Agradeço também a Marilene (Suzy) técnica agrícola que atua na comunidade e se mostrou extremamente disponível para ajudar na realização do trabalho.

Agradeço aos camponeses e camponesas da Comunidade Engenho Barra do Dia que abriram suas portas, sorrisos, histórias, estórias e vivências. Aos jovens que participaram do Residência Agrária que me ajudaram a chegar na comunidade, conversaram, fotografaram e riram das quedas que levei andando pelas estradas do engenho e mostraram que projetos como estes são divisor de água na vida de jovens camponeses. A todos os homens e mulheres que acreditaram na pesquisa, contaram segredos, debateram, foram acolhedores e me ensinaram mais sobre a vida que qualquer outra coisa! Gostaria de poder colocar o nome de todos na pesquisa por que ela é fruto do que vocês são e foi feita pensando em vocês.

Ciente do privilégio que ainda é ocupar uma vaga na Universidade, agradeço também aos trabalhadores e trabalhadoras que contribuíram no financiamento da bolsa de estudos oferecida pelo CNPq. Espero verdadeiramente que não demore muito para todos e todas terem acesso igual a este espaço.

Finalizo como dizia Gonzaguinha:“(...) Aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas e é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá e é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar.”

RESUMO

A presente dissertação procurou compreender a disputa territorial entre o latifúndio canavieiro e camponeses posseiros do Engenho Barra do Dia, município de Palmares, Zona da Mata Sul de Pernambuco. A disputa territorial nos oferece margem para a compreensão do conflito de classes e de territorialidades na região, historicamente marcada pela economia sucroalcooleira. De um lado as terras que ainda estão sob os domínios do latifúndio improdutivo da cana-de-açúcar, e, do outro, os camponeses posseiros, neste caso, ex-trabalhadores rurais do corte da cana, em luta para não serem expulsos do engenho onde moram há décadas e buscando acesso à terra.

Assim, a pesquisa foi desenvolvida na tentativa de compreender como estes sujeitos e sujeitas, a partir da tensão e do conflito, lutam para permanecer em seu território e como materializam a resistência neste contexto. Abordamos, a partir da perspectiva do território, como a formação da região nos permite analisar a existência destes conflitos; e como, a partir da perspectiva do campesinato, estes sujeitos traçam estratégias para resistir neste cenário. Decorremos também sobre a atuação do Estado na manutenção da concentração fundiária e da questão agrária, visto que o projeto de desenvolvimento pautado pelo capitalismo, é o projeto de desenvolvimento também assinado pelo Estado. Por fim, construímos alguns comentários a respeito do processo de luta e resistência pela terra e tecemos algumas sugestões acerca do tema.

Palavras-chave: Disputas Territoriais. Conflito. Resistência Camponesa. Campesinato

ABSTRACT

The present dissertation sought to understand the territorial dispute between the sugar cane latifundium and the peasant owners of the Barra do Dia mill, in the municipality of Palmares, Southern area of the state of Pernambuco. The territorial dispute offers us scope for comprehend the conflict of classes and territorialities in the region, historically marked by the sugar cane based economy. On one side, the lands that are still under the domain of unproductive sugar cane plantations, and, on the other side, the peasants, in this case, ex-rural cane workers struggling not to be expelled from mills where they have been living for decades, and seeking access to this land. Therefore, this research was developed in an attempt to unravel how these individuals, among tension and the conflict, struggle to remain in their territory and how they materialize the resistance in their context. We approach, from the perspective of the territory, how the formation of the region allows us to analyze the existence of these conflicts; and how, from the perspective of the peasantry, these individuals devise strategies to resist in this scenario. We also deal with the State's action in maintaining land concentration and the agrarian issue, since the development project based on capitalism is the same empowered by the State. Finally, we have draw some comments about the process of struggle and resistance for the land and we offer possible resolutions for the matter.

Keywords: Territorial Disputes. Conflict. Peasant Resistance. Peasantry.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | AUTOFAGIA DA CANA | 18 |
| 2.1 | <i>De Zona da Mata à Zona da Cana</i> | 19 |
| 2.2 | <i>Programa Nacional do Álcool e seus rebatimentos</i> | 24 |
| 2.3 | <i>Tendências recentes do Setor Sucroalcooleiro</i> | 25 |
| 2.4 | <i>Atualidade da região</i> | 29 |
| 2.5 | <i>Cidade de Palmares</i> | 36 |
| 3 | DISPUTAS TERRITORIAIS E LUTA PELA TERRA | 43 |
| 3.1 | <i>De que território estamos falando?</i> | 45 |
| 3.2 | <i>Terra enquanto mercadoria x terra como meio de (re)produção da vida</i> | 50 |
| 3.3 | <i>Terra concentrada e a participação do Estado na manutenção da Questão Agrária</i> | 53 |
| 3.4 | <i>Conflitos e lutas pela terra: Alguns apontamentos</i> | 62 |
| 3.5 | <i>Disputas Territoriais e luta pela terra na Zona Canavieira de Pernambuco</i> | 65 |
| 4 | NOTAS SOBRE CAMPESINATO E RESISTÊNCIA | 72 |
| 4.1 | <i>Como a Ciência tem visto o sujeito camponês?</i> | 73 |
| 4.2 | <i>De que campesinato estamos falando?</i> | 80 |
| 4.3 | <i>Resistência Camponesa</i> | 83 |
| 5 | ENGENHO BARRA DO DIA SEUS PROCESSOS | 88 |
| 5.1 | <i>O engenho hoje</i> | 93 |
| 5.2 | <i>A cana é a fome do mundo – O período de trabalho na cana-de-açúcar</i> | 101 |
| 5.3 | <i>Disputa Territorial</i> | 114 |
| 5.3.1 | O conflito dentro do conflito | 120 |
| 6 | FAZ ESCURO MAS EU CANTO – ESTRATÉGIAS (DE) E ENTRAVES À RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE ESTUDADA | 126 |
| 6.1 | Materialidade da resistência | 126 |
| 6.1.1 | Mediação da Comissão Pastoral da Terra | 127 |

| | | |
|---------------|--|-----|
| 6.1.2 | Associação dos Moradores de Barra do Dia e Viola | 127 |
| 6.1.3 | Pré-parcelamento | 131 |
| 6.1.4 | Produção e redes de comercialização | 132 |
| 6.1.5 | Participação da Feira da Economia Solidária | 136 |
| 6.1.6 | Assistência Técnica (ATER Agroecologia) | 138 |
| 6.1.7 | Aquisição de produtos da Agricultura Familiar pelo PNAE | 141 |
| 6.1.8 | Participação das mulheres | 142 |
| 6.1.9 | Residência Agrária e Organização da Juventude | 144 |
| 6.1.10 | Residência Agrária: Educomunicação e Agroecologia | 145 |
| 6.1.11 | Horta Jovem | 148 |
| 6.1.12 | Educação de Jovens e Adultos | 150 |
| 6.1.13 | “Eu não quero sair daqui não” | 152 |
| 6.2 | <i>Dos entraves à resistência</i> | 153 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 156 |
| | REFERÊNCIAS | 159 |
| | APÊNDICE A - SITES VISITADOS | 164 |

1 INTRODUÇÃO

Faz escuro mas eu canto,
 porque a manhã vai chegar.
 Vem ver comigo, companheiro,
 a cor do mundo mudar.
 Vale a pena não dormir para esperar
 a cor do mundo mudar.
 Já é madrugada,
 vem o sol, quero alegria,
 que é para esquecer o que eu sofria.
 Quem sofre fica acordado
 defendendo o coração.
 Vamos juntos, multidão,
 trabalhar pela alegria,
 amanhã é um novo dia.

MELLO, Thiago de. In 'Faz escuro mas eu canto', 1966.

O livro “Faz escuro mas eu canto” que também é título do poema que batiza esse trabalho de dissertação foi escrito durante o exílio do autor no período da ditadura militar no Brasil e é o reflexo da esperança. O poema é bastante conhecido por vários movimentos de luta no Brasil e América Latina, virou canção interpretada por vários artistas dentre estes Nara Leão e Virginia Rosa, e, frequentemente é reproduzido em vivências dos movimentos de luta pela terra.

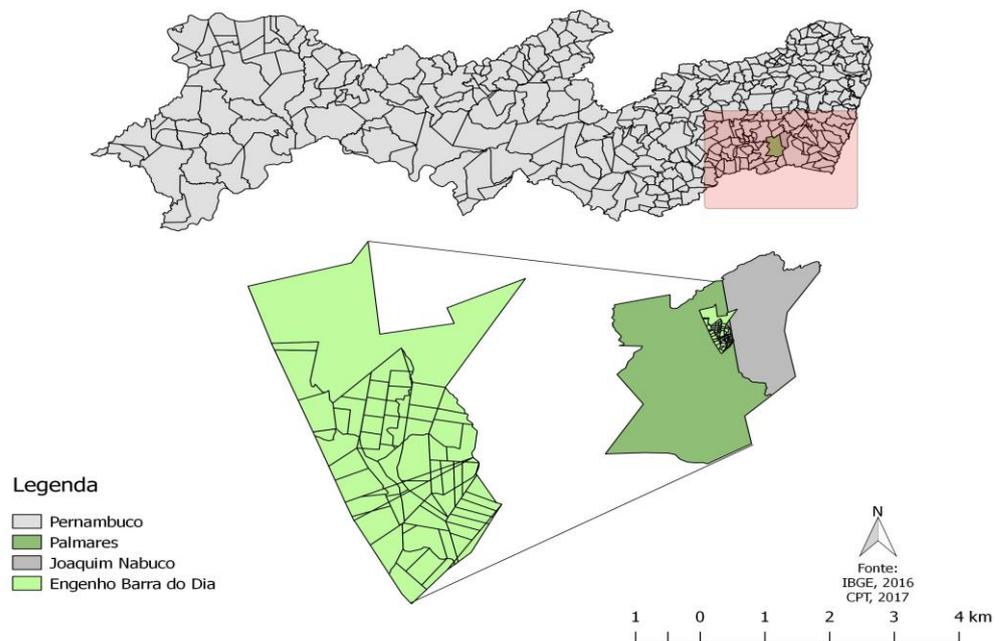
A escolha do uso do poema no título da dissertação se deu primeiro por que o autor foi um poeta-militante das causas sociais, da educação, da luta pela terra e dos povos da floresta, como forma de homenagem. Segundo por que serve de esperança/inspiração, baseada na luta dos camponeses e camponesas, que mesmo diante de contextos quase sempre desfavoráveis, continuam lutando quer pela entrada, quer pela permanência na terra e pela reprodução de seu modo vida.

Faz escuro mas o campesinato continua cantando. Na lona do acampamento, nas articulações políticas, na mobilização social, no assentamento, pelo acesso à políticas públicas efetivas, na manutenção e reprodução do seu modo de vida, na lida na terra, com enxada nas costas. Continua lutando por que a construção que foi e está sendo pautada pelo capital não condiz com o que o mundo lhe representa. Continuam na luta pelos seus companheiros e companheiras que diariamente são mortos pelo poder feroz do agronegócio e não desistem, mesmo com toda a escuridão.

Esta dissertação é resultado da pesquisa desenvolvida durante o mestrado que objetivou analisar, sob a luz da ciência geográfica, as estratégias de resistência camponesa

ocorridas a partir da disputa territorial travada entre o latifúndio e os camponeses e camponesas – posseiros do Engenho Barra do Dia (mapa 1), localizado no município de Palmares, Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Mapa 1 – Localização da área de estudo



Elaboração: Anamaria Medeiros, 2017.

Aqui, entendemos como camponesas as unidades de produção que possuem mão de obra majoritariamente familiar (Fernandes e Welch, 2008). Com isso, o sujeito social denominado como agricultor familiar pelo Estado Lei nº 11.326/2006, é também entendido como camponês. Tal posicionamento constituiu opção político-ideológica na pesquisa pois remete a existência de luta de classes no campo como detalharemos no decorrer do escrito. Entendemos os sujeitos e sujeitas da pesquisa enquanto posseiros pois possuem a terra, visto que vivem nela há décadas, mas não são proprietários pois não possuem certidão de propriedade.

A análise deste conflito nos dá a compreensão de que há diversas territorialidades na região, historicamente marcada pela hegemonia da cana-de-açúcar e que, diante deste cenário, a diversidade destas territorialidades vem sendo apropriada pela territorialização do capital sucroalcooleiro e pelo poder político e econômico dos latifundiários locais. Sendo assim é interessante aprofundar a análise do território, investigar o que ele apresenta de “fissuras”. Quais outras possibilidades de apropriação ele pode conter? Adentrar nesta questão é procurar

expor que há fissuras no território hegemônico do capital, do latifúndio. Aí estão os povos originários, os quilombolas, os pescadores artesanais, camponeses, os faxinalenses, as quebradeiras de coco e tantas outras expressões dessa diversidade de territorialidades.

Conforme explica Fernandes (2010) a territorialidade é algo pertencente ao território e é caracterizada pelas estratégias e práticas para a manutenção de controle no mesmo. Portanto a territorialidade aparece como resultado das relações de poder, assim sendo, dentro de um território podem existir múltiplas territorialidades.

As territorialidades expressam as relações de poder que determinam as configurações territoriais. Elas nos ajudam a identificar quem domina e quem é dominado nos territórios. As territorialidades também estão expressas nas paisagens de modo que seus componentes revelam as relações sociais, políticas e econômicas. (FERNANDES, 2010 apud COCA, 2011, p. 122).

Destarte compreendemos que o território é marcado por relações de poder e isto encontra-se manifestado pela forma como esse poder é exercido no território, seja ele estatal, seja dos latifundiários ou empresas. Oliveira (1992) afirma que o território é (também) síntese contraditória e produto concreto da luta de classes e dessa forma, são, as “relações sociais de produção e processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território”.

Na região Nordeste o setor sucroalcooleiro vem passando por uma recessão na produção iniciada no final do século XIX, deixando de responder como a principal região produtiva do seguimento no país, passando por períodos de crise ocasionada pela queda das exportações e pelo aumento da produção açucareira em São Paulo. Nos anos 90, após um período intenso de secas, ajudado pela desregulamentação do setor e o fim da intervenção governamental, a produção despencou drasticamente. Diante deste cenário, muitos engenhos e usinas faliram e além do desemprego gerado, os poucos usineiros que não decretaram falência, investiam na produção no Centro-Sul.

Em Palmares, especificamente, desde o período supracitado o setor sucroalcooleiro encontra-se em declínio, sendo o comércio muito mais importante para a economia local, do que as usinas. Assim sendo, os trabalhadores e trabalhadoras que historicamente estavam empregados no corte da cana-de-açúcar, viram gradativamente as oportunidades de emprego se esvaírem, e como alternativa migraram para regiões onde ainda era possível o trabalho na cana ou foram para a periferia das cidades onde tornaram-se mão de obra para o comércio ou construção civil. Alguns latifundiários, outrora usineiros da região, que continuaram tentando

permanecer com as atividades no setor, sem sucesso, têm apresentado uma tendência a investir na pecuária, especificamente gado para corte.

No caso de Barra do Dia, a partir falência da Usina NorteSul/Vitória, a comunidade, que, como grande parte dos moradores de engenho, eram empregados no corte da cana-de-açúcar ficaram desempregados e sem alternativas, (visto que a usina a qual estavam vinculados, não cumpriu com a legislação trabalhista no pagamento de seus direitos). Como mecanismo de sobrevivência, iniciaram o plantio para autoconsumo nas terras do engenho de propriedade da mesma. Seguindo a tendência de alguns latifundiários locais, o proprietário da usina passou a cercar as terras na intenção de expulsar os sujeitos residentes e ampliar a criação de gado para corte já iniciada em outras áreas de sua propriedade. Neste cenário nasce o conflito de interesses/territorialidades que buscamos apreender na pesquisa.

O primeiro contato com a realidade vivenciada na comunidade se deu a partir de um relato feito por um agente da Comissão Pastoral da Terra dentro de um seminário organizado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisa sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC/UFPE), para a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelos membros do grupo.

Como nossa intenção era realizar uma pesquisa que servisse de alguma forma ao campesinato, achamos pertinente a aproximação, posto que no trabalho de conclusão de curso da graduação havíamos estudado a resistência pelo viés da Agroecologia em um assentamento; quando a terra já é conquistada e a luta se constrói para a permanência na mesma. Assim nos pareceu interessante tentar construir a compreensão da luta quando a terra ainda não foi conquistada, quando a luta se constrói para que não sejam expulsos do local, uma vez que residem há décadas na comunidade, lá criaram laços, construíram suas casas e seus roçados.

A compreensão das estratégias de resistência criadas pelo campesinato a partir do conflito e da disputa territorial nos instigaram a utilizar o espaço acadêmico como espaço de denúncia e fortalecimento da luta dos menos favorecidos, assumindo a responsabilidade política e social de, a partir da pesquisa, buscar construir conteúdos que somem às modificações necessárias para a construção de uma sociedade menos desigual e que auxiliem a construção de uma universidade menos segregadora e elitista, mais preocupada com “gente” que com máquinas ou lucros, tornando (mais) visíveis a luta e os anseios destes sujeitos e sujeitas.

Acreditamos que a ciência que fica presa às paredes da universidade acaba por perder seu sentido, parece sem vida, sem razão de ser. Aumentar os currículos não nos enche os olhos, precisamos questionar a quem serve nosso papel enquanto pesquisadores e

pesquisadoras. A escrita vem no intuito de dar movimento a vida tanto de quem realiza a pesquisa, como de quem nela é representado, mexer o status quo, causar indignação, indagação. À pesquisa é necessário incomodar, ser transformadora. Precisamos de uma academia que sirva aos camponeses e camponesas, aos povos da floresta, aos quilombolas, as comunidades indígenas, aos pescadores e pescadoras...

A pesquisa foi desenvolvida a partir de leituras das obras que dialogavam com o proposto e do contato direto com os camponeses e as camponesas, posseiros, residentes há décadas na comunidade, que estão sob o risco de expropriação de suas terras. Nesta etapa foram realizadas entrevistas com as famílias camponesas, conversas informais, atividades de campo, visitas as parcelas onde estão sendo desenvolvidas as produções, participação em atividades da associação de moradores e junto com a Comissão Pastoral da Terra, bem como registros fotográficos, tabulação de dados e confecção de croquis junto a comunidade.

A construção do texto foi pensada a fim de demonstrar o que geralmente baseia as disputas territoriais no campo para então adentrarmos na comunidade estudada. Desta forma dividimos a dissertação em cinco partes, sempre tentando trabalhar com o jogo de escalas, partindo da configuração nacional ou estadual para a Zona da Mata de Pernambuco e o município de Palmares.

O primeiro capítulo insere o leitor na construção histórica e econômica da Zona da Mata Pernambucana onde buscamos explicar como a economia sucroalcooleira atua e atuou na região, procurando explicitar a forma como o território foi construído, fazendo um levantamento histórico dos processos aos quais a região foi submetida, buscando demonstrar as bases da estrutura fundiária desigual, do desenvolvimento do capitalismo na região e suas consequências. Demos atenção especial ao período de execução do PROALCOOL e como isso movimentou a região no período, bem como, a partir da reestruturação produtiva do estado e da recessão da economia canaveira no Nordeste, caracterizamos a configuração atual do setor em Pernambuco. Por fim, encurtando a escala de análise demonstrando como a economia encontra-se na Mata Setentrional e no município de Palmares.

Mediante o objetivo da pesquisa, sentimos a necessidade da construção do segundo capítulo pautar a configuração das disputas territoriais e, conseqüentemente a luta pela terra no país. Tratamos da territorialidade e da relação com a terra do campesinato e do capital e buscamos problematizar a atuação do Estado que colabora para a manutenção da questão agrária, estrutural no nosso país e, conseqüentemente com a manutenção dos conflitos e da luta pela terra.

No terceiro capítulo, fizemos uma pequena análise de como o campesinato vem sendo compreendido pela ciência na construção do conhecimento científico, explicando por que estamos adotando o conceito de campesinato em detrimento ao de agricultor familiar e como compreendemos este “sujeito camponês”. Neste capítulo também buscamos refletir sobre os mecanismos desenvolvidos para a resistência camponesa a fim de que servisse como suporte para a apresentação do conflito por nós apresentado.

A partir do capítulo quatro, depois de compilar as informações que eram necessárias para a compreensão da disputa territorial presente na área estudada, apresentamos o Engenho Barra do Dia, baseando-nos nos relatos dos camponeses e camponesas ali viventes, tentando fazer com que quem realize a leitura primeiro tenha uma visão mais focada nos problemas vividos na comunidade e na realidade ali apresentada para num segundo momento entrar no processo de disputa territorial.

O último capítulo da dissertação, no nosso entendimento, é o mais importante, posto que nele traçamos todas as ações que acabam contribuindo para a materialidade da resistência no engenho. Quais são as estratégias usadas pela comunidade, pelas entidades que a assistem e como os camponeses e camponesas do Engenho Barra do Dia têm construído mecanismos para buscar junto aos órgãos competentes a realização efetiva da reforma agrária, o seu acesso (documentado) à terra e se manter no seu lugar, no seu território.

Por último, buscamos construir questões que possibilitem o debate do tema estudado, pensando o que aparece como entrave à reprodução do campesinato e quais as saídas para que estes sujeitos e sujeitas tenham seu território e modo de vida garantidos.

2 AUTOFAGIA DA CANA-DE-AÇÚCAR¹

O canavial é a boca com que primeiro vão devorando matas e capoeiras, pastos e cercados; com que devoram a terra onde um homem plantou seu roçado; depois os poucos metros onde ele plantou sua casa; depois o pouco espaço de que precisa um homem sentado; depois os sete palmos onde ele vai ser enterrado. Trecho do poema “**O rio**” de João Cabral de Melo Neto.

A inserção da cultura da cana no estado começou pelas várzeas do Recife, seguida pelas várzeas do Cabo, e, ajudada pela expansão da atividade e do processo de urbanização do litoral, foi seguindo os vales dos rios, se instalando em toda a região da Mata Atlântica, sendo tal ação ajudada pelos terrenos favoráveis, a facilidade do escoamento de sua produção, mão de obra fácil e mercado garantido para o que fosse produzido.

Porém o setor canavieiro do estado não conseguiu estabelecer um desenvolvimento dinâmico favorável como em outras partes do país, visto que por razões históricas de sua formação, com o passar dos anos, o poder continuou nas mãos das oligarquias latifundiárias onde o monopólio sobre a terra fez com que a região ficasse presa as atividades do setor, inibindo o surgimento de outras atividades econômicas.

A autofagia da cana se materializa quando analisamos a região onde se consolidou o modelo de desenvolvimento baseado na concentração de terras e riquezas, na destruição da natureza, na desigualdade socioterritorial, no conflito entre territorialidades, além de ter o Estado como principal incentivador do modelo de desenvolvimento pautado pela economia canavieira. Logo, é a cana-de-açúcar e tudo que ela desencadeia que devora desde o solo até a possibilidade de desenvolvimento humano e econômico de forma mais equitativa na região onde, até a atualidade, mesmo passando por uma reestruturação produtiva, grande parte dos municípios têm sua economia fortemente vinculada ao setor sucroalcooleiro.

À vista disso, buscaremos neste capítulo compreender como se deu a territorialização da cana-de-açúcar em Pernambuco, pois pressupomos ser base para o entendimento das disputas territoriais atuais. Intentaremos compreender através das bases históricas, como se

¹ O termo utilizado foi retirado do livro Geografia da Fome, lançado por Josué de Castro em 1952, tornando-se um dos livros clássicos para a Ciência Geográfica (e não só). Nele o autor aborda os aspectos relacionados à subalimentação e a fome no Brasil a partir da análise dos hábitos alimentares de determinadas áreas geográficas, considerando a realidade tanto social, quanto econômica a qual o país está submetido. O parágrafo citado e que batiza este capítulo faz referência a área do Nordeste Açúcareiro. “a exploração da cana-de-açúcar se processa num regime de autofagia: **a cana devorando tudo** em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida.” p. 88

deu a formação na Zona da Cana² e como, a partir disto se configuraram e configuram a agroindústria e economia canavieira e a desigualdade socioterritorial ainda presentes, dando corpo para discussão de como se apresentam hoje as disputas territoriais.

Focamos nesta construção por que percebemos que os conflitos existentes na região são desenhados de forma diferente dos que acontecem onde o agronegócio atua de forma mais latente no presente, nos estados que figuram como os maiores produtores de cana-de-açúcar no país.

Não se pretende, contudo, realizar um resgate histórico e geográfico repleto de pormenores, tendo em vista a extensa bibliografia disponível sobre a região, de modo que levantaremos algumas características que se fazem interessantes para a compreensão do que pretendemos traçar na pesquisa.

2.1 De Zona da Mata à Zona da Cana

A formação do território de Pernambuco, assim como a de todo país que foi colônia de exploração, deu-se sob a exploração agrária e está fortemente ligada à cultura da cana-de-açúcar, onde durante séculos o estado carregou o posto de principal produtor do Brasil, sendo tal cultura implementada desde as capitanias hereditárias, perdendo força só em meados do século XX.

O açúcar, cobiçado pelos países europeus, foi o primeiro produto significativo do Brasil Colônia no tocante a exploração comercial, extremamente rentável para Portugal principalmente nos séculos XVI e XVII, dentro do conhecido Ciclo do Açúcar. Sobre a inserção da cultura de cana na região, Castro coloca que os colonizadores

Descobrimo cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, sacrificaram todas as possibilidades ao cultivo exclusivo dessa planta aos interesses da sua monocultura intempéstiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, degradando ao máximo, deste modo, os recursos alimentares da região. (CASTRO, 1957, p.86)

O litoral brasileiro foi escolhido para inserção dessa cultura, vide o solo, clima e a geografia favoráveis para o desenvolvimento do cultivo iniciado na capitania de São Vicente,

² Termo bastante utilizado por pesquisadores e estudiosos da região que no órgãos oficiais é chamada de Zona da Mata, fazendo alusão à Mata Atlântica, bioma original, que foi derrubado para o desenvolvimento do cultivo de cana-de-açúcar em regime de monocultura. A expressão “zona da cana” faz alusão a esta hegemonia da cana-de-açúcar, a paisagem monotemática a qual ficou submetida a região e a economia canavieira que regeu e ainda rege as relações políticas, econômicas e socioterritoriais ali presentes.

seguido pela região nordeste com Pernambuco e Bahia, onde os engenhos se espalharam e houve significativo crescimento econômico, devastação ambiental e social, e onde a estrutura fundiária desde os primórdios é desigual. É deste modo que a plantation açucareira substituiu o extrativismo do pau-brasil e de outros produtos menos rentáveis à coroa portuguesa.

A atividade canavieira no estado foi iniciada no litoral em decorrência dos locais para o escoamento da produção de açúcar que era exportado para Europa e com o início da urbanização na área litorânea e o necessário processo de expansão da atividade, a produção na faixa litorânea foi diminuindo, sendo ampliada na Mesorregião da Mata Pernambucana (figura 1) que atualmente é composta atualmente por 43 municípios, dividindo-se em três microrregiões: Setentrional, Vitória de Santo Antão e Meridional e segundo Andrade, encontra-se quase que em sua totalidade

entre o planalto da Borborema e o Oceano Atlântico, e os tabuleiros ficam ilhados em porções da “formação barreiras” que se estende a pouca distância do litoral, entre as cidades de Goiana e Recife. Ao Sul do Estado, quando a encosta da Borborema se apresenta com direção aproximadamente Nordeste – Sudoeste, a mata é exuberante e sobe as encostas até a atitude mais elevadas. Só naqueles pontos em que a encosta se acha resguardada da influência dos ventos alísios, como ocorre em Limoeiro, é que os papéis são invertidos: lugar de a mata subir a encosta, é a caatinga que desce até às chãs e colinas situadas ao pé da Borborema (ANDRADE, 2005, p.39).

Figura 1: Mapa de Pernambuco com as mesorregiões em destaque



Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2017.

A Zona da Mata acabou por receber a monocultura que se justificava primeiro pela falácia do desenvolvimento, estimulada desde o período colonial, justificando também a concentração fundiária, de renda e consequentemente a condição precária dos sujeitos da região, vítimas da “ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às

consequências (...) de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar.” (Castro, 1957, p. 83)

A forma de exploração colonial a qual a região foi subordinada, assentada na monocultura, no trabalho (inicialmente escravo e posteriormente assalariado, injusto, pois não garantia os direitos trabalhistas), além do uso degradante da terra, na coisificação dos sujeitos e na estrutura fundiária extremamente desigual desde o seu início, reflete na paisagem monotemática, quase que em sua totalidade, do mar de cana, na economia e na sociedade, nos dando base para compreendermos por que hoje, séculos depois, a maior parte da população local encontra-se economicamente estagnada, com condições sociais ruins e níveis de escolaridade ainda muito baixos, mostrando que a estrutura agrária existente desde os primórdios, associada a monocultura da cana-de-açúcar, são responsáveis pelo baixo nível de desenvolvimento humano e continuam beneficiando poucos senhores de engenho pós-modernos como poderemos visualizar nos dados que serão apresentados mais adiante.

Com a difusão do cultivo de cana-de-açúcar, iniciou-se o processo de modernização dos meios de produção e se difundiram os engenhos, propriedades rurais destinadas a fabricação do açúcar. O processo de modernização agrícola na Zona da Mata pernambucana é considerado conservador, pois apesar de assumir novos métodos e incrementar as técnicas, as estruturas social e agrária extremamente desiguais sempre foram mantidas. Por estas questões identificamos mais persistência do que mudança ou modernização de maneira extensa, em que apenas os detentores de capital progrediam e os sujeitos do campo permaneciam sem grandes benefícios.

A forma como estas relações desiguais iam se desenvolvendo na região, era reflexo da sociedade que ali se formara, descrita por Manoel Correa de Andrade como

estruturada em classes, de forma rígida, ficando no ápice a nobreza, dita da terra, os grandes comerciantes e os altos funcionários reais que detinham o poder econômico e político. Essa classe era seguida de outra, denominada média, formada por sítiantes, pequenos proprietários e prestadores de serviços, e de uma classe baixa, constituída por pessoas pobres que também prestavam serviços, mas de forma ocasional, muitas vezes gratuitos. Era a gente “sem eira nem beira”, como se dizia, então. Finalmente havia a grande massa de escravos, em sua maioria africanos adquiridos no continente negro mediante escambo com fumo e aguardente, trazidos pelos tumbeiros para o país, onde eram comercializados. (2001, p.271)

Entendemos que o processo de modernização aconteceu em três etapas. A primeira fica marcada pela difusão da cultura de cana e a consequente estruturação dos engenhos banguês, classificados em reais (também conhecidos como engenhos d'água) e os engenhos de tração animal, conhecidos como trapiches.

A segunda etapa iniciada em meados de 1874 quando começam a ser implementados os engenhos centrais, em decorrência da perda de controle do mercado externo pelos produtores e a concorrência com o açúcar de beterraba produzido na Europa, senhores de engenho com maior poder aquisitivo começam a introduzir tecnologia importada nos seus engenhos com o incentivo do governo imperial, que tentava modernizar a então ultrapassada indústria da cana de Pernambuco. Apesar dos esforços o desenvolvimento desses engenhos ficou prejudicado devido à dependência dos produtos estrangeiros para sua manutenção (tais como maquinário, óleos e peças para reposição) e mesmo produzindo açúcar com boa qualidade, não conseguiram aumentar seu rendimento sendo muitos deles vendidos a usineiros.

Como continuidade das medidas modernizantes entre 1875 e 1890 tem início a terceira etapa, com o surgimento das usinas no desenvolvimento da agroindústria canavieira do estado em substituição aos engenhos centrais. Tais usinas aumentariam a produção através de inovações técnicas, revigorando o modo de produção em grande escala, se utilizando do poder econômico que possuíam os usineiros para barganharem os preços de fornecimento, por vezes fechando as fábricas dos engenhos e aproveitando a posse de suas terras para o cultivo de cana-de-açúcar. O usineiro com mentalidade mais de proprietário de terras que de empresário/industrial, “considera sempre como símbolo de progresso, de prosperidade em seus negócios, aglutinar mais terras em torno da sua fábrica. Assim, vales e municípios outrora pertencentes a muitos donos são hoje propriedade apenas de alguns” (ANDRADE, 1973, p. 60)

Essa absorção pelas usinas das terras dos engenhos aumentou a concentração de terra fortaleceu o desenvolvimento do capitalismo na região e ampliou os números da estrutura fundiária altamente concentrada, fazendo surgir os primeiros conflitos mais diretos que se apresentavam

(...) Como uma verdadeira luta de classes que se aguçou na década de 20 quando caíram os preços do açúcar e, conseqüentemente, da tonelada da cana, que havia alcançado índices bem remuneradores, em consequência da I Guerra Mundial. O usineiro transferia ao fornecedor de cana o ônus da crise, enquanto os dois transferiam ao trabalhador rural. O usineiro não obtinha os lucros esperados com a industrialização, pagava ao fornecedor um preço inferior ou próximo ao custo da produção e o trabalhador tinha uma violenta diminuição do valor real do seu salário, passando a viver na miséria. Usineiros e trabalhadores passaram a lutar entre si, e os trabalhadores nada podiam fazer, visto que o peso das classes favorecidas e do Estado caía sobre eles, impedindo-os até de ser organizarem para defender seus direitos. (ANDRADE, p.71)

Com a crise de 1929 tornou-se mais explícito o problema que a agroindústria

canavieira do Brasil vinha vivendo: a disputa pelo mercado interno, já que o crescimento da produção canavieira/açucareira em São Paulo, intensificada em decorrência dos investimentos dos cafeicultores na formação de usinas e engenhos, apontava para uma redução significativa da importação que o estado fazia do açúcar produzido no Nordeste, particularmente em Pernambuco, o qual já havia perdido o mercado externo desde a segunda metade do século XIX.

A exacerbação da luta vivida nos anos vinte, aumentou a concorrência entre os usineiros, fornecedores e trabalhadores, provocando a intervenção do Estado (e os primeiros acordos entre classes dominantes) na produção açucareira a fim de dar suporte à continuidade ao projeto de desenvolvimento da agroindústria canavieira. No governo provisório de Vargas foram lançados alguns decretos que demonstravam a intervenção direta do Estado na indústria sucroalcooleira, dentre eles a criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) em 1933 visando ampliar a produção e modernização do setor sendo estes processos regulados pelo governo federal, mas nenhuma das tantas medidas e processos impactou tanto a Zona da Mata quanto o Programa Nacional do Alcool.

A região também foi o berço das históricas Ligas Camponesas que, nos anos 1950, impulsionadas pelo Partido Comunista e entidades ligadas a Igreja Católica, “assumiu expressão nacional, tendo a reforma agrária como bandeira de luta, e sendo fortemente reprimida após o golpe militar [...]” (LEITE et al., 2004, p. 52). Constitui-se como palco de fortes embates de caráter trabalhista no meio rural, conduzidos por trabalhadores da cana e outros assalariados rurais.

2.2 Programa Nacional do Álcool e seus rebatimentos

Entre 1973 e 1974 o preço do açúcar perdeu estabilidade no mercado internacional, por conta da queda do consumo mundial e da ascensão na Europa da produção do açúcar de beterraba, coincidindo com a alta dos preços do petróleo em função da descoberta deste não ser um recurso natural renovável. Como o Brasil tinha saído recentemente do “milagre econômico”, encontrando-se com a balança comercial desfavorável e sem conseguir novos empréstimos em vistas à crise mundial e como também importava o petróleo, usou como alternativa incentivar a produção nacional de álcool combustível, lançando o Programa Nacional do Álcool, colocando-o como solução para a economia açucareira do país.

O PROALCOOL tinha com o objetivo expandir a produção nacional de álcool, abrindo novas perspectivas de mercado, sendo criadas linhas de crédito especial para a instalação e ampliação de destilarias e construção de unidades produtivas especializadas na produção do álcool anidro e hidratado. Destaca-se que neste período o IAA teve sua função de órgão planejador da economia açucareira reduzida, pois a coordenação do programa ficou sob responsabilidade da Comissão Nacional do Álcool.

Para garantir mercado consumidor para o combustível produzido, o governo fez acordos com a indústria automobilística que através de incentivos fiscais iniciou a produção de carros com motores a álcool, dando maiores possibilidades para a ampliação de sua produção no país. Com a criação do programa, as usinas dispuseram de maiores recursos para aumentar sua produtividade, decorrendo disto a expansão da cultura da cana por áreas onde ainda não havia sido iniciado o cultivo e pouco favoráveis ao mesmo.

Mesmo com toda a tentativa de aumento das condições para alavancar a produtividade e garantir a comercialização do álcool, o programa efetivamente não aumentou tanto a produtividade e o mesmo continuou a ser gerado sem baixar os custos da produção; além de aumentar o desemprego decorrente da modernização agrícola e do uso de mais tecnologias que não contavam com mão de obra especializada, provocando também a aceleração do processo de proletarização do trabalhador rural, aumento da concentração fundiária, já que expandia a área de cultivo da cana em detrimento as culturas alimentares e aumento do uso de agrotóxicos, fazendo expandir também o assoreamento e poluição dos rios por meio do vinhoto.

Como já salientado no decorrer do texto, assim como todos os fundos, programas e projetos propostos pelo Estado brasileiro para modernização e difusão massiva do capitalismo no campo, o PROALCOOL vem em benefício dos grandes proprietários e usineiros que

diante de facilidades vide financiamentos e política de crédito para obtenção de um produto com preço e mercado assegurados, acabou sendo um ótimo negócio para os que tinham capital necessário para o investimento.

O produto dos investimentos supracitados envolveu maior concentração de renda e da propriedade da terra nas regiões produtoras, pois a pressão exercida pelos beneficiários para “compra” de terra foi enorme, contribuindo de tal modo para a especulação e supervalorização da mesma, tornando o acesso ainda mais difícil a quem contava com poucos recursos, além do crescimento exponencial dos canaviais por áreas de matas naturais (também de restingas e manguezais) e áreas onde se praticava a agricultura camponesa de base familiar que tiveram seus sítios extintos.

Em matéria publicada no Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), em 1980, seu então diretor Luis Carlos Guedes Pinto ao analisar os rebatimentos do PROALCOOL coloca que

os grandes beneficiários do programa tem sido os atuais usineiros e alguns grandes proprietários (...) maior concentração da propriedade da terra nas regiões produtoras de cana-de-açúcar, tanto no Sul como no Nordeste, ampliação da especulação e valorização da terra, tornando o seu acesso ainda mais difícil aos pequenos e não proprietários (...) deslocamento das culturas de subsistência para terras mais distantes e de inferior qualidade (...) aumento das disparidades regionais. (Pinto, 1980)

No geral o Brasil passou pelo processo que se convencionou chamar de modernização da agricultura, através do qual os maiores produtores – que temos ressalvas em classificar como agricultores visto que o trabalho não se dá diretamente na terra, mas através da força de trabalho de terceiros – foram estimulados pelo governo a se transformarem em empresários agrícolas, mediante adoção de métodos e técnicas baseadas na mecanização e uso de insumos agrícolas inspirados pela Revolução Verde em curso, facilitados por financiamentos subsidiados pelo Estado.

2.3 Tendências recentes do Setor Sucroalcooleiro

A década de 80 (entre 1981 – 1985) foi marcada pelo auge da crise do mercado do álcool hidratado até então usado como combustível no Brasil, motivado pelo segundo choque do petróleo (79/80), triplicando seu preço e aconteceu em decorrência da crise fiscal do Estado que fez diminuir os financiamentos direcionados aos antigos e novos empresários do setor, da alta dos preços do petróleo e da crise de abastecimento decorrente da insuficiência de

oferta de álcool hidratado já que sua produção não acompanhou o aumento da demanda e muitos usineiros optaram por aumentar suas exportações de açúcar já que este estava com preço elevado neste período. Em suma, a década de 80 ficou marcada pelo aprofundamento do padrão e crescimento da produção do setor, não implicando nenhuma alteração importante. No final dos anos 80, o fim do PROALCOOL suscitou a falência de vários grupos usineiros na região Nordeste e aumentou a concorrência com o setor sucroenergético que crescia no Sudeste.

Nos anos 90 inicia-se uma relativa desregulamentação do setor, diminuindo a intervenção estatal nas atividades produtivas e no mercado, processo iniciado com a extinção do IAA feita pela Gestão Collor. Com o fim dos incentivos fiscais do PROALCOOL muitas usinas de Pernambuco declararam falência ou migraram seus esforços para áreas em que a indústria sucroalcooleira tinha maiores perspectivas, diminuindo a produção de cana-de-açúcar no estado.

Contudo, durante toda a década, o Brasil expandiu muito sua exportação de açúcar e por sua vez os preços do petróleo oscilavam pouco, nos deixando claro por que a política direcionada ao setor sucroalcooleiro neste período ficou marcada pelo que alguns autores consideram como “sem rumo definido”. Com esse período de recessão, movimentos sociais de luta pela reforma agrária emergem no estado de modo que foram implementados alguns assentamentos coordenados pelo INCRA.

A partir dos anos 2000, com a adoção do “estado mínimo” e com o capital privado patrocinando o agronegócio, o setor vive um crescimento sustentado também pelo aumento dos carros flex, dos preços do petróleo e a maior demanda por agrocombustíveis vendidos midiaticamente como “bio”combustíveis ou combustíveis verdes, advindos da crescente preocupação com as emissões de carbono e do petróleo como “recurso” não renovável. Nesse período tanto foi implementado o Programa Brasileiro de Biocombustíveis (Probiodiesel) em 2002, como iniciou-se um processo de renovação do Programa Nacional do Álcool.

O setor volta a contar com apoio institucional durante o Governo Lula que articula-se e promove o etanol brasileiro. Lula acusou o gestor anterior FHC (1995 – 2003) de “se mostrar insensível à retomada do projeto de produção de álcool combustível e de tratar os empresários do setor sucroalcooleiro como marginais” (Estadão, 2007). Novas linhas de crédito dão suporte à reestruturação de usinas de álcool desativadas e o preço do petróleo faz crescer a demanda pelo etanol brasileiro.

Na gestão de Lula a articulação entre produtores e governo é feita através da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA) e durante as gestões o setor recebeu empréstimos do

BNDES no montante de 28 bilhões de reais, sendo este período considerado pelos estudiosos como o “boom” no setor. O Brasil uniu forças com os EUA e lançou campanha pelo etanol, a fim de estabelecer padrões globais para o mesmo.

Até 2008 o país era o principal exportador mundial, sendo o etanol produzido aqui apresentado como resposta positiva para o aquecimento global. Dentro desse contexto, surge o “desenvolvimento verde” como mais uma falácia do capital para os países em desenvolvimento. Para reforçar a proposta, o governo lança a Política de Desenvolvimento Agroecológico, excluindo os investimentos para o desenvolvimento da monocultura canavieira em ecossistemas muito biodiversos e elaborando planos para que a queimada fosse extinta, sendo adotada a colheita mecanizada.

A crise financeira de 2008 causada a partir da sucessão de falências de empresas nos EUA e na Europa, encontra o setor vulnerável com altos investimentos em unidades não produtivas. A crise diminui o preço do petróleo e freia os investimentos no setor de tal maneira que acelera o processo de investimento do capital estrangeiro no setor sucroalcooleiro. Junto a isto, a descoberta de novas reservas de petróleo no território nacional, o pré-sal, contribuiu ainda mais para preterir a estratégia do etanol.

Os efeitos da crise financeira e do endividamento do país acabam sendo refletidos no crescimento do setor em que uma série de aquisições a partir de então consolidam os estrangeiros e grandes grupos nacionais como dominantes. Este ingresso de capital estrangeiro acaba modificando a base da “açucarocracia”: a estrutura das empresas familiares controladas “hereditariamente” por gerações é substituída por empresas de interesses globais, sendo estas nacionais e estrangeiras.

Como o Partido dos Trabalhadores retoma mais efetivamente a intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo com a política de crescimento econômico que continua na gestão de Dilma Rousseff estreitando laços com o agronegócio, deixando os investimentos deste no setor sucroalcooleiro mais voltados para o Centro-Oeste e Sudeste, sobretudo São Paulo, maior produtor de cana, ficando sua atuação na região nordeste distante, o que suscita o fechamento massivo de usinas, causando crise no setor.

Apesar dos vínculos com o agronegócio, o foco da gestão de Dilma foi o controle da inflação e a Petrobras, o que manteve o preço da gasolina baixo e fez com que o etanol não fosse mais competitivo pois seus preços em muitas vezes não cobriram os custos de sua produção, o que agravou o endividamento do setor. Entre 2014 e 2015 algumas medidas para reanimar o setor foram tomadas, tornando o produto rentável novamente, contudo não longe da crise.

Através da lógica do mercado há uma tendência para que as inovações e projetos se concentrem em regiões onde o agronegócio está mais modernizado: Sudeste, Sul e Centro-Oeste; e neste contexto a demanda esperada de álcool tanto no mercado interno quanto pelo mercado externo, inclui a expansão da área plantada e a instalação de novas e mais modernas usinas nas áreas em que a produção encontra-se com maior potencial.

Neste contexto, a região Nordeste continua produzindo, mesmo que em escala reduzida, ajudada pela reestruturação do setor, que teve como principal estratégia a concentração de sua produção no Centro-Sul, expandindo a área produtora a partir de São Paulo, além de ter sua capacidade também reduzida no tocante a incorporação de novas tecnologias em especial em relação a colheita da cana, devido ao relevo acidentado da Zona da Mata.

Em crítica a gestão de Rouseff,³ o ex-governador do Estado Eduardo Campos (PSB), afirmou que “os produtores que fabricavam álcool passaram a produzir açúcar, depois que mataram o preço do álcool e o preço do açúcar foi lá pra baixo no mercado internacional. Isso fez com que as usinas do Nordeste pagassem um preço muito alto.” (O Globo, 2014)

Segundo dados da CONAB sobre acompanhamento da safra 2016/17, a área colhida de cana-de-açúcar no país será de 9.110, 9 mil hectares sendo a produtividade estimada para safra de 76.232 kg/ha. Deste montante Pernambuco tem participação irrisória nesta soma, visto que a produção encontra-se concentrada na região Sudeste com São Paulo e Minas, seguido do Centro-Oeste com Goiás e o Nordeste aparece com menos de 3% da produção, sendo 2,6% de responsabilidade de Alagoas e 1,9% para Pernambuco.

Essa queda de produtividade tem reflexos óbvios no mercado de trabalho, colocando em jogo ainda a produção de pequenas propriedades e assentamentos que, sem assistência técnica e apoio estatal para produção de alimentos, engrossavam a cadeia produtiva fornecendo cana-de-açúcar para as usinas da região.

Aliado a isto as transformações ocorridas no século XX e XXI, dentre elas a abertura econômica, crise do setor sucroalcooleiro, reestruturação produtiva e o novo impulso para o desenvolvimento de Pernambuco, acabaram por afetar tanto o setor sucroalcooleiro, como as demais atividades produtivas da região que com a queda do dinamismo presente na agroindústria, acaba por ter outras atividades sendo expandidas na região, dentro do que o próprio governo do estado colocou como “Nova Economia de Pernambuco”.

³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-seu-discurso-mais-forte-eduardo-campos-critica-pt-o-governo-dilma-11498319>

Tais mudanças agravam o período de recessão do setor em Pernambuco, que perde competitividade em relação a outros estados e regiões do país e também pelo avanço de outras atividades na região, estimuladas pelos governos estadual e federal. O cenário de reconfiguração econômica pelo qual vem passando a região da mata, feito em moldes desenvolvimentistas com foco nos empreendimentos ligados por exemplo a indústria petroquímica, de alimentos, farmacoquímica e automobilística, não absorveram mão de obra local ou deram condições reais para que os antigos problemas fossem melhorados. Todo esse cenário dificulta ainda mais o acesso à terra, aumenta a disparidade de renda e de estrutura fundiária, alavanca os níveis de insegurança alimentar e pobreza, agravando consideravelmente as condições de vida e prosperidade da população local.

2.4 Atualidade da região

Como já pontuamos anteriormente a região da Mata Pernambucana possui 43 municípios e está dividida segundo o IBGE em 3 microrregiões: Mata Setentrional, com 17 municípios, Microrregião de Vitória de Santo Antão, com 5 municípios e Mata Meridional com 21 municípios.

A base da economia e do desenvolvimento da região como um todo se deu dentro da hegemonia da cana-de-açúcar. No entanto, há em curso uma “remodelação” mais latente na Mata Norte e na região de Vitória, fruto do Plano de Desenvolvimento do estado, iniciado pelo então governador Eduardo Campos³ em que foram implementados, a fim de dar subsídios para o projeto das “regiões de desenvolvimento”, novos arranjos produtivos com a chegada de megaindústrias alimentícias em Vitória como a Kraft Foods, o Pólo Farmacoquímico e a fábrica de automóveis da Fiat na Mata Norte.

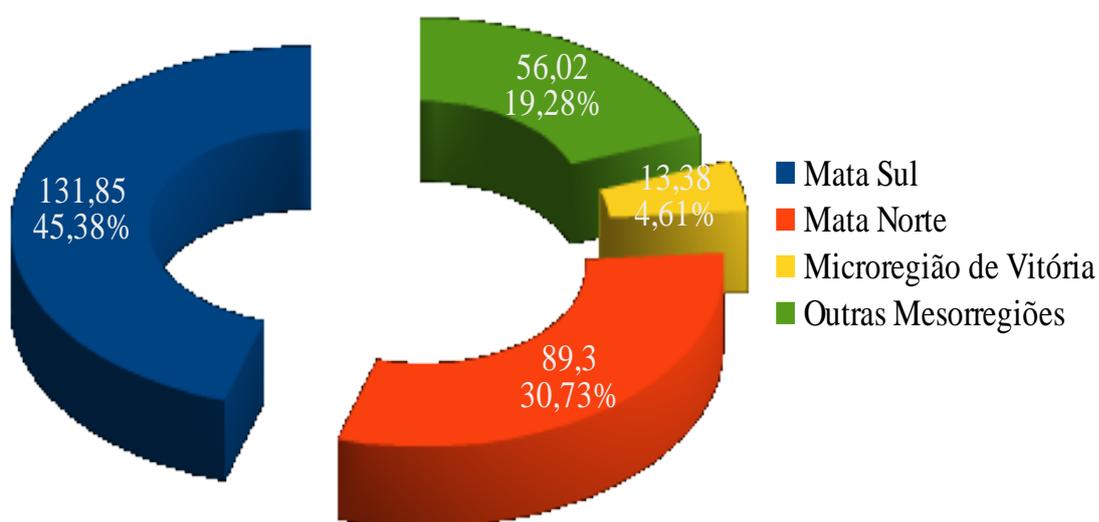
A Mata Sul, apesar de estar inserida também nas regiões de desenvolvimento, tem apresentado uma tendência maior para a ampliação do comércio local, sendo este setor responsável por 10% da mão de obra empregada. Esse panorama comprova o interesse do estado em diversificar a atividade produtiva local, visto o período de recessão produtiva por qual passa a indústria sucroalcooleira de Pernambuco.

Apesar do projeto de novos arranjos produtivos e econômicos, estes estão sendo feitos sem resolver antigas questões engendradas desde a formação da região, decorrentes da economia canavieira. Os dados sobre produção agrícola municipal (Gráfico 1) revelam que a

³ Eduardo Henrique Acioly Campos, neto de Miguel Arraes figura política importantíssima na história de Pernambuco, era filiado ao PSB e foi governador do estado de 2007 até o início de 2014.

atividade sucroalcooleira ainda representa a maior parcela da produção de cana-de-açúcar do estado pois a parte sul da região responde por 45% da produção de cana, a parte norte por 31%, a região de Vitória (apesar de contar com apenas 5 municípios) responde a 5% e as demais regiões juntas somam 19%.

Gráfico 1 - Área em hectares plantados com cana-de-açúcar em Pernambuco, 2015.



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE, 2015. Organização: Anamaria Medeiros, 2017.

Neste tópico especificaremos as características da Mata Sul, visto ser o foco do presente trabalho e no nosso entendimento também se configurar de maneira destoante do que se desenvolvendo da região da mata como um todo.

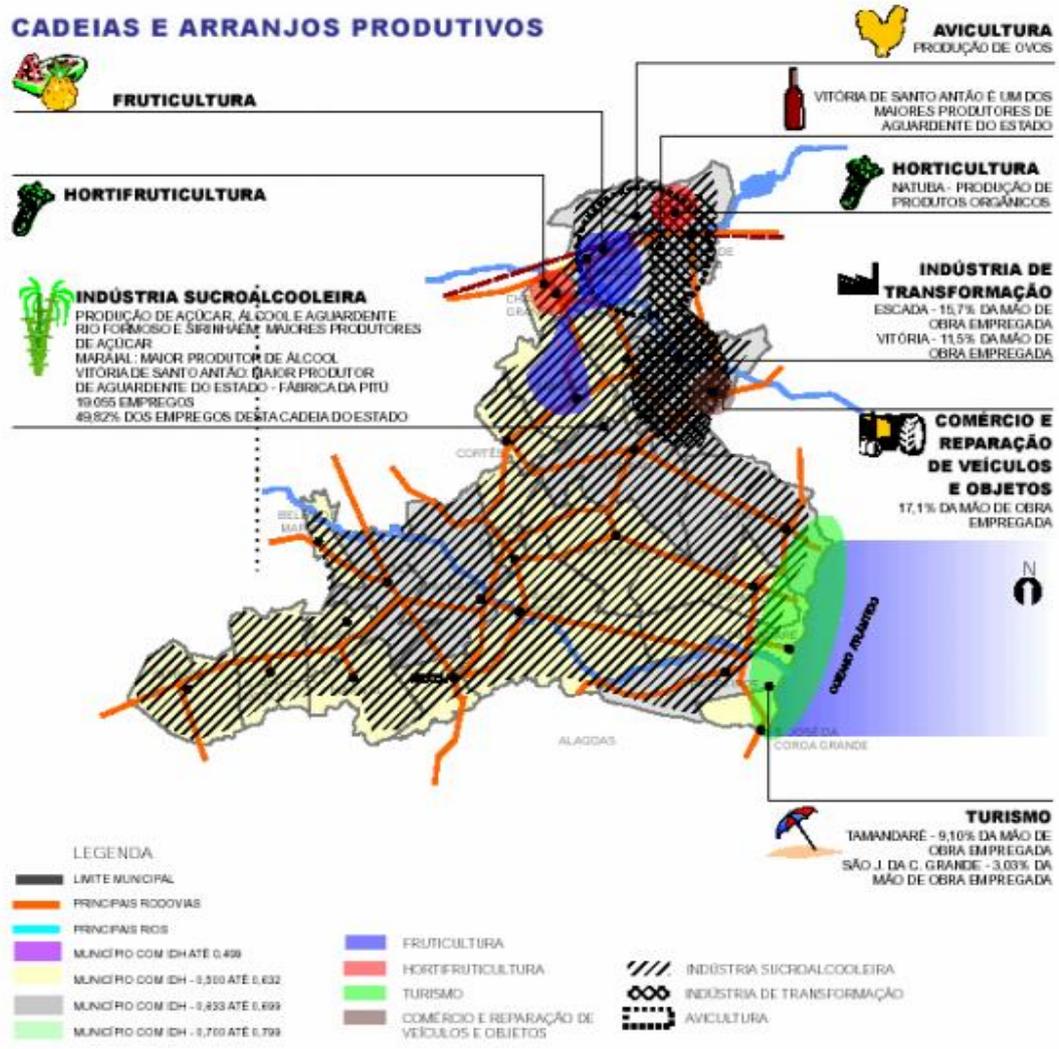
Essa hegemonia do monocultivo de cana na região tem relação direta com a estrutura fundiária, posto que grandes parcelas das terras com cana plantada pertencem as usinas de açúcar e álcool e quando não, há o cultivo da cana em outras propriedades, inclusive em assentamentos de reforma agrária, por que a compra da matéria-prima é garantida pelas usinas.

O Índice de Gini, referente a concentração fundiária na região varia de 0,815 a 0,919 e é elevadíssimo, inclusive se comparado a Pernambuco que apresenta 0,764 e a região Nordeste com 0,811 segundo dados do INCRA. Tal concentração impede que a população rural cresça, se concentrando nas periferias da área urbana e engessa também o rendimento

das famílias rurais devido a sua dependência à economia canavieira, além de expor à vulnerabilidade os grupos sociais em relação ao direito à terra (e ao território). A concentração de terra também impede o acesso a programas sociais como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Minha Casa, Minha vida, pois ambos solicitam o registro formal de posse da terra.

O governo do estado incluiu parte da região de Vitória (a própria Vitória, Pombos e Chã Grande) e os 21 municípios da Mata Setentrional no que batizou por Região de Desenvolvimento Mata Sul que está inserida nas 12 RDs que o estado tem pensado para a dinamização e crescimento da economia estadual. Compreendendo que o avanço da atividade canavieira bloqueou a dinamização da economia e conseqüentemente o desenvolvimento social da região e como não houve potencialização de outras atividades econômicas, o plano do estado para a região é diversificar a produção, incluindo turismo, indústrias, avicultura, fruticultura e comércio. O mapa de diversidade produtiva da RD Mata Sul (figura 2) ilustra o que estamos tentando demonstrar: mesmo com os projetos e tentativas de desenvolvimento econômico menos dependente da econômica sucroalcooleira, há cobertura quase que total do seu território pela cana-de-açúcar.

Figura 2 - Região de Desenvolvimento Mata Sul – Diversidade Produtiva



Fonte: Condepe/Fidem.

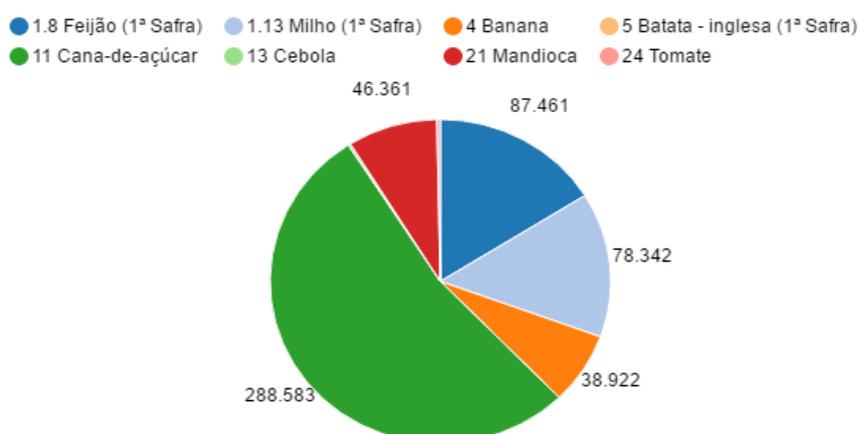
Além da estagnação social e econômica, é sintomática também a insegurança alimentar que aparece como consequência deste deserto verde criado pela cana em que cerca de 17,9% dos moradores vivem em extrema pobreza, o que equivale a 1 em cada 4 pessoas. Não destoando deste dado, a Zona da Mata figura em 3º lugar na lista de insegurança alimentar do estado de Pernambuco segundo dados de 2011 do IPSA⁴, indicando que numa região com condições naturais propícias para o desenvolvimento de policulturas este potencial

⁴ Relatório Técnico de Avaliação da (in)segurança alimentar nas Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, divulgado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, 2011. Disponível em: http://www.der.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=90874565-92cb-4467-bebe-2d79f618eb61&groupId=17459

seja absorvido pela monocultura, inibindo a produção de gêneros alimentícios e comprometendo a segurança e soberania alimentar da população.

Contraditoriamente a este processo, identificam-se também resistência de alguns agricultores que plantam outras culturas, sem deixar de plantar cana, em sua maioria. Mesmo assim, ainda que a diversificação das culturas esteja muito distante do ideal (gráfico 2), entendemos estas brechas no mar de cana como expressões de resistência e fortalecimento da agricultura de base familiar.

Gráfico 2 - Área plantada, colhida e produção Mata Sul/ Pernambuco – Safra 2016



Fonte: Levantamento Sistemático de Produção Agrícola, 2017. Org.: Anamaria Medeiros, 2017.

Salientamos que há processos de ruptura agroecológica em curso na região com o suporte dos movimentos do campo e algumas ONG's que atuam no suporte técnico necessário, buscando dar subsídios ao desenvolvimento real dos sujeitos camponeses, fortalecendo a agricultura familiar através de redes de apoio agroecológico como abordaremos mais adiante.

Explicitando que a insegurança alimentar é fruto do modelo capitalista de agricultura desenvolvido na região, um trecho de Geografia da Fome nos ajuda a reforçar que foi o monocultivo que extinguiu as possibilidades de policultivo.

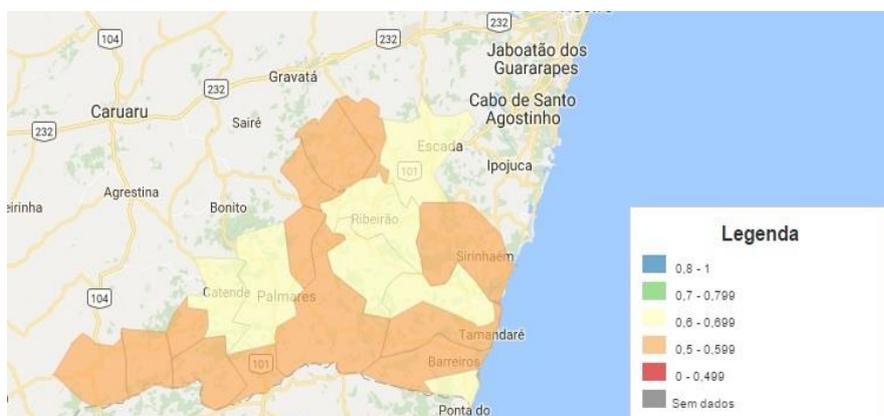
Na paisagem cultural de Palmares, com traços naturais de terra tão bem ajustados às necessidades do homem, vamos encontrar um regime de policultura sistemática. Uma das principais atividades dos negros palmarinos era a agricultura (...) os homens do quilombo lavravam e disciplinavam a terra, beneficiando-se da experiência que traziam como trabalhadores no eito nas fazendas e nos canaviais dos brancos e da experiência ainda mais larga deles e dos seus antepassados nas savanas e nas florestas tropicais africanas (...) cultivavam milho, batata-doce, feijão, mandioca, banana (pacovãs) e outras plantas alimentares. Também plantavam algodão e cana-de-açúcar. O número de roças era enorme. Num só dia os holandeses incendiaram mais de 609 casas em roças e em plantações. Tal era a importância da lavoura dos negros de Palmares que a guerra contra os quilombos se desenvolveu

estrategicamente baseada na destruição de seus roçados. Além da questão alimentar e da autonomia comprometida dos agricultores, criticamos, em consonância com outros autores o modelo produtivista convencional como um todo, principalmente no que toca ao social e a natureza que este degrada. CASTRO (1957, p. 99)

Destacamos no tocante aos números relacionados ao social, mais uma vez a questão fundiária como primordial para a manutenção das desigualdades regionais, visto que permanece expropriando trabalhadores/agricultores do seu meio de (re)produção da vida, a terra. Com o avanço tecnológico, tornou-se demanda ter mais espaço para a produção sendo tal ampliação na área plantada feita sacrificando os trabalhadores rurais que viviam em condição de moradia nas áreas das usinas, assim como foi expandida para áreas remanescentes da mata original e mangue, retirando de seus territórios as populações que tradicionalmente ali viviam, gerando conflitos e violência. Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra, no período de 2005 a 2014 foram registrados no Brasil 10.128 conflitos por terra, que envolveram cerca de cinco milhões de pessoas e culminaram no assassinato de 308 pessoas (CONFLITOS, 2014).

O índice de desenvolvimento humano na região aponta seu desfavorecimento se compararmos os dados com o cenário estadual e nacional. O Brasil está desde 2014 ocupando o 79º lugar no ranking de desenvolvimento humano com 0,754; Pernambuco apresenta IDHM considerado médio de 0,673 segundo dados do Atlas Brasil⁵, e a Zona da Mata em sua grande maioria os municípios ficam entre 0,500 e 0,599 (figura 3) considerado baixo segundo o PNUB (Brasil).

Figura 3 - Mapa do Índice de Desenvolvimento – Zona da Mata Sul / PE



Fonte: Atlas Brasil, 2010. Org. Anamaria Medeiros, 2017.

⁵ Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/

A situação ambiental da região não encontra-se mais promissora do que narramos em relação a outros aspectos. A devastação da mata originária gerou inúmeros desequilíbrios, a instalação da monocultura contribui para o esgotamento violento do solo, deixando o deficiente de matéria orgânica, facilitando também o processo de erosão. O monocultivo é um modelo de alto impacto para a natureza, impedindo o desenvolvimento de outras espécies vegetais e afastando a fauna original.

Além disso, o modelo implementado utiliza a prática da queimada das áreas cultivadas para reduzir os custos da colheita, degradando o solo, poluindo o ar com a fuligem e impactando também a saúde dos trabalhadores e moradores das áreas circunvizinhas. Além disso há também a poluição dos rios como fator a ser somado nos entraves para o equilíbrio ecológico e a segurança alimentar pois o uso dos agrotóxicos e o vinhoto despejado em suas águas impedem a população de seu entorno de fazer prática da pesca e agricultura que poderiam complementar a alimentação de suas famílias.

O contexto social e econômico descrito fez com que atores sociais como o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, organizações não governamentais, movimentos e pastorais sociais e estudiosos da questão agrária em Pernambuco lançassem em 2013 um documento intitulado Diretrizes para a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata⁶. Além da conjuntura presente há como agravante a evasão da juventude local para a área litorânea visando trabalho, geralmente na construção civil, ainda que de forma temporária. A situação engendrada na região destrói a identidade camponesa, desalinha a possibilidade de produção de alimentos de base familiar e desestimula a permanência da juventude no seu lugar de origem, diante da inexistência de possibilidades de desenvolvimento diferentes das que suas famílias estão submetidas ao longo do tempo.

As diretrizes pensadas têm como objetivo a implementação por parte dos órgãos competentes de um projeto de reestruturação para a região que considere os assalariados rurais, camponeses, camponesas, assentados e populações tradicionais a fim de mudar a realidade local. Têm como eixos prioritários o acesso à terra e ao território propondo a elaboração de um levantamento da malha fundiária da região, desapropriação de terras que não estão cumprindo a sua função social, regularização da posse, arrecadação das terras de usinas devedoras e improdutivas, bem como garantir infraestrutura necessária aos assentamentos e assistência técnica aos assentados. Propõe também o fortalecimento dos sistemas produtivos agroecológicos assegurando soberania e segurança alimentar com justiça

⁶ Disponível em: http://www.fetape.org.br/imagens/publicacoes/zona_da_mata.pdf

ambiental, social e econômica, dentre outras medidas que contemplem toda a população e não só os mais abastados.

Ilustramos de maneira pontual a conjuntura da Zona da Mata no contexto da reestruturação produtiva que, arriscamos dizer, está sendo feita da mesma maneira do modelo implementado na constituição do seu território, onde são modernizadas as técnicas e até a base produtiva é remexida, porém sem modificações significativas e necessária para a grande parte da população.

O problema que a região carrega é estrutural como elencamos e acreditamos que só será modificado quando as gestões estadual e federal considerarem as especificidades de cada território, priorizem suas necessidades e fazendo modificações que considerem a economia e também o social.

2.5 Cidade dos Palmares

Dentro do quadro descrito no decorrer do tópico, daremos atenção especial a Cidade dos Palmares em razão de ser ela palco do conflito territorial que analisaremos nesta pesquisa. É um dos municípios mais importantes da Mata Sul devido a sua representatividade política e econômica, com população estimada para 2016 segundo o IBGE de 62.571 pessoas, limitando-se ao norte com Bonito, ao sul com Xexéu, a nordeste com Joaquim Nabuco, a sudeste com Água Preta e a oeste com Catende; possuindo uma área de 336,838 km² representando 0,38% da área total do estado. Também conhecida como “terra do poetas”, seu nome faz referência à resistência negra e à busca por libertação da força bruta dos senhores do açúcar, onde os escravos africanos entre 1630 e 1697 construíram o Quilombo dos Palmares, conduzido por Zumbi (dos Palmares) e assim foi batizada por conta da vegetação densa e espessa que apresentava principalmente palmeiras, babaçus e carnaúbas, naturais da região de Mata Atlântica.

Como em toda região sua formação territorial se constituiu através da economia canavieira posto que desde as sesmarias, em idos de 1800, suas terras são utilizadas para a exploração do monocultivo de cana. Hoje, com a recessão econômica e a reestruturação produtiva da região, o comércio também tem ganhado destaque, sendo estratégico para o desenvolvimento do município sendo responsável por aproximadamente metade dos postos de trabalho e também sendo referência para as cidades vizinhas.

Tratando da constituição da cidade, cabe destacar a relação da economia com a política local, o que comprometeu duplamente seu desenvolvimento visto que o poder político ficava

encadeado aos latifundiários, usineiros e detentores de capital que em geral acoplavam todas essas categorias na mesma família, sendo as decisões políticas tomadas com base em acordos entre Estado, governo local e as elites latifundiárias. A forma como se desenrola a política local nos fornece elementos para elucidar algumas questões que levantamos no decorrer do texto, como o porque das disputas territoriais ainda permaneceram tão latentes mesmo na conjuntura de mudança da base produtiva que passa a cidade.

Em sua história política estão as elites, mantidas no poder por gerações, gerindo a cidade com base nos interesses de sua classe, aumentando a concentração de terra e renda, a degradação ambiental e a precarização da vida das pessoas. Estas elites permaneciam no poder com base nestes acordos, no apadrinhamento às famílias mais carentes geralmente sítiantes ou moradores de condição que acabavam colocando tais “coronéis” nos cargos desejados por entenderem que havia uma dívida de sua parte para com eles, já que moravam e eram seus empregados nas usinas e/ou comércios ou por que eram acuados a isto, através do voto de cabresto⁷, típico do coronelismo existente na região.

Para trabalhar os dados que apresentaremos mais a frente, pesquisamos os três últimos prefeitos da cidade, nas gestões de 2009 a 2017. Entre 2009 e 2012 assumiu a prefeitura José Bartolomeu de Almeida Melo, comerciante filiado ao PDT e conhecido na região como “Beto da USINA”, tendo gasto mais de R\$ 3.000,000 na campanha e indeferido obras de reorganização de assentamentos e desapropriação de terras improdutivas por falta de verba.⁸ Foi condenado por receptação de carga roubada pelo poder judiciário e responde processos de cunho trabalhista e relacionados a trabalho análogo a escravidão nas terras de engenhos que declara ser de sua propriedade. Em pesquisa junto a Justiça Eleitoral seu patrimônio declarado⁹ em 2008 soma mais de 3 milhões de reais e inclui vários lotes de terrenos em Palmares e municípios vizinhos e 3 engenhos dentre os quais um destes é o locus da disputa territorial estudada nesta pesquisa. Sua gestão foi considerada impopular, tendo 46% de rejeição, entregando o cargo ao seu sucessor deixando muitas obras inacabadas justificando a não realização das mesmas por problemas estruturais advindos das enchentes¹⁰ ocorridas

⁷ Principal característica do Coronelismo sendo um sistema de controle político por meio de abuso de poder, compra de voto ou coerção para favorecimento pessoal ou de aliados políticos.

⁸ Disponível em: <http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/palmares>

⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2008/prefeito/04091954-beto.jhtm>

¹⁰ Palmares acaba de passar por um processo de reestruturação depois das enchentes de 2010 e 2011 com o transbordamento do Rio Una que corta a cidade e destruiu pontes, casas, quase que inteiramente o comércio, escolas e hospitais. Setores como agricultura, indústria e comércio tiveram mais de 400 milhões de custo e o setor de moradia, que foi o mais atingido, ficou acima de 2 bilhões. Para relocar a população e comércio local foram construídos novos bairros e o governo do Estado em parceria com a prefeitura e o governo Federal, iniciou a construção de 5 barragens para controlar a vazão do Rio Una e amortecer o risco de novas

durante sua gestão. Num contexto geral, atendeu aos anseios da classe usineira e latifundiária, reformando e reabrindo usinas que estavam fechadas, usando para isto verba que deixou de ser destinada a serviços básicos como coleta de lixo e transporte escolar e pagamento aos aposentados.

Seu sucessor, João Bezerra, filiado ao PSB, assume a prefeitura em 2013, foi vice-prefeito na gestão de Beto da Usina mas rompeu politicamente com seu antecessor por divergências em relação a forma como estava sendo conduzida a gestão. João é professor da rede estadual e municipal, teve declarado como posse apenas um carro no valor de R\$ 6.000 e foi eleito graças à esperança de fazer política de maneira diferente do que a população palmarenses estava acostumada. Tinha como prioridade de gestão inserir a cidade no eixo de desenvolvimento que o estado passava, propondo reestruturação do modelo de comércio e da agroindústria locais. Contudo, foi afastado por improbidade administrativa relacionada a um contrato sem licitação com uma empresa que supostamente prestaria serviços de limpeza urbana. Concluiu o mandato sem organizar o que propôs em campanha e com os serviços básicos da cidade extremamente sucateados, com débitos milionários junto ao SENAI, ao Serviço Autônomo de Água e a Celpe.

O atual prefeito da cidade é Altair Bezerra da Silva Júnior, filiado ao PMDB, filho da elite local, hoje empresário do ramo de postos de gasolina, tendo patrimônio declarado à Justiça Eleitoral de mais de R\$ 3.000,000. Tinha como slogan “Mudança de Verdade” e em sua proposta de campanha foca na melhoria da infraestrutura da cidade, a qualificação profissional da juventude local para diminuir o número de evasão, escola em tempo integral e a transformação de Palmares no “maior pólo educacional da região”. No tocante ao povo do campo, se prometer o que cumpriu, devem ser anos ainda mais duros para os sujeitos e sujeitas que vivem da terra, pois tem como principal proposta a criação de um Pólo Agroindustrial para fortalecimento da agricultura familiar, ideia bastante paradoxal como o nome e o objetivo já demonstram. Até o momento, Altair implementou o projeto “Prefeitura no Campo” que tem por objetivo ouvir a população das comunidades rurais, entregando uma ambulância e melhorando o acesso a apenas uma comunidade, o Engenho Lajedo. A dívida pública da cidade passa dos R\$ 100.000,000.

Além dos problemas históricos que a região e a cidade enfrentam, as gestões mais recentes, que muitas vezes são eleitas na esperança quase que utópica de mudança na conjuntura, em sua grande maioria tem seus governos pautados para o desenvolvimento da

enchentes. Por conta das enchentes muitas das informações históricas de Palmares foram perdidas, visto que a biblioteca da cidade e seu arquivo foram destruídos.

região nos moldes do capitalismo, não resolvendo antigos problemas, o que explica muitos dos dados apresentados na quadro (1) abaixo.

Quadro 1 - Estatísticas municipais – Palmares (2010 – 2015)

| Dado | Ano | Valor |
|--|------------|----------------------|
| IDH | 2010 | 0,622 |
| PIB per capita | 2014 | 13.035,08 |
| Pop. Residente | 2015 | 62.020 |
| Pop. Urbana | 2010 | 46.886 |
| Pop. Rural | 2010 | 12.640 |
| Pop. Residente Alfabetizada | 2015 | 42.721 |
| Pessoal Ocupado | 2014 | 14,5% |
| Trabalho Infantil | 2010 | 3,6% |
| Salário Médio Mensal | 2014 | 1,7 salários mínimos |
| Rendimento Mensal per capita – Rural | 2014 | R\$ 157,33 |
| Rendimento Mensal per capital – Urbano | 2014 | R\$ 255,00 |
| IDEB – anos iniciais | 2015 | 4,8 |
| IDEB – anos finais | 2015 | 3,8 |
| 1º Ciclo Fundamental Incompleto (+15 anos) | 2010 | 30,53% |
| 1º Ciclo Fundamental Completo (+15 anos) | 2010 | 15,36% |
| 2º Ciclo Fundamental (+15 anos) | 2010 | 42,77% |
| Taxa de Analfabetismo | 2010 | 20,16% |
| Estabelecimentos de Saúde | 2014 | 29 |
| Mortalidade Infantil | 2010 | 20,16% |

Fonte: IBGE e Ipea. Org. Anamaria Medeiros, 2017.

De acordo com os dados apresentados, aproximadamente 75% da população residente em Palmares mora nas áreas consideradas urbanas e o restante na área rural. Observa-se uma forte tendência do crescimento da população urbana, fruto do processo de reestruturação produtiva da região e associamos este crescimento a busca por oportunidade de trabalho sobretudo no comércio e a facilidade de acesso tanto a este, quanto aos serviços oferecidos. Comparando a população urbana com a rural percebemos que embora a cidade tenha seu destaque econômico baseado na agroindústria canavieira, mais da metade de sua população encontra-se concentrada nas áreas urbanas. Tal fato é consequência da concentração fundiária posto que a existência dos latifúndios expulsa e engessa o crescimento da população rural.

No tocante a renda, observamos que a população rural ganha menos que a urbana e

que ambas apresentam níveis salariais abaixo da média estadual e nacional. A baixa renda desta população pode ser relacionada ao seu nível de escolaridade considerado baixo e estes dois indicadores explicam o ciclo de subdesenvolvimento da cidade percebido também através de seu IDH. Ainda no tocante a escolaridade, o IDEB figura abaixo de 6,0 considerado situação de alerta, tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais que apresentam médias de 4,8 e 3,8 respectivamente.

Podemos relacionar o alto grau de pessoas com baixa ou nenhuma instrução com a mão de obra empregada nas atividades do setor sucroalcooleiro que, sendo trabalho braçal, requer pouca instrução e pouca qualificação profissional. Este baixo índice de escolaridade acaba freando o desenvolvimento da cidade em relação a outras atividades e é necessário um comprometimento real dos gestores públicos com a educação ou a população continuará submetida ao sistema de exploração atuante desde sua formação.

Foram analisados também dados disponíveis no IBGE relativos ao setor agrícola da cidade tendo em vista o desenvolvimento de outras atividades produtivas na região. E conforme quadro 2 e o gráfico 3 observamos queda em área plantada nos anos analisados 2008, 2009, 2010 e 2015 e também a redução da (já) pouca diversidade das culturas desenvolvidas, podendo tal diminuição estar relacionada ao crescimento do comércio (que em 2012 segundo dados do IBGE contava com 524 empresas) e a perda de força no cenário nacional desde o fim do PROALCOOL e o impulso dado a produção de matéria-prima para os agrocombustíveis tendo como foco a região sudeste e centro-oeste do Brasil, levando ao sucateamento e falência da maioria das usinas locais.

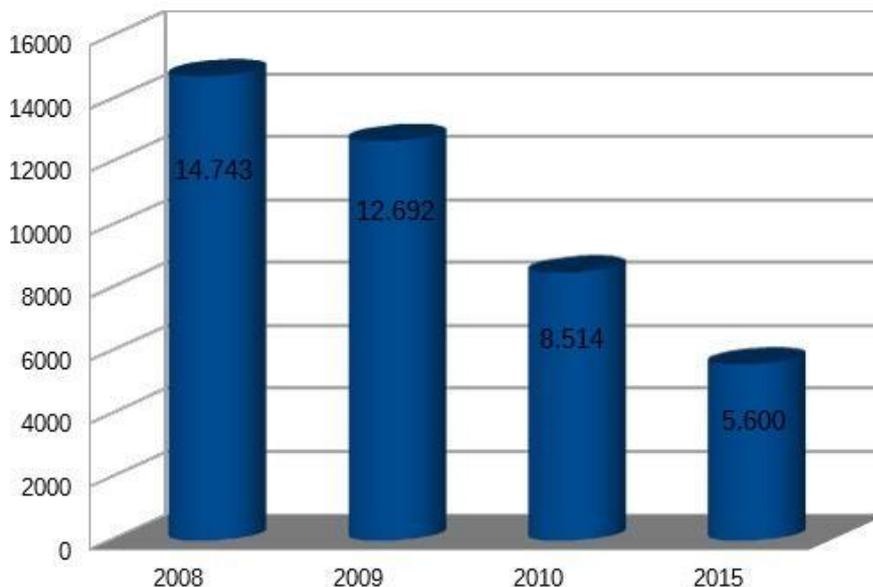
Este quadro poderia mostrar-se como positivo para a evolução da agricultura de base familiar, porém a falta de programas e projetos que estimulem e concedam recursos para o fortalecimento destas práticas, aliado a falta de assistência técnica, reprimem o desenrolar destas atividades e ratificam que estas não estão na pauta das gestões nem municipal e nem estadual.

Quadro 2 - Relação Área e Cultura Plantadas (ha) no intervalo 2000 / 2015 - Palmares

| Culturas | 2000 | 2015 |
|-----------------|-------------|-------------|
| Cana-de-açúcar | 86,17 | 5.600 |
| Banana | 9,30 | - |
| Mandioca | 4,37 | - |
| Feijão | 0,16 | - |
| Milho | 0,03 | - |

Fonte: IBGE. Organização: Anamaria Medeiros, 2017

Gráfico 3 - Área Plantada em hectares - Palmares



Fonte: IBGE, 2016. Elaboração: Anamaria Medeiros, 2017.

A diminuição da área plantada em sua maior parte com cana-de-açúcar nos latifúndios teoricamente também seria indicativo de uma diminuição na concentração fundiária e uma ampliação no tocante a realização da reforma agrária em Palmares. Porém a prioridade dada ao latifúndio, agora comprovadamente improdutivo, com terras que não cumprem sua função social, corre junto com a não realização de uma necessária reforma agrária e com a manutenção da estrutura agrária extremamente concentrada.¹¹ Tal estrutura contribui para a manutenção das desigualdades ali engendradas, bem como para o aumento dos conflitos por terra e violência.

Assim como exposto no início do capítulo salientamos que os problemas aos quais a região da mata está submetida existem em decorrência principalmente da forma como a região se desenvolveu baseada na cana-de-açúcar que mesmo não sendo mais rentável à região, continua a sustentar um modelo de economia falido que é suporte para o atraso da mesma.

Desta maneira compreendemos que a autofagia da cana se processa na desigualdade que gera desde a colonização e que só a mudança deste cenário trará possibilidades de uma conjuntura um pouco menos desigual no futuro. Exatamente como na colocação de Castro (1957, p.88) “A exploração de cana-de-açúcar se processa um regime de autofagia: a cana

¹¹ Segundo dados dos Censo Agropecuário realizado em 2006 o Índice de Gini para a concentração fundiária foi de 0,858 sendo considerado extremamente concentrado. IBGE, 2017.

devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida.” O poder dessa expansão e fixação da cana é tanto que utilizando a assertiva sessenta anos depois do que citamos, a colocação ainda se encaixa com o que observamos na atualidade.

3 DISPUTAS TERRITORIAIS E LUTA PELA TERRA

"Onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos."
Adam Smith - A riqueza das Nações, 1986.

Os dados do Caderno de Conflitos no Campo referente ao ano de 2016¹²² feito pela CPT, mostram que crescem os conflitos e violência no campo brasileiro. Foram 61 assassinatos, 1079 ocorrências de conflitos por terra (número mais elevado em 32 anos) e somando conflitos por terra, água e trabalhistas o número vai para 1.536. Tais números se devem ao agronegócio e ao modelo de desenvolvimento capitalista do campo brasileiro que, apoiado pelo Estado, é excludente, concentra terra, renda e poder a fim de manter o interesse de grupos econômicos com mais recursos em detrimento aos sujeitos e sujeitas que vivem da agricultura, subordinando estes aos seus anseios.

Aos alarmantes números deve-se pesar também o contexto de golpe parlamentar e crise política que o Brasil está submetido e a Bancada Ruralista (travestida de Frente Parlamentar da Agropecuária) que soma mais de 200 deputados no Congresso Nacional formada por políticos que se matem organizados e ativos no intento de defender os interesses de sua classe, votando projetos de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias que impedem a realização da reforma agrária, freiam o avanço da igualdade e justiça social no campo e ampliam o desenvolvimento do agronegócio, sendo compreendidas (também) como violência institucional.

A formação territorial brasileira é marcada, desde a sua gênese, pela geração de inúmeras desigualdades, e neste contexto, um dos pontos que contribui para a manutenção e fomenta tais desigualdades é a questão agrária que carrega consigo uma estrutura agrária desenvolvida injustamente no país, originada na colonização, que foi se reconfigurando ao longo dos tempos e se mantém nos períodos mais avançados do capitalismo.

Em coexistência a este cenário surgem as resistências das classes e sujeitos explorados, os conflitos e as disputas pela terra e território. A análise do conflito sempre acaba por envolver o território, compreendo este como construído a partir do espaço geográfico e marcado por relações de poder, assumindo um caráter político, produto de relações sociais onde a ação antrópica pensada pelo viés da acumulação capitalista, faz com que o capital se

¹² Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016>

territorialize, baseando-se na exploração do espaço e das pessoas em um processo que não considera as distintas territorialidades e acaba gerando disparidades em várias esferas e interesses, gestando inúmeros conflitos e violência.

No tocante ao campo, não só no Brasil, como em toda a América Latina nota-se um crescente número de conflitos relacionados a concentração fundiária, demarcação de terras indígenas, construção de megaempreendimentos, agrohidronegócio, manutenção de formas de vida tradicionais, segurança e soberania alimentar, expulsão e expropriação dos camponeses. Tais conflitos tornam-se mais claros e latentes a partir da expansão cada vez mais forte do capital no território, a partir do final do século XX com o neoliberalismo e a consolidação do processo de expansão/mundialização do capitalismo monopolista, acarretando reordenamento territorial a partir a fusão e compra de monopólios econômicos que então comandam a economia em escala mundial.

Neste sentido o Estado é “minimizado” e o capital passa a ser expandido (também) no que diz respeito às políticas de desenvolvimento, determinando cada vez com mais voracidade a partir da criação de leis e medidas que beneficiam seus interesses em detrimento aos interesses da sociedade de maneira geral. Assim, Fernandes ajuda na compreensão do debate que estamos tentando construir quando afirma que

As políticas neoliberais têm intensificado o processo de desterritorialização dos territórios não capitalistas das comunidades camponesas e indígenas ou de subalternidade dos territórios não capitalistas por meio de empreendimentos realizados em parcerias entre o capital e o Estado. No primeiro caso, as empresas do agronegócio se territorializam por meio da monocultura para exportação. No segundo caso, mantém o controle pelos empreendimentos, principalmente pelas tecnologias e pelo mercado. O capital administra o processo de desterritorialização dos camponeses e também a sua reterritorialização com a mercantilização das políticas públicas, como por exemplo, a reforma agrária. (FERNANDES, 2006, p. 293)

As estratégias de desenvolvimento territorial, foco da atuação recente do Estado brasileiro, junto à questão dos investimentos e reajustes, findam por deixar o comando de algumas parcelas do território e economia nacional serem geridos por grandes grupos empresariais do agronegócio; produzindo espaços de desigualdade e diminuindo a capacidade de reprodução de diferentes grupos sociais.

Abordar este conceito tão debatido na Geografia e tão cheio de ramificações já é, por si, bastante desafiador para a realização de qualquer pesquisa e, diante da problemática de uma disputa territorial faz-se primordial buscar explicitar a forma como o entendemos para, a partir disto, endossarmos o que toca à disputa no/pelo território, intrínseco à questão agrária brasileira e ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Neste contexto também

buscaremos analisar a maneira como se processa a atuação do Estado para garantir terra/território aos camponeses e camponesas e sua luta para garantia do que lhes é de direito bem como a reprodução do seu modo de vida, o que torna o território (também) produto da luta de classes no processo de (re)produção da sua existência.

3.1 De que território estamos falando?

Salientamos que não pretendemos estender o debate em torno do conceito, mas sim pontuar como este foi tratado ao longo das escolas geográficas e evidenciar sob quais perspectivas o trataremos na pesquisa, bem como explicitar a compreensão de que toda análise do território carrega a necessidade da análise do espaço, compreendido segundo Santos como “conjunto de sistemas de objetos e ações que formam o espaço de modo indissociável, solidário e contraditório” (SANTOS, 1996, p. 51). Sendo este sistema de objetos construído por elementos da natureza e por objetos produzidos por meio das relações sociais que agem sobre a natureza. Sendo assim a análise do espaço não pode ser baseada na fragmentação dessas outras categorias.

A Geografia tradicional privilegiou o estudo dos conceitos de região e paisagem, se atendo aos aspectos descritivos das mesmas, ligados ao historicismo e ao empírico, estando os conceitos de espaço e território não enquadrados como chave para a produção geográfica nesta época. E, durante muito tempo, esteve engessada à clássica relação de subserviência da ciência aos interesses dominantes, o que acarretou a atribuição do debate sobre território ao Estado como poder superior, legitimando discursos e ações do mesmo, ficando o termo preso ao “Território Nacional”, ou seja, um discurso ideológico.

O debate do território na Ciência Geográfica, emerge na Geografia Política Clássica com Ratzel onde o mesmo associava-o ao “espaço vital” enquanto ponto fundamental para o desenvolvimento, sendo este um espaço concreto, apropriado por determinado grupo social, compreendendo que a partir da apropriação/dominação de tal grupo, a ocupação do território cria raízes, identidade e afetividade, mas ainda extremamente ligado ao referencial do Estado. A assertiva acima, toma corpo na interpretação de Souza (2012, p.85), em que ele destaca a análise do território feito pela Geografia Política de Ratzel e julga que o mesmo o coloca como primordial para a reprodução da sociedade e do Estado: “trata de um tipo específico de territorialidade, prenhe de história, tradição e ideologia – a territorialidade do Estado-Nação , mas a trata de um modo, por assim dizer, naturalizado.”

Como brevemente exposto, o debate na Geografia Política clássica, ficou voltado para Estado, território e sociedade, tendo como base os conceitos de apropriação, dominação, controle e gestão. A ideia traduzida em Ratzel de que “espaço é poder” e o território como fonte de “progresso” social.

É interessante também salientar a leitura de Claude Raffestin em sua obra “Por uma Geografia do Poder”, pois este se contrapõe a teoria de território elaborada por Ratzel na Geografia Política Clássica, além de diferenciar espaço de território, sendo o segundo formado a partir do espaço pela ação antrópica. Para Raffestin, a compreensão do território precisa ser baseada no poder e em relações de dominação e subordinação.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Raffestin (1980, p.143).

Para ele, “o espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens constroem para si”. Raffestin (1980, p.150).

Raffestin ainda remete a necessidade de compreender o território concomitante à paisagem, entendendo-a, “não somente como um instrumento para conhecer a realidade, mas um excelente meio para conhecer o modo de ver/observar a realidade e de usá-la”. Isto porque, não existe compreensão dos processos, num contexto geral, sem ajuda de uma imagem, principalmente a partir das novas configurações territoriais que se materializam no espaço.

Na renovação da Geografia o conceito de território bem como suas diferentes abordagens é amplamente debatido. A Geografia Crítica, desenvolvida na década de setenta, se fundamenta no materialismo dialético de Marx e, como emerge num contexto de crise e inúmeras lutas sociais da década de 60, se contrapõe a perspectiva da Nova Geografia/Teorético-quantitativa, de caráter neopositivista, sistêmica e focada no tratamento de dados, não buscando compreender os processos sociais correntes. Neste sentido, a corrente crítica, propunha uma análise da estrutura e processos sociais sob um prisma de transformação social (radical), por meio da discussão política e filosófica e baseada na relação capital-trabalho-território.

Forma-se uma Geografia que pensa os processos sociais que até então foram negligenciados, preocupados também com a explicação prévia de como seriam as

consequências do desenvolvimento da globalização/mundialização, por exemplo. Nesta abordagem, o território passa a ser compreendido como produto de conflitos e contradições sociais históricas, simultaneamente, reticular e relacional, e assim constituído, significa movimento com interações socialmente definidas, envolvendo e sendo envolvido, ao mesmo tempo, por processos naturais. (Saquet, 2007).

O estudo do território acaba sendo indissociável do debate relacionado a poder, visto que o apoderamento do mesmo baseia-se nas relações de tal modo ali estabelecidas. Segundo Haesbaert (2006), o território é complexo, dinâmico e contraditório, onde pedaços cada vez maiores do espaço têm sido moldados e modernizados visando o padrão exigido pelo capital. Vastos espaços nos mostram hoje, com nitidez, os efeitos desta modernização, sendo estes espaços padronizados de acordo com as exigências do modelo dominante e que muitos preferem considerar espaços sem história, sem identidade.

O território tem um caráter de domínio político e uma apropriação de signos e identidades, definido por determinados grupos sociais sobre o espaço de vida. Resulta disso, uma sobreposição de territórios denominada multiterritorialidade, envolvendo os territórios-zona, onde há o predomínio da lógica política; os territórios-rede, em que prevalece a lógica econômica; e também os aglomerados de exclusão, trabalhados pelo professor Haesbaert a partir da desterritorialização. Logo, o território é produto socioespacial de relações concretas e simbólicas, articuladas aos interesses políticos e econômicos promovidos por um sistema altamente concentrador.

O movimento de territorialização é um dos produtos socioespaciais do processo e das contradições sociais, sob várias esferas (econômica, política, cultural) que determinam as múltiplas territorialidades que “designam a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano” (SPOSITO, 2009, p. 11).

A apropriação do espaço por um grupo social passa a não ser mais compreendida sem o seu território, base de sua história, cultura e sustentação. Haesbaert ainda distingue entre o que denomina “território unifuncional” e território enquanto espaço-tempo vivido. O primeiro está relacionado à lógica capitalista hegemônica, “especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão [...] que não admite multiplicidade/sobreposições de jurisdições e/ou territorialidades (Haesbaert, 2007, p. 21). Já o território enquanto espaço-tempo vivido aparece como resultado de processos diversos e complexos produzido nas tramas materiais e imateriais do cotidiano social (Haesbaert, 2007), ou seja, na vivência e na identidade das pessoas, o que também nos baseia para compreensão de que há uma territorialidade do capitalismo e uma territorialidade do campesinato.

Em Haesbaert (2001) o território aparece tanto no simbolismo quanto no material e a seguinte afirmação é facilmente contextualizada com a apropriação do território pelo capital e os conflitos gerados a partir disto.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Fernandes coloca que as abordagens territoriais por muitas vezes contemplam análises voltadas para as dimensões econômica e ou social que acabam por conceber o território como espaço de governança. Quando são os órgãos do Estado que definem o território, estes não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios dentro do território (de um projeto de desenvolvimento territorial, por exemplo) e ao ignorar estes distintos territórios, se instrumentaliza o conceito usado para atender aos interesses destas instituições. Denuncia ainda que a partir desta omissão, perde-se a multiescalaridade e isto ocorre por que ao considerá-la, implicaria a socialização das tomadas de decisão, o controle. “A multiescalaridade é desprezada por que significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais.” (FERNANDES, 2008, p.5)

Neste sentido o autor destaca também que o território concebido como uno, como espaço de governança, sem considerar os diferentes territórios existentes serve como instrumento de dominação e complementa falando que “o território do campesinato e do agronegócio são distintos, possuem relações sociais diferentes e modelos divergentes, estando em constante disputa para a territorialização de suas relações.” (FERNANDES, 2008)

Assim sendo, tal colocação defendida por Oliveira (2004, p. 74 e 75) buscou autores como Raffestin, Lefebvre e entende que

o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) em que o Estado desempenha função de regulação [...] são as relações de produção e processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. A construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado.

O conflito advindo das apropriações (capital x campesinato) e seus diferentes simbolismos abarca o confronto também de valores e de racionalidades. Com isto, podemos entender que a apropriação do território apresenta-se de formas diferentes, sendo esta apropriação a expressão de diferentes formas de territorialidade, como enquadra Porto-Gonçalves (2006, p. 5)

[O território] é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades.

É primordial para a construção de uma análise da configuração do território agrário, considerar que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditório e combinado, pois como salienta Oliveira (2004, p. 75) assim como o capital avança e produz relações típicas do sistema, contraditoriamente produz também relações não-capitalistas como as existentes no campesinato e que são necessárias para seu desenvolvimento.

Desta maneira o território aparece como um

produto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...) são as relações sociais e produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território (...) é a luta contínua da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 2004, p. 74-75)

Assim sendo, concebe-se o território como uma configuração espacial que é transformada e recebe novas características e funções que são diferentes e definidas por relações de poder e sociais, onde a partir dos conflitos de classe e a lógica de acumulação, são produzidas também novas territorialidades. Este território é compreendido de maneira múltipla como espaço delimitado através das relações de poder que se constituem através do tempo, sendo, neste estudo, objeto de disputa entre capital (latifúndio/oligarquia) e campesinato (pequenos produtores/posseiros/trabalhadores sem-terra).

3.2 Terra enquanto mercadoria vs. terra como meio de (re)produção da vida

Outro ponto primordial para a apreensão de como se materializam as disputas territoriais e que nos dá subsídios para ampliar o entendimento sobre a produção do espaço agrário e seus desdobramentos na relação capitalismo vs. campesinato, oferecendo também corpo às resistências, é a forma como se dá a apropriação da terra em ambos e os desdobramentos a partir disto.

Como já colocamos no início do capítulo, o capital tem a necessidade de se expandir, de ampliar seus lucros e seus espaços de atuação, como afirma Martins (1981, p. 152) “a tendência do capital é de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores de produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria”. O modo como a terra é apropriada forma algumas questões que giram em torno da questão agrária e compreender a propriedade privada da mesma é fundamental para a interpretação de como se dá o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Entendemos que no Brasil o capitalismo se estruturou de maneira particular com base na tríade capital-trabalho-propriedade privada da terra, sendo esta última desenvolvida sem produzir absolutamente nada, formada a partir da grilagem¹³ servindo de base para a acumulação de riqueza e fundamentada na concepção do desenvolvimento capitalista moderno sendo feita de forma desigual e contraditória trazendo em sua raiz o caráter rentista.

Sendo a terra o principal meio de produção no campo, torna-se primordial para o desenvolvimento e a expansão do capitalismo e, para que isto aconteça o capitalista precisa comprar ou arrendar a terra, bem como os demais meios de produção como o maquinário, os insumos e as ferramentas. Nem sempre (e arriscamos dizer que na maioria das vezes) esta apropriação deriva da vontade do capitalista de se dedicar à agricultura, posto que o monopólio de classe sobre a terra assegura a este o acúmulo de riquezas pois lhe dá direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo seu uso: a renda da terra.

O processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, visto que esta prática subordina a produção, especula a terra, sujeita o trabalho e aparece como mecanismo base para o processo de expansão do capital. A renda da terra é um lucro extraordinário e permanente, produto do trabalho

¹ 3 Método de ocupação irregular de terras, a partir de fraude ou falsificação de documentos que comprovem a propriedade. O termo remonta da antiga técnica em colocar papéis novos num local fechado (geralmente uma caixa ou gaveta) com grilos o que os tornava amarelados e com aspecto de mais velhos remetendo a documentação original da propriedade. Também disponível em: <http://www.incra.gov.br/oqueegrilagem>

excedente sendo fração da mais-valia. (Oliveira, 1987, p. 73) Esta renda pode ser pré-capitalista, apropriada pelo trabalho, dinheiro ou produto que o “proprietário” cobra para dar direito a produção em suas terras ou pode ser capitalista, quando o proprietário se apropria da mais-valia dos trabalhadores.

Destarte quanto mais concentrada for, maior será o poder de extração da mais-valia em forma de terra, sem com isso participar do processo de produção, como salienta Oliveira (1987) a partir da apropriação de grandes extensões de terra, o proprietário a retém como reserva de valor, como forma de especulação.

Como explica Martins (1981, p.160) “Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria pelo capital, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como um trabalhador cobra um salário para que sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador”. Este pagamento é a renda da terra, por isso a concentração desta aparece como característica do capitalismo, necessária ao seu desenvolvimento e agravante da questão agrária no país.

Intuímos que o modo de produção capitalista faz da terra mercadoria pois esta aparece com um preço, mas sem valor, visto que o valor é criado a partir do trabalho humano. Esta construção tem suas relações permeadas pela exploração e pelo caráter utilitarista pois a compreende enquanto recurso, enquanto meio para obtenção de lucro, conforme atesta Martins (1991, p.55)

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura.

Ao passo que a relação do capital com a terra se constrói de maneira utilitarista, o campesinato compreende a terra enquanto meio para manutenção de sua cultura, de sua identidade, e forma de garantia da produção de alimentos para o seu autoconsumo, sendo esta produção fruto do trabalho familiar. O modo como o campesinato se apropria da terra e se desenvolve é antagônico ao capitalismo pois a terra, o trabalho e a família são pensados de forma complementar constituindo sua territorialidade. A terra aparece como meio de produção e manutenção de sua existência, tendo valor diferente daquele entendido no capitalismo, sem

o objetivo de acumulação ou exploração, é no caso, meio de reprodução de vida, terra de trabalho.

A produção camponesa pode ser compreendida como não-capitalista, pois como Oliveira (1986) explica, é destinada ao autoconsumo, a satisfação das necessidades de sua família e o excedente é comercializado sob a forma de mercadoria extraída a partir do seu trabalho na terra. Este processo significa uma forma simples de produção/circulação das mercadorias porque a transformação de mercadorias em dinheiro ocorre com o objetivo apenas de adquirir outras mercadorias necessárias à satisfação de suas necessidades.

A terra de trabalho pertence ao próprio trabalhador que nela produz trabalho e o faz sem que precise explorar o trabalho alheio, desta forma

[...] estamos diante da propriedade familiar, privada é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É pois, terra de trabalho. É portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração (OLIVEIRA, 1996, p. 60-61)

A expansão do capitalismo no campo se dá fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra para explorar ou vender ou ainda subordinando a produção do tipo camponesa, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é condição para ele possa sujeitar também o trabalho que nela se desenvolve. Por isso a concentração da propriedade esta fundamentalmente determinada pela renda subjugada pelo capital e disto nascem os conflitos, as disputas territoriais. “O próprio capital impôs, no Brasil moderno, a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra de trabalho, contra a terra de negócio” (MARTINS, 1982, p. 61).

Desta maneira fica elucidado que a propriedade privada capitalista da terra se constitui com objetivos claramente diferentes da propriedade privada camponesa terra, visto que a primeira tem como objetivo o acúmulo de riqueza através da renda da sua terra e que por isso torna-se interessante o acúmulo da mesma, agravando a desigualdade na estrutura fundiária do país, sendo esta desigualdade apenas um dos problemas inerentes à questão agrária, servindo de base para a compreensão das disputas territoriais, conseqüente aumento da violência no campo e da luta pela reforma agrária no país que é direito e não vem sendo realizada conforme prevê a Constituição. O latifúndio aparece então como a principal forma de reprodução do padrão de poder advindo da acumulação de capital desde os primórdios da formação territorial brasileira.

3.3 Terra concentrada e a participação do Estado na manutenção da Questão Agrária

Tomando como base o Paradigma da Questão Agrária que entende que a luta pela terra e pela reforma agrária é o mecanismo pelo qual o camponês garante sua existência visto que privado desta deixa de existir e, que a questão agrária no Brasil é o “conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras” (STEDILE, 2005, p. 15 e 16) buscaremos identificar em que se alicerça a questão agrária no país e como o Estado participa na não resolução da mesma, inclusive deixando de fazer a reforma agrária que segundo Oliveira (2007) possuiria três objetivos, um social, um econômico e um político. O primeiro consiste no caminho para retirar da marginalidade social no mínimo, uma parte dos pobres; o segundo porque ela certamente levará a um aumento ainda maior da oferta de produtos agropecuários destas pequenas unidades produtivas ao mercado e; o terceiro, por ser um instrumento através do qual parcela da população conquistará a cidadania.

Entendemos que no tocante a realidade e a questão agrária não podemos entender o Estado apenas enquanto “governador” ou mediador, visto que há uma relação clara entre a propriedade privada, a concentração das terras e poder político no Brasil e que desde a colonização o mesmo atua para manutenção do poder nas mãos das classes detentoras de maiores condições econômicas, seja doando terras, transformadas em mercadoria, seja abonando as penalidades decorrentes do não cumprimento da função social, seja realizando uma reforma agrária superficial que não dá subsídios reais de autonomia e desenvolvimento aos sujeitos e sujeitas assentados.

A tendência à propriedade privada da terra no Brasil é secular pois desde que foi iniciada a colonização a distribuição de terras foi feita de maneira injusta e desde as capitânicas hereditárias a legislação atua na restrição do acesso à terra. Segundo Fernandes (2007) “A construção do direito à propriedade privada da terra, no Brasil, esta enraizada em uma forma de organização social que acredita no predicado do poder de obtê-la como um direito natural de concentração de riqueza, de patrimônio, portanto, reserva de valor. Com isso, está materializada a conflitualidade.” (apud Feliciano, 2015, p.128 e 129).

Desde a colonização e a concentração fundiária são marcas registradas do país. Desde as sesmarias quando o “agricultor” tinha direito a posse de terras e a coroa o domínio das mesmas. Em tal período os brancos descendentes ou europeus tinha direito à posse de terra e foi desta maneira que os senhores de engenho (homens brancos e da burguesia) obtinha vastas

áreas de terras e às demais pessoas cabia o direito de vender sua mão de obra ou trabalhar a terra do senhor de acordo com suas regras; deixando nítido quem precisasse da terra e não fosse parte da burguesia não aparecia como prioridade para a Coroa e que a agricultura de base familiar sempre esteve subordinada ao latifúndio.

Mais adiante, com a abolição da escravatura, a Lei de Terras de 1850 reforçou a desigualdade já existente na estrutura fundiária. Primeiro marco do processo de legalização da posse da terra no país, atuou estabelecendo que as terras só poderiam ser adquiridas por meio de compra, venda ou doação do Estado, deu o título da terra aos que já ocupavam e determinou que por diante seria enquadrado como crime a obtenção de terras por meio de posse, sem pagamento ou documento de doação. Como coloca Martins “Era preciso, pois, criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de ex escravos, agora trabalhadores livres à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar, num país com a maior disponibilidade de terras livres em todo o mundo, até hoje”. (MARTINS, 1997, p. 17)

A Lei de Terras poderia aparecer como a primeira reforma agrária do país, porém como não era interessante às elites agrárias do país, não foi realizada. Este período é considerado por Martins (1997) como o surgimento da questão agrária no país pois a propriedade da terra foi enrijecida para sujeitar o trabalhador ao proprietário da terra, se tornando fundamental para a criação de um exército de reserva, assegurando a exploração da força de trabalho e deixando escassas as possibilidades de inclusão dos que encontravam-se fora da terra. Fica clara neste sentido a intenção de privilegiar a quem podia acumular terras, aumentando a concentração das mesmas posto que a posse permaneceu nas mãos das elites. A Isso se agrava com o passar do tempo e com as fases de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Outro momento propício para a realização da reforma agrária surge com a industrialização, pois diante da necessidade de expandir o mercado de consumo interno para comercialização dos seus produtos, porém grande parte da população era de trabalhadores dos grandes latifúndios que não consumiam produtos da indústria, pois não tinham a posse destas terras. Assim sendo, o interesse dos industriais se chocaria com os interesses dos latifundiários e tentaria promover uma reforma agrária no país, pois o acesso à terra tornaria mais dinâmica a economia já que estes trabalhadores poderiam ser consumidores dos produtos industriais. Porém nunca houve tal conflito porque o poder econômico e o controle da economia era da oligarquia rural brasileira.

Com a crise de 29, o preço do café tem baixa significativa no mercado e, junto com a

queda do preço do produto, começa também a decair a oligarquia rural e a burguesia industrial passa a ter maior poder no cenário econômico nacional o que seria outro momento ideal para a concretização da reforma agrária e a necessária modificação da estrutura fundiária. Todavia como coloca Martins

“Entre as velhas elites e as novas elites estabeleceu-se uma espécie de compromisso político mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias (...) reproduzindo os mesmos mecanismo políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós.” Martins (1997, p. 20)

Com o processo de industrialização de forma mais latente a partir dos anos 50, o campo recebe inovações tecnológicas, a fase da modernização conservadora onde se ampliam os recursos tecnológicos mas a estrutura fundiária segue sem grandes mudanças. Esse período da década de 50 e início da década de 60 começam a surgir os primeiros movimentos de luta pela terra, ligados a trabalhadores rurais, pastorais da Igreja Católica, como as Ligas Camponesas na Região Nordeste que questionavam a estrutura fundiária e pressionavam o governo para a realização de uma reforma agrária que contemplasse as reais necessidades da classe, a partir da mobilização e reivindicação popular. Mas um pacto entre as elites do Brasil culminou no Golpe de Estado que se contrapunha as mudanças e reformas sugeridas.

Então o Governo Militar em 1964 elabora a lei de Reforma Agrária no Brasil, lei 4504, conhecida como Estatuto da Terra que surge da necessidade de distribuição de terras no país e visava determinar os níveis de produtividade e caracterizar o uso social da terra. Dela também surge o que se mensura como minifúndio e latifúndio através de módulos fiscais que deveriam ser entre 1 e 15 módulos, caso contrário deveriam ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Quanto à função social da terra, o Estado conceitua que será cumprida quando a propriedade segundo o capítulo I – Princípios e Definições, artigo 2º da lei “favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais; observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.” (Brasil, 1964).

Apesar de no papel o Estatuto aparecer como uma possibilidade de mudança à estrutura fundiária, a lei foi pensada no sentido de conter as mobilizações e travar a realização da reforma agrária com base no aparato jurídico. Ao passo que a lei era afirmada, estava em curso a modernização do campo, que nas grandes propriedades encontrava maiores mecanismos para sua consolidação e tinha como aliado o foco do governo em favorecer

desenvolvimento econômico e não o social. Por conseguinte a lei acabou patrocinando a modernização em curso, consolidando o latifúndio e ampliando as disparidades.

Acerca do projeto de modernização do Estado, Miralha (2006, p. 159) elenca como efeitos positivos a transformação da base técnica, o aumento da produtividade (graças aos insumos) e o aumento de divisa por conta a ampliação das exportações e afirma que tais efeitos positivos ficaram restritos ao âmbito econômico. Considerando como efeitos negativos a intensificação do êxodo rural, pois o processo de modernização promoveu expulsão e expropriação de grande parte dos pequenos produtores (meeiros, posseiros, arrendatários...) que acabaram migrando para as cidades e, como não tiveram sua mão de obra captada, findaram inchando as periferias; além da ampliação da concentração fundiária e das desigualdade sociais e regionais já que a modernização esteve concentrada na região Centro-Sul enquanto o Nordeste e o Norte ficaram à margem do processo.

Com o fim da ditadura, o surgimento do MST (com a apoio da CPT), junto com outros movimentos e da CONTAG voltaram a pressionar o governo para a realização da reforma agrária. Então o primeiro governo democrático pós-golpe em 85, na gestão de Sarney elabora o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no entanto, com o surgimento da União Democrática Ruralista – UDR no mesmo ano, a primeira bancada ruralista oficialmente ostensiva no país, formada por proprietários rurais que tinham como prioridade a não realização da reforma agrária, a preservação do direito de propriedade e usavam de sua influência política para defender os interesses do latifúndio, o programa findou por não ser implementado.

O cenário agrário brasileiro seguiu sem muitas modificações no tocante a reforma agrária e reestruturação fundiária até a Constituição de 1988 que piora o quadro legitimando o latifúndio produtivo. A partir daí foram implementadas algumas emendas e medidas provisórias mas nada que modificasse, ou, pelo menos, tentasse, a questão agrária no país.

Os anos 90 ficam marcados muito mais pela expansão do agronegócio e intensificação da concentração de terra do que por alguma medida tomada para, por exemplo, combater a grilagem ou a realização da reforma agrária, posto que a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) defendia que não havia mais latifúndio no Brasil o que aumentou as ocupações, a luta pela terra e ocupações de latifúndios improdutivos no país.

Ao passo em que nada era feito para modificar as mazelas provenientes da questão agrária latente, em sua segunda gestão FHC desenvolvia uma política extremamente repressora que criminalizava a luta pela terra, criando medidas provisórias que negavam o direito ao assentamento às famílias que participassem de ocupação de terra e que negava

também vistoria às terras que fossem ocupadas. FHC acabou também com o crédito especial para reforma agrária e a política de assistência técnica, deixando um número massivo de famílias desamparadas. Além disso criou a reforma agrária de mercado com o Banco da Terra que tinha por objetivo a concessão de crédito para a compra de pequenas propriedades, deixando os camponeses dependentes deste mercado.

Após um período de forte repressão aos movimentos de luta pela terra, arrancada do agronegócio e do número extremamente baixo de assentamentos, características típicas do desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil, com a ascensão em 2003 do Partido dos Trabalhadores (PT) a presidência do país na figura de Luis Inácio Lula da Silva, com apoio massivo dos movimentos sociais, ressurgiu a esperança de uma mudança social e política no cenário nacional, pelo fato de um partido dito de esquerda estar no poder.

No primeiro mandato de Lula foi lançado o II PNRA considerado um avanço no que fazia referência a uma reforma agrária mais ampla, pretendendo assentar 520 mil famílias. Acabou colocando nas estatísticas 381 mil famílias como beneficiadas, contudo o valor apresentado não corresponde ao número real de novos assentamentos, pois soma como se fossem novos, os antigos reconhecidos e alguns reassentamentos. No segundo mandato não houve elaboração do III PNRA e o governo além de não se comprometer com a questão da distribuição fundiária, priorizou a política de exportação de commodities e aumentou a área passível de regularização da Amazônia Legal, ampliando o número de conflitos por terra, dando claro apoio a grilagem no país, finalizando o mandato com apenas 31 mil assentamentos novos.

Para Oliveira (2013) a gestão Lula teve como preceitos não fazer a reforma agrária nas áreas do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde poderia favorecê-lo. E a partir de 2008, ao não elaborar o III PNRA fica marcada a desobrigação da gestão com a reforma agrária e o início da política de contra-reforma; inclusive substituindo a política proposta do II PNRA pela regularização fundiária como política oficial, dando “vitória ao agronegócio e a adesão definitiva da política agrária e fundiária do MDA/INCRA aos interesses do agrobandidismo dos grileiros de terras públicas do INCRA e da reforma agrária na Amazônia Legal.” Oliveira (2013, p. 11)

De modo geral, Lula acabou aliando-se muito mais ao agronegócio que aos povos do campo, priorizando mais uma vez o crescimento econômico no lugar do social, porém continuou com a estratégia de não esquecer a “fatia do bolo” para os camponeses e povos do campo. No geral, ao passo que investia no crescimento e dava o bolo inteiro para o agronegócio junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA),

amenizava os atritos com a bancada ruralista, dedicava as migalhas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à agricultura de base familiar.

A resolução da questão agrária brasileira continuou a não ser prioridade na sucessão da gestão petista com Dilma Rousseff, visto que praticamente continuou o caminho traçado por Lula, favorecendo os interesses do agronegócio em detrimento as necessidades dos povos do campo. As estatísticas mostram uma drástica redução na distribuição de terras, tendo desapropriado em seu primeiro mandato 216 áreas e respondendo pela menor média anual de assentamentos desde FHC, considerado o número mais baixo nos últimos 20 anos. Ainda como agravante, nomeou uma ruralista para o Ministério da Agricultura, Katia Abreu, capaz de chegar ao despautério de afirmar que não existem latifúndios no Brasil e contava com o apoio de uma bancada ruralista bastante poderosa.

A crise iniciada em 2008 e a conseqüente diminuição do lucro com a exportação de commodities foi usada como desculpa para a falta de efetivação da reforma agrária, sustentada pela falácia da falta de recursos. Além disto, em sua gestão o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário não dialogavam, sendo desarticulados e os programas de fortalecimento, por exemplo, da agricultura familiar, receberam alguns milhões a menos do que os programas de incentivo à produção de commodities (destacando os agrocombustíveis) que cada vez mais se espalham sobre terras que por direito seriam destinadas à reforma agrária; porém, dar terra a quem não tem e precisa produzir não é prioridade para o Estado, visto que não há possibilidade de agradar o agronegócio, a bancada ruralista e a população do campo e os movimentos sociais com as mesmas ações.

Após o golpe parlamentar arquitetado por políticos corruptos, que motivados a garantir a imunidade política em diversos esquemas de usurpação do dinheiro público e corrupção, bem como iniciar um processo de aprovação de medidas impopulares feitas em benefício dos setores do capital, a presidente eleita Dilma Rousseff foi destituída em agosto de 2016 e colocou Michel Temer (PMDB) como presidente interino do país.

Com isto a conjuntura agrária nacional sofre mudanças significativas principalmente a alavancada das políticas públicas que beneficiam o avanço do projeto neoliberal e o agronegócio em detrimento ao campesinato. É difícil levantar uma análise de conjuntura precisa numa gestão onde a cada dia uma nova medida é tomada para a retirada dos direitos conquistados através da luta pela população. Porém, na esperança utópica de que nada mais nos seja retirado, tentaremos levantar as principais ações da gestão Temer no espaço agrário até então.

Como recompensa pelo apoio no processo de impeachment, uma das primeiras

medidas tomadas pela atual gestão foi extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário e repassar o comando do INCRA para o partido Solidariedade, na pessoa de Paulinho da Força, sindicalista da Força Sindical entidade que apoiou o golpe parlamentar. O sindicalista inclusive foi condenado em primeira instância pela Justiça Federal por improbidade administrativa por participar de uma fraude de R\$ 3 milhões de reais no Banco da Terra para a compra de um terreno. A entrega do órgão que tem por finalidade a redistribuição das terras no Brasil a um parceiro do agronegócio diz muito sobre as prioridades da atual gestão.

Defendendo a “Reforma da Reforma Agrária” o governo aprovou¹⁴ a MP 759¹⁵, que

Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. (BRASIL, 2016)

Interessante aos ruralistas, modifica a outorga das terras públicas no Brasil, substituindo a concessão mediante cumprimento da função social, para concessão mediante título. Outra nota também é a emissão dos títulos mediante compra da terra pelos assentados que poderá ser quitada em 10 anos, sendo o controle do cadastro e da seleção para assentados, atribuindo aos municípios a seleção de quem será beneficiado. Além de indulto a grileiros, desmatadores.

Em outras palavras, usando um discurso de modernização, a MP representa mais um golpe ao campesinato e a luta dos movimentos sociais do campo, pois extingue a política de assentamentos, visando atender ao mercado de terras e a expansão do modelo de desenvolvimento pautado para o campo. Também coloca o assentado como devedor que poderá ser expulso de sua terra se não puder pagar pela mesma. Será a reforma da concentração fundiária no Brasil, apoiada legalmente, pelo Estado brasileiro, tornando mais grave a estrutura fundiária.

Em sua Reforma da Previdência (PEC 287/2017) retirará direitos mínimos conquistados e só poderá se aposentar com idade mínima de 60 anos (homens) e 55 (mulher), aumentado dez anos na legislação atual. O “benefício” só será conseguido mediante contribuição mínima de 25 anos ao INSS. A renda do trabalhador rural depende de sua produção, não há um salário fixo e diante da conjuntura de um Estado que não garante os

¹⁴ Como a escrita deste trabalho está sendo feita ainda no período do Golpe, a leitura e o texto se constrói considerando este período. Foi aprovada na Câmara (31/05/2017) a MP 750/2016 disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/05/senado-aprova-mp-que-regulariza-terras-rurais-e-urbanas>

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm

mínimos direitos para o desenvolvimento destas pessoas, como poderão pagar a contribuição, se inclusive dependem das políticas de infraestrutura e financiamento de sua produção?

Também em seu projeto de reformulação das leis para suprir os interesses do agronegócio, estão as Mps 756 e 758¹⁶ que alteram o limite de quatro unidades de conservação no estado do Pará, acabando com o mínimo de proteção legal numa área em que o agronegócio responde por elevados número do desmatamento. A 756 altera os limites da Floresta Nacional do Jamaxim e o Parque Nacional do Rio Novo, enquanto 758 versa sobre a alteração dos limites do Parque Nacional de Jamaxim e a AP de Tapajós para a construção da Estrada de Ferro 170 (Ferrogrão) que escoará soja para exportação do Mato Grosso até o estado.

Além de medidas impopulares e pensadas pelo e para o agronegócio, há o crescente número de conflitos e mortes no campo em 2016. O Estado que financia e apoia o agronegócio é o mesmo Estado que quando não mata os camponeses seja pela mão pesada com que a política tem tratado a categoria, não dá subsídios para reprodução do campesinato e criminaliza os movimentos que lutam pela distribuição equitativa de terra. Em 2017, até maio era 30 o número de assassinatos no campo brasileiro, este número é a metade dos assassinatos ocorridos durante todo o ano de 2016.

Num contexto geral, questões primordiais como a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas e o combate aos conflitos no campo não foram realizadas e os grupos políticos que controlam a manutenção dessas desigualdades tem cada vez mais poder nas tomadas de decisão. De modo geral “nunca se viu uma aproximação tão forte com a bancada ruralista”¹⁷

A assertiva feita por Oliveira (2001, p. 187) deixa clara a forma como a história do das permanências se desenvolveram e continuam se desenvolvendo no país

Dessa forma, a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. É por isso minha insistência na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características *sui generis* na história mundial. Em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil. A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedade privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo estado de São Paulo, ou, se for somada

¹⁶ Disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv756.htm e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv758.htm

¹⁷ Avaliação do professor Sergio Sauer (Unb) no Encontro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/01/26/governo-temer-e-o-mais-proximo-dos-ruralistas.html>

à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo estado.

As terras, nesta racionalidade, são incorporadas ao processo produtivo do meio rural na lógica do desenvolvimento/consolidação do capitalismo no campo. Esse modo de produção capitalista tem como base a sujeição da renda da terra ao capital. E como coloca Oliveira (1991, p. 49) “o fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiro sujeita a terra e em seguida subjuga o trabalho nela praticado”.

As grandes extensões de terras se concentram (também) nas mãos de grandes grupos econômicos, visto que aparecem tanto como reserva de valor quanto para reserva de patrimônio, abrindo assim um leque tanto para financiamentos bancários como para as políticas de incentivo do governo, que incluem o latifúndio (inclusive improdutivo) e excluem a agricultura de base familiar destinando recursos ínfimos para esta, se considerarmos o que é investido no agronegócio no país.

De fato há contradições presentes no desenvolvimento e na modernização do campo brasileiro, visto que o país aparece com um dos números mais elevados no tocante a concentração fundiária no mundo, sendo este o principal motivo dos conflitos com os sujeitos que historicamente encontram-se excluídos e expropriados da terra. Sobre isso, assinala Fernandes (1996, p.25) que “a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação (...) desde as capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência”.

Como consequência da concentração fundiária e das desigualdades geradas a partir disto, aliada a falta de compromisso histórica do governo com o campesinato, surgem os conflitos, os processos de luta e as várias esferas de resistência. O que deixa clara a existência e perpetuação da questão agrária, demonstrando existir um problema estrutural entre campesinato x poder hegemônico. O levantamento acima exposto deixa claro que a manutenção da questão fundiária é uma opção política do Estado.

3.4 Conflitos e luta pela terra: alguns apontamentos

A reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção sendo dever do Estado desde o Estatuto da Terra.¹⁸ Sendo assim é um preceito da Constituição Federal e é dever no Estado e direito da população, logo não pode ser posta como escolha de partido política ou pauta do plano de governo e por lei deve ser colocada como prioridade.

Como evidenciado anteriormente, nenhum governo do país até agora fez a reforma agrária de maneira eficiente, o que contribui para o número elevado dos conflitos no campo já que a luta é o único meio para a criação dos assentamentos, sendo a principal estratégia dos movimentos sociais rurais e vai se desenhando de maneira distinta diante de cada contexto. A prioridade sempre é a entrada/conquista da terra e as estratégias usadas para tal são diferentes diante da realidade no lócus do conflito.

Como a distribuição de terras no Brasil desde os primórdios se configurou de maneira injusta, a luta pela terra se desenha desde então, sem cessar. A luta e resistência dos Quilombos, Canudos, Contestado, Cangaço são exemplos de movimentos que eclodem a partir dos oprimidos na luta contra o latifúndio e a miséria que este provoca e que em sua grande maioria são fortemente reprimidos pelos grupos dominantes e pelo Estado. Como salienta Feliciano (2009, p.135) estas atitudes opressoras “são respostas dadas por uma estrutura conservadora e mantenedora de um modo dominante, o qual procura criar mitos e ordens com finalidade de banir manifestações diferentes e/ou opostas a um outro conceito de justiça, de produção, de ocupação do território e de relações sociais, que não seja apenas pela reprodução de grupos de poder.”

A reforma agrária e a luta para sua efetivação é recente, se considerarmos a história do país e pensarmos a constituição do latifúndio e das lutas por terra aqui formadas, tendo ganhado força com o advento de movimentos camponeses em meados da década de 50, já a luta pela terra é latente e tem sua gênese com o latifúndio, nas suas primeiras expropriações. Destacamos também que a partir da segunda metade da década de 90 por conta da reestruturação produtiva e modernização do setor agrícola esses conflitos ganham outra complexidade.

A organização política das lutas por terra e do campesinato no país eclodem em

¹⁸ Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964. Disponível para consulta em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm

meados da segunda metade do século XX, formadas por pequenos proprietários, arrendatários, trabalhadores rurais assalariados, que reivindicavam a reforma agrária. Destes movimentos destacam-se as ligas camponesas, surgidas por volta de 1945 criadas em todo o país com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que resistiam contra a expropriação e o assalariamento, sendo violentamente reprimidas pelo Estado e pelos latifundiários. Voltam a ganhar espaço em 1954 em Pernambuco e em outros estados, tendo realizados nos anos seguintes ocupações de terra e trabalho extenso de base a fim de promover a consciência nacional em favor da reforma agrária.

Outro ator primordial na organização política destes movimentos foi a igreja católica em sua frente mais progressista que participava da luta e colocava a reforma agrária como pauta através da Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), fornecendo o Movimento de Educação de Base, que alfabetizava e dava formação política aos camponeses. Surgiam também as primeiras Comunidades Eclesiais de Base que a partir da Teologia da Libertação davam suporte para a organização e luta contra as injustiças sociais e foram se firmando por todo país. Em 75 cria-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), importante articuladora dos movimentos camponeses. No contexto opulento de repressão aos movimentos sociais e do desenvolvimento capitalista no campo, com apoio da CPT, surge em 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), principal e mais duradouro movimento de luta pela terra no Brasil, definindo como forma de resistência e luta, a ocupação de terra.

Estas ocupações são por um lado compreendidas pelos movimentos de luta como “Ações coletivas de famílias sem-terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social.” (CPT), sendo estas ocupações defendidas pela CONTAG e pelo MST como o principal instrumento de pressão dos movimentos sociais pela execução da reforma agrária e, por outro lado são vistas como “chantagens e atos ilegais dos movimentos que enfraquecem o governo, causam enormes prejuízos ao setor privado, desestimulam investimentos na economia brasileira e ferem o estado democrático de direito.” CNA apud (Almeida, 2004).

Apesar do número de assentamentos ser ainda baixo se pensarmos a disponibilidade de terras e os números relacionados a concentração fundiária, a conquista dos assentamentos se deve a organização, a resistência do campesinato e a mobilização, luta dos movimentos sociais, que pressionam os governos ao atendimento de suas reivindicações.

O aumento do número de conflitos divulgados nos Cadernos de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra para o ano de 2016 (figura 4), é consequência da investida cada vez mais forte do agronegócio sobre as terras de um lado e do aumento das resistências e organizações

dos camponeses, indígenas e quilombolas, de outro.

Figura 4 – Conflitos no campo – Brasil. 2007 a 2016

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| Conflitos por Terra | | | | | | | | | | |
| Nº de Ocorrências (1) | 615 | 459 | 528 | 638 | 805 | 816 | 763 | 793 | 771 | 1.079 |
| Ocupações/Retomadas | 364 | 252 | 290 | 180 | 200 | 238 | 230 | 205 | 200 | 194 |
| Acampamentos | 48 | 40 | 36 | 35 | 30 | 13 | 14 | 20 | 27 | 22 |
| Total (2) | 1.027 | 751 | 854 | 853 | 1.035 | 1.067 | 1.007 | 1.018 | 998 | 1.295 |
| Assassinatos | 25 | 27 | 25 | 30 | 29 | 34 | 29 | 36 | 47 | 58 |
| Pessoas Envolvidas | 612.000 | 354.225 | 415.290 | 351.935 | 458.675 | 460.565 | 435.075 | 600.240 | 603.290 | 686.735 |
| Hectares | 8.420.083 | 6.568.755 | 15.116.590 | 13.312.343 | 14.410.626 | 13.181.570 | 6.228.667 | 8.134.241 | 21.387.160 | 23.697.019 |
| Conflitos Trabalhistas | | | | | | | | | | |
| Trabalho Escravo | 265 | 280 | 240 | 204 | 230 | 168 | 141 | 131 | 80 | 68 |
| Assassinatos | 1 | 1 | | 1 | | | 1 | | | |
| Pessoas Envolvidas | 8.653 | 6.997 | 6.231 | 4.163 | 3.929 | 2.952 | 1.716 | 2.493 | 1.760 | 751 |
| Superexploração | 151 | 93 | 45 | 38 | 30 | 14 | 13 | 10 | 4 | 1 |
| Assassinatos | | | | 1 | | | 2 | | 1 | 1 |
| Pessoas Envolvidas | 7.293 | 5.388 | 4.813 | 1.643 | 466 | 73 | 142 | 294 | 102 | 2 |
| Total | 416 | 373 | 285 | 242 | 260 | 182 | 154 | 141 | 84 | 69 |
| Conflitos pela Água | | | | | | | | | | |
| Nº de Conflitos | 87 | 46 | 45 | 87 | 68 | 79 | 93 | 127 | 135 | 172 |
| Assassinatos | 2 | | 1 | 2 | | 2 | 2 | | 2 | 2 |
| Pessoas Envolvidas | 163.735 | 135.780 | 201.675 | 197.210 | 137.855 | 158.920 | 134.835 | 214.075 | 211.685 | 222.355 |
| Outros (3) | | | | | | | | | | |
| Nº de Conflitos | 8 | | | 4 | | 36 | 12 | | | |
| Assassinatos | | | | | | | | | | |
| Pessoas Envolvidas | 3.660 | | | 4.450 | | 26.005 | 1.350 | | | |
| Total dos Conflitos no Campo Brasil | | | | | | | | | | |
| Nº de Conflitos | 1.538 | 1.170 | 1.184 | 1.186 | 1.363 | 1.364 | 1.266 | 1.286 | 1.217 | 1.536 |
| Assassinatos | 28 | 28 | 26 | 34 | 29 | 36 | 34 | 36 | 50 | 61 |
| Pessoas Envolvidas | 795.341 | 502.390 | 628.009 | 559.401 | 600.925 | 648.515 | 573.118 | 817.102 | 816.837 | 909.843 |
| Hectares | 8.420.083 | 6.568.755 | 15.116.590 | 13.312.343 | 14.410.626 | 13.181.570 | 6.228.667 | 8.134.241 | 21.387.160 | 23.697.019 |

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo, CPT, 2016.

Nota-se que em nove anos houve o aumento de 464 ocorrências de conflito de 2007 a 2016, que computa 61 assassinatos, 74 tentativas, 200 ameaças, 571 agressões e 228 presos, vale salientar que estes são os dados computados pela CPT e podem não representar todos os números no tocante a violência e conflito no campo. Estes números são reflexo do contexto político conturbado que o país passa bem como da parceria do Estado com o agronegócio que acobertado por acordos políticos, financiamentos de campanha e falta de justiça, age no território brasileiro da maneira que lhe é mais conveniente.

O ano de 2017 caminha para a continuação da barbárie no campo, até o final de maio já contava 31 assassinatos dentre eles o ataque aos índios de etnia Gamela no Maranhão que deixou 13 indígenas feridos, 2 tiveram as mãos decepadas e 5 foram baleados numa área disputada com fazendeiros, o massacre o corrido em Colniza no Mato Grosso com o assassinato de 10 camponeses e a chacina cometida numa reintegração de posse feita pela política militar do estado do Pará em Pau D'Árco resultando com o assassinato de 13

camponeses. Fato comum entre estes três relatos é que todos ocorreram em áreas de atuação e interesse do agronegócio na produção de commodities e são nessas áreas também onde aparece o maior número dos conflitos divulgados pelo CPT por que como já trabalhado aqui, o capital está sempre em processo de ampliação e quando falamos desse capital aplicado ao campo, é necessária sempre a ampliação das terras subjugadas a sua lógica, sendo assim ao passo em que o agronegócio avança nesses espaços, avançam também os conflitos e as resistências.

A luta pela terra tem se desenhado de maneira diferente ao longo do território nacional, por que ao passo em que a agricultura brasileira se modificou ao longo dos períodos históricos e seu domínio converte-se ao capital financeiro e as corporações internacionais, tornando-a subordinada às exportações de commodities, os conflitos são delineados de maneira dispare nas áreas onde a atuação deste agronegócio se faz presente de maneira mais forte e nas regiões em que a atuação do capital se dá de outras maneiras e as disputas estão mais relacionadas a oligarquia latifundiária, como na Mata Sul de Pernambuco.

3.5 Disputas territoriais e luta pela terra na Zona da Cana em Pernambuco

Os números mais altos da estrutura fundiária concentrada no estado não por acaso encontram-se na região onde se desenvolveu a economia sucroalcooleira, tendo o Estado como seu maior patrocinador, freando seu o desenvolvimento econômico e social, já esmiuçado na presente pesquisa. Conforme Andrade (1988, p.230) Esta estrutura colonial se adapta aos momentos históricos “mantendo porém as suas características fundamentais, através das quais a classe dominante manteve o controle da propriedade da terra”.

Tal estrutura acaba ampliando a disponibilidade da mão de obra, uma vez que sem alternativas para manutenção de sua vida, a crueldade imposta pelo latifúndio e pela hegemonia da cana era (e ainda é) tanta que a população local acaba por se sujeitar ao trabalho, em sua grande parte insalubre, nos engenhos, usinas e plantações de cana, conforme explicado em Dabat (2007, p. 58 e 66)

A agudez da concentração fundiária privava os não latifundiários de meios de vida. O único acesso à propriedade da terra era a forma de minifúndio, incapaz de sustentar a família camponesa (...). É através do monopólio da propriedade da terra que os senhores de engenho controlam a força de trabalho da população local não proprietária. Na zona canavieira em Pernambuco não havia alternativa de emprego como morador nas plantações. A disciplina da escravidão foi substituída pela disciplina da fome.

A presença dos minifúndios também se destaca, que, junto com os latifúndios, se espalham tornando característica da constituição territorial na região. Por minifúndio se compreendem as propriedades com extensão territorial menor (menos de 10 ha), geralmente trabalhadas por uma família que mesmo empregando toda sua força de trabalho na propriedade não consegue garantir a reprodução de sua vida e sua prosperidade econômica.

Sobre este binômio Prado Jr apud Dabat (2007, p. 59) expõe que a situação ficou assim desenhada: “De um lado, maior número de braços à procura de ocupação – onde maior oferta de mão de obra, e tendência à redução de seu custo – e de outro lado, um número crescente de pequenas propriedades inviáveis e prontas para serem reagrupadas pela grande exploração logo que isso fosse conveniente.” Deixando claro que além do combate a grande propriedade também se traçava uma luta em combate ao minifúndio que, ao não cumprir sua função social, acabava por empobrecer ainda mais seus “proprietários” e beneficiar os usineiros já que essas famílias, sem condições de se manter em “suas” terras, voltava ao ciclo de vender sua força de trabalho.

Neste quadro a região canavieira do estado é historicamente marcada como lócus de inúmeras lutas camponesas conduzidas por vítimas da monocultura da cana-de-açúcar, sendo inclusive berço das Ligas Camponesas em meados da década de 50, surgidas no Engenho Galileia em Vitória de Santo Antão sustentadas por camponeses que exigiam além de melhores condições de trabalho, salário e a terra. Tiveram intensa atividade até o golpe, que deu origem a Ditadura Militar.

Relevante também a participação de Miguel Arraes enquanto governador apoiado pela esquerda que em seu primeiro mandato (1963 – 1964) garantiu aos povos do campo um acesso um pouco mais ampliado a seus direitos. Marca-se o Acordo do Campo feito entre usineiros, fornecedores, trabalhadores rurais e seus sindicatos, que garantiu a melhoria nas condições de trabalho e pagamento com base no salário mínimo.

Não esmiuçaremos estes movimentos, apenas faremos um rápido resgate por sabermos ser importante para a localização da região neste contexto na atualidade, pois muitos são os grupos, entidades e associações que se formaram para endossar a luta pelo direito a terra e justiça social no campo de Pernambuco. Destacamos a participação da FETAPE que aparece junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais como importantes atores políticos na história da luta por terra, assim como a CPT, o MST e a Fetraf de atuação nacional e a OLC de atuação estadual.

A década de 90 marca a história do Pernambuco como o estado do Nordeste com maior número de ocupações, respondendo sobretudo em sua segunda metade por 41% das

ocupações da região. Esse período é marcado também pela crise por qual passava a indústria açucareira, causando desemprego e aumentando a demanda por terra, sendo frequentes as ocupações em áreas de usinas, articuladas em sua maior parte pelo MST.

Os anos 2000 também ficam marcados por um número bastante alto de ocupações realizadas com apoio principalmente da CPT, MST e OLC. Com mais de 50.000 famílias ocupadas segundo dados da DATALUTA (2007). O contexto político do início da década com a gestão de FHC criminalizando as ocupações fez com que o movimento recuasse um pouco, por que a repressão também incluía a não realização de assentamentos. Com o início do mandato de Lula as ocupações voltam a ser intensificadas na região. Interessante destacar que entre 1995 e 2002, período de intensas ocupações é também o período com mais consolidações de assentamento na região, totalizando 94 segundo dados do INCRA, nos dando base para entender que a luta e ocupação da terra pressionam o governo para a realização da reforma agrária.

Analizando os conflitos e ocupações em Pernambuco divulgados pela CPT nos cadernos de conflito no período de 2006 a 2016 como demonstrado na (quadro 3), identificamos que os conflitos gerais, que somam os conflitos por água, terra, trabalhistas, superexploração, trabalho escravo e as ocupações, se apresentam na maioria dos anos em uma linha quase constante não tendo muitas modificações. Associamos o número (mais) elevado de conflitos em 2006 às obras da transposição do Rio São Francisco e pela reanimada na produção de cana-de-açúcar e PROALCOOL e, conseqüentemente a especulação do capital (agora internacional) em terras e usinas junto a ineficiência dos órgãos competentes para fiscalização tanto do trabalho, quanto do cumprimento da função social da terra e claro, a não realização da reforma agrária.

O estado aparece com o número mais elevado de conflitos em 2012 (3º no Nordeste neste ano) estando associados mais a grandes empreendimentos que ao latifúndio propriamente dito. São decorrentes de obras relacionadas ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento na implementação do Complexo de Suape, da Transnordestina, Transposição do Rio São Francisco e conflitos com comunidades tradicionais em suas maiores ocorrências. Ao número maior soma-se também ter sido ano eleitoral onde os nos municípios menores a maior parte dos políticos e candidatos são também latifundiários e usineiros e onde os movimentos sociais ampliam suas mobilizações colocando ainda mais em evidência a questão agrária.

O último levantamento, realizado em 2016, na análise nacional aparece como palco de aumento de conflitos. A região Nordeste aparece como a segunda mais conflituosa sendo estes

os conflitos históricos entre camponeses e latifundiários da cana-de-açúcar e também decorrentes de obras como MATOPIBA, Complexo de Suape, Transnordestina e Transposição do Rio São Francisco.

Separando os conflitos com foco na Mata Setentrional entendemos que estes respondem por um número baixo de ocorrências se comparados aos conflitos ocorridos por estado. Entendemos que esta diminuição se configura assim por conta do projeto de desenvolvimento implementado pelo governo do estado em parceria com o governo federal de reestruturação produtiva, que amplia a presença de capital nacional e estrangeiro em Pernambuco, sobretudo na região da Mata Norte, com a instalação das fábricas da FIAT e do Pólo Farmacoquímico.

Analisando todo o período divulgado, entendemos que na Mata Sul os conflitos são protagonizados em sua grande maioria por sem terras/posseiros e donos de engenhos, usinas, fazendeiros/latifundiários. Há apenas um registro de conflito com remanescentes de quilombo e um conflito de pescadores em Sirinhaém junto à Usina Trapiche que se estende por muitos anos. Em referência ao número de ocupações, a microrregião apresenta um gráfico decrescente, tendo a grande maioria delas sido articulada pelo MST e em alguns municípios também pela Fetraf.

Como as ocupações aparecem como o principal mecanismo de reivindicação e pressão aos governos para a realização da reforma agrária, a diminuição destas nem sempre indica que a reforma agrária vem sendo realizada na consolidação dos assentamentos. Alguns estudiosos como Sauer (2010) compreendem que esta diminuição no número das ocupações percebida nos últimos anos pode ser reflexo do diálogo ampliado existente entre as gestões governamentais e os movimentos de luta social.

Torna-se sintomático que numa região onde historicamente foi consolidada a luta pela terra no estado o número de ocupações tenha diminuído assim como o número de conflitos computados também. Se nos basearmos na análise dos dados poderíamos compreender que não há muito mais o que ser feito e que a questão agrária local estaria bem próxima de ser solucionada. Mas os dados já apresentados no capítulo anterior nos expõe uma contradição enorme: os conflitos diminuíram em sua contagem, mas as diferenças e a luta histórica do campesinato e do latifúndio para reprodução de suas práticas no território ainda aparecem como latentes.

Quadro 3 – Conflitos e ocupações de Terra em PE e Mata Sul (2006 - 2016)

| PERNAMBUCO | | | |
|-----------------|------------------|---------------------|-----------|
| Ano | Conflitos Gerais | Conflitos por terra | Ocupações |
| 2006 | 106 | 50 | 72 |
| 2007 | 49 | 16 | 41 |
| 2008 | 73 | 11 | 52 |
| 2009 | 37 | 8 | 18 |
| 2010 | 51 | 13 | 33 |
| 2011 | 75 | 27 | 31 |
| 2012 | 130 | 67 | 38 |
| 2013 | 65 | 30 | 29 |
| 2014 | 55 | 35 | 10 |
| 2015 | 42 | 20 | 13 |
| 2016 | 50 | 43 | 4 |
| Mata Meridional | | | |
| 2006 | 13 | 5 | 12 |
| 2007 | 7 | 1 | 7 |
| 2008 | 4 | 1 | 6 |
| 2009 | 2 | - | 4 |
| 2010 | 6 | 1 | 4 |
| 2011 | 12 | 4 | 3 |
| 2012 | 22 | 12 | 8 |
| 2013 | 7 | 4 | 1 |
| 2014 | 7 | 3 | 1 |
| 2015 | 3 | - | 2 |
| 2016 | 14 | 12 | - |

Dados: Comissão Pastoral da Terra. Organização: Anamaria Medeiros, 2017.

Dentro do panorama levantado para Mata Sul, dedicamos um olhar mais minucioso para a cidade de Palmares (quadro 4) visto que é o lócus da disputa territorial que vamos tratar. Pensando no cenário da economia sucroalcooleira, da monocultura e das desigualdades que ela gera, associando ao fato da luta por terra se desenhar de forma mais concreta nestes cenários e sabendo que a maior parte do seu território está ocupado pela cana,

Palmares apresenta no período da análise um número baixo de conflitos por terra: 4 em 10 anos e 7 ocupações.

A maior parte dos conflitos é de cunho trabalhista, envolvendo superexploração e até trabalho escravo em usinas de cana-de-açúcar. Buscando compreender o número baixo de conflitos computados, partindo da ideia de que eles existem pois como já salientamos, o campesinato não tem possibilidades de reprodução junto ao capitalismo pois são antagônicos, assim entendemos que o latifúndio, ao existir, reprime as condições de reprodução do campesinato.

Quadro 4 – Conflitos por terra e ocupações – Palmares (2000 – 2016)

| Ano | Conflitos Gerais | Conflitos por terra | Ocupações |
|------|------------------|---------------------|-----------|
| 2006 | 3 | - | 4 |
| 2007 | 1 | - | 1 |
| 2008 | 2 | - | - |
| 2009 | - | - | - |
| 2010 | - | - | - |
| 2011 | 3 | - | - |
| 2012 | 4 | 3 | - |
| 2013 | 2 | 1 | - |
| 2014 | 1 | - | - |
| 2015 | 1 | - | 2 |
| 2016 | - | - | - |

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org. Anamaria Medeiros, 2017

Ao compreendermos desta maneira e analisarmos a tabela de conflitos, entendemos que estes se configuram de uma maneira diferente da que está desenhada na maior parte das lutas por terra no Brasil. Salientamos que não compreendemos tais conflitos de maneira una, mas que as lutas territoriais são impressas de acordo com a formação do território e o período histórico vivido. De modo que a forma como as lutas se consolidavam nos anos 90, não teve o mesmo contexto e formação nos anos 2000 ou na última década; assim como o lócus onde esses conflitos se formam e desenrolam também moldam os mesmos. Por exemplo, nas regiões onde hoje o agronegócio atua mais fortemente como centro-sul, o norte do Brasil e as regiões onde o capital se instala de maneira mais agressiva, como onde se desenvolve as obras do PAC ou megaempreendimentos de reestruturação produtiva, os conflitos aparecem em maior número e com mais episódios de violência. Hoje os conflito computado pela CPT em

relação a terra gira em torno de famílias assentadas atingidas pela construção da Barragem de Serro Azul.

Palmares também tem um número baixo de assentamentos. Hoje a Mata Pernambucana possui 14.977 famílias assentadas em 136 assentamentos (Reis, 2016, p. 77) sendo 93 destes assentamentos localizados na Mata Sul e 3 em Palmares. No entanto, como a cidade foi construído tendo como base a economia sucroalcooleira, existem ainda muitos engenhos e usinas, a maioria sem funcionamento, onde habitam muitos posseiros que em geral tinham alguma relação na época de funcionamento destes.

E neste contexto enquadra-se o Engenho Barra do Dia, foco do presente estudo. A comunidade hoje composta por 80 famílias, são posseiros e passaram a morar na comunidade por conta do trabalho na usina. O conflito, iniciado em 2011 veio em decorrência da falta de pagamento, na época 80 trabalhadores da Usina Vitória de propriedade de Beto da Usina (já apresentado em tópico anterior), que foi prefeito da cidade, estava sem realizar pagamento aos funcionários, que sem alternativas, começaram a plantar na propriedade. Ao perceber que os funcionários estavam usando as terras para plantar para seu autoconsumo o “dono” da mesma colocou os moradores tanto de Barra do Dia, como do Engenho Viola na justiça por invasão de terra.

4 NOTAS SOBRE CAMPESINATO E RESISTÊNCIA

“Esta terra é desmedida
e devia ser comum,
Devia ser repartida
um toco pra cada um,
mode morar sossegado.

Eu já tenho imaginado
Que a baixa, o sertão e a serra,
Devia sê coisa nossa;
Quem não trabalha na roça,
Que diabo é que quer com a terra?”

A terra dos Posseiros de Deus, Patativa do Assaré.

Ao longo de todo trabalho dissertativo construímos nossa discussão buscando explicar que a maneira como o cenário agrário do país foi e é construído não engloba diferentes racionalidades, pois, ao priorizar o modelo de desenvolvimento e a racionalidade capitalista, acaba reprimindo outros modelos de desenvolvimento e racionalidades como o das comunidades tradicionais e do campesinato, já pontuado inclusive quando abordamos a questão agrária, a estrutura fundiária e a concepção da terra, que aparece como mercadoria para o capital e enquanto meio de trabalho e (re)produção de vida para o campesinato.

Cientes que a formação territorial e produção do espaço agrário neste contexto apresentam-se de maneiras diferentes e diversas e que, é inerente a isto o confronto de racionalidades, surgem as desigualdades, os conflitos e por sua vez, as resistências. Assim sendo, faz-se primordial a análise mais detalhada do campesinato, posto que é fundamental para a compreensão destes processos e de suas contradições.

Diante do avanço do capitalismo no campo, algumas hipóteses sobre o futuro do campesinato foram sendo delineadas, em especial a que entende que os camponeses e camponesas não iriam mais existir enquanto classe, se aglutinando ao capital e a que compreende que o desenvolvimento do capitalismo não extingue o campesinato e sim o recria. Assim sendo, neste capítulo delinearemos como a teoria tem tratado o campesinato na perspectiva do capitalismo agrário e da questão agrária, que como já explicado, é também nosso entendimento.

Assim, tal como José de Souza Martins, Marta Inez Marques, Alexandrina Luz, Ariovaldo Umbelino, Thomaz Junior, Eliane Tomiasi Paulino e tantos estudiosos e estudiosas do campesinato e do agrário no Brasil, compreendemos que o campesinato está dentro do

modelo contraditório, desigual e combinado do desenvolvimento capitalista, sendo necessário à sua reprodução e que, para compreendê-lo, faz-se necessário considerar o contexto histórico e a estrutura social em que estão inseridos.

Tomiasi (2012) lembra que a autodefinição enquanto camponês/camponesa não é muito usual e estes, na maioria dos casos, se identificam enquanto lavradores, posseiros ou agricultores e que este fato não invalida o uso do conceito que, sobretudo no Brasil, é relativamente recente, tendo surgido em meados da década de 60 pelo Partido Comunista como expressão política no sentido de demonstrar contradições no desenrolar do processo histórico, demonstram valores, identidade e a possibilidade de organização social.

Sendo assim ao adotarmos o termo campesinato no presente trabalho, não estamos defendendo apenas o vocábulo, mas entendendo o campesinato enquanto classe social e categoria política dentro da questão agrária, nos posicionando politicamente, o compreendendo enquanto classe sobretudo pela sua capacidade de criação e recriação, dando visibilidade a esta, entendendo que a ciência não é feita de maneira neutra.

4.1 Como a ciência tem visto o sujeito camponês?

Muitas são as discussões feitas na academia sobre qual seria o futuro do campesinato no bojo de uma sociedade cada vez mais capitalista. Seu futuro só será possível na sua integração com o mercado capitalista ou na resistência e luta contra o capital? Quais são as características desse campesinato? Como compreendemos o sujeito político camponês? O que busca o campesinato? Qual seu *modus operandi*?

Salientamos que não esgotaremos os estudos sobre o campesinato e que estamos levantando o tópico para pontuar o que tem sido escrito e apresentar alguns teóricos e suas compreensões, a fim de chegar no nosso entendimento na pesquisa. É necessário pontuarmos também que reconhecemos a riqueza por trás da tradição dos estudos camponeses, mas compreendemos que elas (enquanto molde) não se aplicam na compreensão do que é o camponês hoje.

Ploeg (2008) destaca que as formas camponesas de agricultura existem como práticas sem representação teórica, não podendo, desta forma, ser compreendidas de maneira adequada o que em geral leva à conclusão de que não existem ou que são uma anomalia dentro do capitalismo e, mesmo quando tais práticas são reconhecidas, são vistas como obstáculos à mudança que só serão sanados com a transformação dos camponeses em empresários agrícolas. Tal condição, ainda segundo este autor, contribui de forma notável para

os problemas existentes na atualidade como a negação da forma típica de desenvolvimento da agricultura camponesa baseada na intensificação do trabalho e na realização efetiva dos processos de reforma agrária.

Segundo Servilla e Guzman (2005) no decorrer dos séculos 18 e 19 houve duas categorias teóricas nascidas pelo processo de transformação social consequente da implantação do modo de produção capitalista e a necessidade de compreender como este processo impacta o campesinato: o narodismo defendendo a vigência do campesinato e sua adaptação histórica e o marxismo ortodoxo que defendia que o campesinato seria sacrificado pelo desenvolvimento do capitalismo posto que entendiam-no como arcaico.

Posteriormente o debate é reacendido entre 1960 e 1970 e duas hipóteses são levantadas: a dos populistas russos que baseavam seus estudos pelas forma de organização camponesas, qualidade do modo de vida e acreditavam que os mesmo contribuiriam para a afirmação de uma sociedade mais justas e tem como teóricos expressivos Chayanov e Shanin e a corrente que analisava o campesinato a partir das mudanças decorrentes dos avanços do capitalismo, da industrialização e do seu desenvolvimento no campo, acreditando que o camponês não estaria nesse processo, desaparecendo, sendo tal hipótese defendida por teóricos como Lênin e Kautsky. Estas vertentes foram encaixadas em dois paradigmas utilizados para compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo: o paradigma da questão agrária¹⁹ e o paradigma do capitalismo agrário, apresentadas respectivamente nas concepções acima.

Dentro do paradigma que entende a questão agrária como proletarista, destacamos a obra publicada por Lênin em 1899 intitulada “O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” que em sua construção, dispendo de censos agrícolas, formula sua teoria de desenvolvimento rural e, apoiado em Marx, insiste que o campesinato na sua forma antiga deixará de existir, sendo substituído por uma “nova população rural” que será a base social de uma economia de mercado, dominada pela produção capitalista.

O ponto primordial deste teoria é que “o camponês está inteiramente subordinado ao mercado e dependente dele, tanto para o seu consumo pessoal, como para sua atividade” (Lênin, 1982, p.113), sendo assim, compreende que o campesinato estaria engendrado ao capitalismo e que sua extinção se daria por que a população rural se dividiria em burguesia

¹ 9 Destacamos que no paradigma da questão agrária, existe uma dualidade de tendências. Uma compreendida como proletarista que entende que o camponês no desenvolvimento do capitalismo acabaria tornando-se proletário e uma camponesa que defende a recriação do campesinato. Já no paradigma do capitalismo agrário também há duas vertentes uma que corresponde ao agronegócio e outra a agricultura familiar. (Fernandes, 2008)

rural e proletariado rural e, desta maneira o camponês se transformaria ou em burguês, detentor dos meios de produção e acumularia capital ou ficaria pobre, integrando o proletariado, tendo que vender sua força de trabalho por que não possuiria meios de produção, tornando-se assalariado.

Essa tese levantada por Lênin baseou grande parte dos estudos sobre desenvolvimento da agricultura até meados de 80 no Brasil. As argumentações defendiam que a expansão do capitalismo no campo aconteceria pela concentração de terra e capital nas grandes unidades de produção e trabalho (assalariado) e como estas precisarias ser modernizadas, aconteceria a exclusão crescente dos agricultores, pois estes não possuíam ou poderiam acessar os elementos da produção: a terra, trabalho e o capital. Desta maneira para os estudiosos que compreendiam o campesinato sob esta ótica, a pequena produção camponesa era limitada e residual, pois o desenvolvimento tecnológico os expropriaria dos meios de produção.

Uma obra clássica é “A Questão Agrária” publicada em 1899 por Kautsky que, também baseado em Marx, traz uma análise dos camponeses enquanto ausentes das relações de mercado, colocando como seres isolados, como mistério para a construção do socialismo e como entrave para o desenvolvimento do capitalismo, pois compreendia que a indústria seria a base da sociedade e o camponês acabaria sendo absorvido por ela.

Entendia que com o avanço do capitalismo e sua consolidação, o camponês não conseguiria mais produzir para seu autoconsumo e então teria de buscar suporte no trabalho acessório para sua manutenção. O autor compreendia que o camponês passava por um processo de transformação de sua racionalidade, se tornando, através da subordinação da atividade agrícola ao capital (insumos e processamento, por exemplo) um agente que deve atender as demandas da indústria. Quanto mais a indústria avança, mais o trabalho estritamente doméstico deixa de existir.

Num contexto mais geral, Lenin e Kautsky acabam ressaltando elementos da questão agrária: a pobreza e desigualdade social gerada pela desintegração do campesinato com o avanço do capitalismo no campo. Considerando que apesar da hegemonia do modo de produção capitalista, há outros modos de produção que não são capitalistas e o campesinato aparece como um desses “A organização da unidade econômica camponesa” publicada em 1925 por Chayanov apresenta as comunidades camponesas no sentido de sua organização social e econômica, explicando como a unidade camponesa conseguia atingir o equilíbrio entre força e intensidade de trabalho e consumo da família, compreendendo o campesinato enquanto modo de produção.

Chayanov (1985) compreende que o campesinato atua numa lógica distinta da capitalista e considera errôneo a sua análise a partir dos meios de produção do capital. Não admite o desaparecimento do campesinato e entende que sua inserção no mercado de trabalho aparece como forma de resistência, de manutenção da condição camponesa, não se baseando na lógica burguesa de acumulação e sim na reprodução de sua vida. Assim sendo, o camponês ao se submeter a lógica do mercado, não perde autonomia da produção, podendo se dedicar a cultura de mercado, mas mantém a cultura para seu autoconsumo, mantendo sua organização familiar e os valores engendrados nesta.

No tocante ao Brasil os estudos que falavam de forma mais ampla sobre o rural, tiveram seu início fortemente vinculado aos estudos produzidos a partir da Europa. De acordo com Queiroz (1976) o Brasil “rural” passou a ser estudado pela teoria social, no fim do século XIX e vingaram duas correntes de pensamento: uma que considerava que o rural era composto por uma mestiçagem²⁰ que travava o progresso – no sentido do desenvolvimento do capitalismo – do país e uma segunda corrente que entendia que as contribuições das populações rurais no desenvolvimento do país era poucas devido seu isolamento mediante a falta de infraestrutura e registro ou mapeamento das comunidades existentes.

Sendo assim, a visão do rural nesta corrente foi feita a partir de uma visão externa e desinteressada (politicamente) em integrar estes sujeitos e sujeitas, baseando-se na premissa de que o campesinato estava fadado ao desaparecimento, considerando que estavam “fechados” nos seus locais e vivências enquanto comunidade e que por isso não seriam agentes expressivos no tocante à economia e suas terras deveriam ser incorporadas à produção em grande escala.

Outra análise recorrente era a de que o país apresentava duas camadas sociais: as proprietárias e as expropriadas dos meios de produção, sendo compreendida como reducionista pois omite as demais camadas, dentre elas os camponeses, estando estes enquadrados como “pobres rurais” que desapareciam enquanto camponeses e se proletarizariam.

Martins (2002, p. 53) tenta diferenciar o proletariado do campesinato nas diferentes situações que vivenciam enquanto classe social e destaca que classificar como pobre

² 0 Descendentes de mulheres escravizadas que tiveram filhos com homens brancos, no geral. No dicionário a definição é “que ou o quê provém do cruzamento de raças ou espécies diferentes”. “O mestiço era tido como racial e fisicamente desequilibrado” (QUEIROZ, 1976, p. 7). Estando claramente o racismo ligado a esta corrente, pois compreendia o negro como não apto para realização dos trabalhos de forma autônoma e, como coloca a autora, negava-lhe seus direitos, sua capacidade de trabalho e organização e subjugava estas pessoas aos comandos de um fazendeiro que os disciplinava para que o “progresso nacional” pudesse ser realizado.

“era uma categoria pobre, insuficiente (...) porque ali havia uma diversidade de pobres que se encaixavam mal nessa categoria espremida: havia os índios procedentes de tantos e diversificados universos culturais; posseiros retardatários de um processo histórico residual e lento; havia os colonos dos núcleos de colonização públicos e privados...”

Sendo assim, no agrário brasileiro, há uma vasta gama de sujeitos e sujeitas sociais que vivenciam a relação e o conflito com o avanço do capitalismo em seus espaços e territórios de maneiras diferentes, com respostas diferentes e formas de resistência também diversas. O índio que é expropriado de suas terras para a construção de uma hidrelétrica experiencia o conflito e a resistência de uma maneira diferente do posseiro na Zona da Mata de Pernambuco que tem sua terra tomada pelo latifundiário. Colocar todos estes sujeitos na mesma caixa é ignorar suas vivências, seu modo de vida e sua atuação enquanto sujeitos políticos no/do território.

Para Caio Prado Jr 1966 apud Martins (1990, p. 23) a transposição dos estudos e conceito de campesinato surgido na Europa para a realidade brasileira não é aplicável, posto que diante da história do país, não temos nada que se pareça ao campesinato descrito por esses estudos. Martins ainda afirma que

A ausência de um conceito, uma categoria que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo - alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é. Martins (1990, p. 25)

Para o autor, o camponês era definido como aquele que está em outro lugar, as margens da sociedade, alheio aos fatos e em certo sentido, excluído e que, por ser visto desta maneira, alguns militantes e partidos políticos o entendem como retardatário no debate político. Essa exclusão do “pacto político” não é meramente política e define o sujeito camponês no processo histórico.

No Brasil a ciência dá ênfase ao conceito de camponês segundo Marques (2008) junto com as Ligas Camponesas em meados da década de 50 quando as lutas relacionadas à questão agrária ganham destaque no país. Contudo, a lógica sempre esteve presente nos estudos relacionados ao campesinato no país: a hipótese do fim do campesinato defendida pelos estudiosos que baseavam-se em Lênin, por exemplo, ou hipótese que defendia a sua recriação dentro do capitalismo, baseados nos estudos de Rosa Luxemburgo. Também no bojo das Ligas Camponesas surge o conceito de latifundiário como conceito oposto ao de camponês e

ambos remetem a luta de classes no campo brasileiro, protagonizadas por classes antagônicas (camponeses x latifundiários, grileiros x posseiros x sem-terra x agronegócio) onde o território aparece como expressão concreta deste processo.

Por campesinato compreende-se uma diversa gama de formas sociais baseadas na tríade trabalho, família e terra; estando estes interligados. Na década de 70, as ciências sociais passaram a incorporar o conceito de pequena produção em substituição ao conceito de camponês e no final dos anos 70, início dos anos 80, simultâneo ao crescimento das desigualdades geradas pela questão agrária, crescia também a diversidade das lutas no campo, formado por movimentos com especificidades claras como os sem-terra ou os atingidos por barragens, e, segundo Marques (2008) aparece como preferência a adoção pelas ciências de categorias descritivas e mais específicas em detrimento a conceitos mais densos como o de campesinato.

Posteriormente surge o conceito de agricultor familiar em substituição ao de camponês com base numa concepção evolutiva e bancada também pelo Estado em suas políticas públicas, empobrecendo o debate político em torno da classe e da questão agrária. Sobre isto, Wanderley (2015, p. 30) destaca que

Nos anos 1990, a categoria “agricultura familiar” foi adotada pelo próprio Estado, ao formular um vasto programa de apoio aos agricultores (Pronaf), cuja atividade estivesse organizada pela e para a família (ABRAMOVAY, 1998; ABRAMOVAY e VEIGA, 1999; MATTEI, 2005). Com isso, diluía-se o conteúdo histórico-político que a palavra “camponês” inspirava, ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valoração positiva de suas particularidades. Atualmente, ela é consagrada, não só pelas instituições do Estado, mas também pelos próprios atores sociais, seus beneficiários.

Com referência ao “problema” que carrega o conceito de agricultor familiar, usaremos a obra de Abramovay (1992) intitulada *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, como referência, pois coloca o agricultor familiar enquanto profissão e apaga o camponês enquanto sujeito político, modo de vida ou classe social. Tal como afirma “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (1992, p. 19)

Compreende o camponês como pré-político, anacrônico, atrasado, estando fadado ao desaparecimento posto que

“ao se integrarem a novas estruturas de mercado, transformam não apenas sua base técnica, mas o círculo social em que se reproduzem, tornando-se uma nova categoria social compreendida como agricultores profissionais. O que era antes um modo de vida, torna-se uma profissão”. Abramovay (1992, p. 126)

Ou seja, para o autor, o agricultor familiar não é o camponês, eles são contrários: enquanto o camponês integra parcialmente os mercados (na venda do excedente produzido), o agricultor familiar está integrado ao mercado sem conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista.

Não partilhamos deste entendimento por compreendermos como reducionista o conceito de agricultura familiar, espremendo o campesinato e ignorando sua capacidade de reinvenção e recriação diante do avanço do capitalismo no campo, reduzindo a diversidade de formas de reprodução assumidas em contextos e tempos históricos variados, a uma forma única, taxativa e evolucionista, que enquadra o campesinato em um molde onde cabem os interesses do capital e as políticas públicas feitas por um Estado que comprovadamente não coloca o sujeito camponês e a sujeita camponesa como prioridade.

Obviamente não compreendemos o camponês como aquele descrito no feudalismo, sabendo que a análise das mudanças é necessária e que, assim como o mercado, as relações, a forma de produzir e outros aspectos não são estáticos e foram sendo modificados, também foi o camponês, mas que a relação terra, trabalho e família não foi modificada.

Repensando os estudos referentes ao campesinato, Ploeg (2008) entende que para a ciência voltar a teorizá-lo, é necessário repensar o que o autor chama de condição camponesa, para a partir disto explicar o modo camponês de fazer agricultura, enraizado na condição camponesa que tem como base o trabalho, caracterizada como

A luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza na criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite formas de co-produção entre o homem (*sic*) e a natureza viva que interagem com o mercado, permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção, fomentando a autonomia e, dessa forma, reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser fortalecidos através de outras atividades não agrícolas, existindo padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações. Ploeg (2008, p.40).

A luta por autonomia aparece como fundante para a reprodução do seu modo de vida e se materializa, por exemplo, numa base de recursos auto-controlada que dá suporte para que se insiram na co-produção, onde os recursos sociais e naturais são configurados e reconfigurados gerando novos níveis de co-produção pois plantam, criam animais, pescam ou beneficiam seus produtos e assim buscam aumentar a autonomia e melhorar seus recursos nas

unidades agrícolas. Segundo Ploeg (2008) uma parte da produção é consumida pela família, outra parte é vendida e outra pode alimentar a terceira fase do ciclo produtivo.

Dentro do contexto de modernização conservadora e de como o capitalismo hoje tem se materializado no campo, a condição camponesa aparece como meio de conseguir autonomia e possibilidade de melhoria frente a insegurança e as relações de dependência presentes no contexto social a qual estes sujeitos estão submetidos. Como parte da formação social, a condição camponesa não é estática e nem determinada, podendo se desenvolver através de mecanismos diferentes em ritmos e situações distintas.

Destacamos ainda que esta luta por autonomia não tem um limite, uma meta a ser atingida, ela é constante pois a base de recursos precisa ser defendida posto que o modo camponês de fazer agricultura convive com um ambiente hostil, sendo assim, a base de recursos precisa ser criada e recriada já que “não existe nenhuma segurança oferecida por outros e os sucessos anteriores não são garantia para o futuro.” Ploeg (2008, p. 43)

4.2 De que campesinato estamos falando?

Alguns estudiosos como Martins (1986, 2010), Garcia Junior (1975), Oliveira (2006), e Tomiasi (2012) entendem o campesinato como classe sui generis do capitalismo tendo sua originalidade expressa pela sua reprodução baseada no próprio controle sobre o seu trabalho e sobre seus meios de produção, o que permite sua recriação. Eles não são independentes das relações capitalistas, mas são independentes do modo de produção.

Martins expõe que o camponês dispõe dos instrumentos de produção dentre eles a terra, mesmo que não seja documentadamente sua, ainda que a alugue ou pague sua renda, sendo ele que decide o que faz com a terra e compreende que “o vínculo do camponês com o capital não é estabelecido através de sua força de trabalho ao capitalista. Diferente do que acontece com o operário, cujo trabalho é diretamente dependente do capital, o trabalho do camponês é um trabalho independente. O que ele vende não é sua força de trabalho e sim o fruto de seu trabalho que nasce como sua propriedade” (2002, p.60).

A relação dialética aparece ao passo que existe uma autonomia camponesa e há também uma sujeição destes ao mercado capitalista. Segundo Marques (2002, p. 2) “A relação dialética entre tradição e modernidade perpassa toda a cultura brasileira. Não há um destino pré-determinado para o campesinato na sociedade brasileira. O destino dessa classe social é

definido ao longo de sua própria história pelas posições que ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária.”

Para Marques (2002, p. 58), o conceito de camponês

Permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo.

E fazendo relação com a pesquisa aqui realizada Marques (2008) coloca que a luta pela terra (e pelo território) aparece hoje como mais um capítulo do campesinato no Brasil onde a territorialidade do capital, que entende a terra como mercadoria, está em disputa com o campesinato que a concebe como meio de reprodução da vida. E, a partir disto, compreende que esta disputa deixa clara a possibilidade de recriação camponesa e não de proletarização visto que a possibilidade de se recriar não se esgota na sua expropriação da terra ou migração para as cidades.

Segundo a autora, o camponês brasileiro ao contrário do narrado nas versões europeias, é um migrante e sua separação do seu lugar de origem não representa uma ruptura dos vínculos estabelecidos com a terra. Pois

(...) mantém a relação direta de trabalho, vínculos familiares e relações de origem, o que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de acesso à terra se apresenta como uma alternativa para os pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade do trabalhador. Marques (2008, p. 65)

A assertiva é complementada por Ploeg (2008, p.37) quando coloca que “os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura”.

Cientes de que no processo de mudanças decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo cada vez mais mundializado, as hipóteses e teorias pensadas pela ciência também estão passíveis a estas modificações e considerando o que já construímos de arcabouço teórico na dissertação, compreendendo tais processos ocorridos no campo brasileiro a partir do desenvolvimento contraditório do capitalismo que tem em seu seio também o desenvolvimento de formas não capitalistas de produção onde encontra-se o campesinato, Tomiasi (2012, p. 45) considera que “a existência do campesinato não deve ser

vista como algo descolado do capitalismo, mas como parte integrante desse modo de produção” entendendo-o também como classe social cuja identidade está na luta sistemática pela libertação do controle privilegiado da terra. A busca da terra aparece como resposta ao histórico processo de expulsões e migrações impostos pelo próprio avanço do modelo capitalista.

Neste sentido, compreendemos os sujeitos históricos da pesquisa enquanto camponeses, visto que a adoção pelo termo também aparece enquanto escolha política. Não excluimos desta opção teórica a agricultura familiar, pois entendemos que esta apresenta como característica fundamental a autonomia do trabalho sendo este desenvolvido pela família, porém o termo por si, sem problematização ou análise crítica, acaba parecendo raso diante do contexto econômico, social e político a qual está submetido.

O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo. Shanin (2008, p. 5) Assim sendo, utilizaremos agricultura familiar de base camponesa, sem contudo ser um termo usado em substituição ao campesinato, considerando este enquanto classe e modo de vida, em concordância com autores como Tomiasi, Shanin e Marques.

Sobre isso, Tomiasi coloca que

Ao serem transformados em meros trabalhadores familiares, ao serem propugnadas realidades inverossímeis, supostamente redefinidas pela perda do papel produtivo do campo, pela perda da importância da terra, pela homogeneizante tese de multifuncionalidade das unidades produtivas e transformação dos camponeses em “proletários” parciais, está implícita a perda da dimensão de classe, o que não se justificaria diante das mudanças em curso, haja vista que a mudança é um componente da realidade, o que colocaria as demais classes sociais no mesmo patamar, o que não é o caso. Isso parece ser mais indicativo de que ainda sobrevive a estratégia de banimento dessa classe social do pacto político. (TOMIASI, 2012, p. 55)

Assim sendo, nossa análise se baseia na contradição que representa a reprodução do campesinato num contexto de hegemonia capitalista, pois gera relações não-capitalistas visto que não estão alicerçados no trabalho assalariado e sim na satisfação das necessidades de sua família, o excedente produzido pode até ser comercializado, porém não com a finalidade de acumulação, nem da reprodução ampliada dos lucros. O sujeito camponês busca a manutenção do seu modo de vida, de sua identidade e os enfrentamentos existentes se dão para que estes fatores lhes sejam garantidos.

Sendo entendidos como “elemento de dentro do capitalismo, esses sujeitos seguem, incorporando técnicas, produzindo mercadorias sem, contudo, tornarem-se capitalistas face o controle dos meios de produção; sem tornarem-se proletários, ainda que o trabalho familiar seja o fundamento de sua reprodução”. (TOMIASI, 2012, p. 74)

4.3 Resistência Camponesa

A formação do território brasileiro criou e tem criado ao longo de seu processo, formas de apropriação do espaço/território realizadas por grupos e formas diversas. Neste contexto, a produção do território feita na implementação do sistema capitalista é marcada por contradições e antagonismos como já destacamos ao longo do texto.

Ao analisarmos as disputas territoriais, compreendemos que os processos sociais e históricos são diversos dentro do espaço brasileiro, e, especificamente no espaço agrário, atentamos que historicamente os agentes do capital vem se apropriando da natureza, dos sujeitos e sujeitas e das forças produtivas para acumulação de riquezas, desde a expropriação dos indígenas, à escravização dos povos negros, à modernização conservadora no campo e destruição dos bens comuns. A história da formação territorial do país é pautada na exploração e espoliação dos nativos e depois das classes sociais marginalizadas com o avanço do capitalismo, produzindo um espaço desigual.

No seio do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo, surgem inúmeras formas de resistência, conflitos de interesses e classes. No tocante ao espaço agrário, a resistência no campo brasileiro é desenhada desde os primórdios da formação, seja com a negativa dos índios em serem escravizados, nas batalhas travadas pela continuidade no território que construíram, seja com a formação dos quilombos, fruto da fuga e resistência dos negros escravizados ou posteriormente, na luta do campesinato para entrar ou permanecer na terra e contra a exclusão que o sistema acabou lhe oferecendo, tanto social e política como já pontuamos acima quando são vistos enquanto anacrônicos, seja econômica quando não conseguem competir com os mercados, vendendo sua força de trabalho ou não conseguindo acessar o crédito para desenvolver suas atividades de maneira mais eficaz. Camponeses são figuras históricas que empreenderam várias lutas ao longo do tempo para garantir a reprodução de seu modo de vida e seu lugar social.

Segundo Martins (1990) uma perspectiva evolucionista permeava os estudos sobre os movimentos sociais no campo e acabava por compreendê-los como messiânicos, banditismo social ou sindicalismo e, baseados nos estudos de Marx, compreendiam os camponeses como

pré-políticos e dependentes de uma força externa para se tornar movimentos políticos propriamente ditos. No entanto, o autor vai colocar o messianismo e o cangaço como as primeiras formas de libertação e de demonstração de vontade própria por parte dos camponeses, sendo também indicativo de crise nos setores tradicionais do campo, contestadores da ordem social hegemônica, tendo predominado no Brasil até meados de 1940, quando na década de 50 emergem as Ligas Camponesas e os sindicatos como principais formas de organização e luta política do campesinato no país.

No contexto dos movimentos camponeses de escala nacional, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), fundado em 1984 que tem sua luta ampliada e estendida para 23 estados do país como uma rede, constituindo um movimento não apenas social, mas socioterritorial,²¹ especializando a luta, rompendo com localismos.

O processo de luta dos sem-terra eclode no final da década de 70 por trabalhadores expropriados do campo a partir do processo de modernização. Tais trabalhadores começaram a promover ocupações de latifúndios improdutivos. As primeiras ações, apesar de isoladas regionalmente, se deram na região Sul do Brasil sendo organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1974 para apoiar as lutas e anseios dos camponeses no Brasil.

Dentro desse contexto de luta camponesa no Brasil além dos sindicatos, pastorais, federações, organizações e entidades, esta também se constrói pela atuação dos movimentos sociais, sendo o mais significativo é o MST, entretanto há também uma capacidade de resistência às relações capitalistas impostas e práticas que não necessariamente são organizadas pelos movimentos sociais. “Pelos movimentos sociais (nesta escala) e, não necessariamente pela produção de mercadorias é que os camponeses se comunicam com o outro e mundializam as suas demandas, protestos, reivindicações, necessidades, etc.” Fabrini (2006, p. 65)

Considerando a dimensão política de sua atuação social, estes sujeitos se organizam por meio de movimentos de abrangência nacional e internacional como observa-se no Fórum Social Mundial e na ação da Via Campesina – organização internacional de camponeses e camponesas, composta por movimentos sociais e organizações do mundo todo – servindo para ampliação de sua escala de ação e alcance de suas reivindicações.

Para além da luta organizada junto aos movimentos sociais, existem outras formas de re-existir e resistir ao modo de produção capitalista, adotadas pelos camponeses, tais como a

²¹ “Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (...) São sujeitos reivindicando um território.” (FERNANDES, B.M. 2005, p. 31)

produção para autoconsumo, o controle do processo produtivo, a autonomia, as relações de troca, a cooperação e etc. Sobre isso, Fabrini (2006, p. 71) coloca que

Ao se construir como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou considerados de forma exclusiva, como se tivessem o monopólio das lutas no campo. É importante considerar que os camponeses, e não os movimentos, são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses que constroem os movimentos (e não o contrário), e que estes são um atributo de sua existência.

Destacamos que o lugar social do campesinato está ligado ao seu processo de lutas e resistências em diferentes espaços e momentos históricos, sendo sua organização fonte de conquistas importantes, porém, a luta e a resistência camponesa não encontra-se limitada ou materializada somente na ação dos movimentos sociais. Van der Ploeg (2008) Aponta que os camponeses possuem um papel crítico na modernidade, representando uma força política antagônica ao capital.

Assim sendo, torna-se importante reconhecer as ações de resistência localmente construídas visto que, como já mencionamos, estas não se dão apenas por meio de organização ou movimento social, tendo os camponeses e camponesas, demonstrando capacidade de resistência local, o que ajuda na construção de um território do campesinato, apropriado por ele, como as ações nos acampamentos, assentamentos e comunidades, demonstrando a importância de considerarmos as forças locais para compreender as realidades pontuais, pois aparece como elemento para construção da resistência e luta. Como afirma Fabrini (2006, p. 78)

No processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças locais um conjunto de características e manifestações relacionadas à economia, cultura, costumes, política, relações de parentesco e vizinhança, compadrio, relações familiares e de gênero, socialização das crianças, etc. Serão destacados alguns aspectos da resistência à dominação e subordinação na base local/territorial camponesa como manifestações comunitárias e coletivas, autonomia e controle no processo produtivo, produção de resistência, relações hierarquizadas e de vizinhança.

Diante da estrutura fundiária desigual e do poder dos “proprietários”, a resistência destes sujeitos se materializa desde os primórdios dessa construção, quando os pequenos agricultores camponeses, muitas vezes residentes nos espaços de monocultivo, ganhavam (sob condição de trabalhar na cultura principal) ou conseguiam desenvolver seus roçados, ainda que sem autorização do dono da terra. Para os “moradores” ou “colonos”, como eram respectivamente chamados nas zonas canavieiras do Nordeste, especialmente de Pernambuco e nas zonas de produção de café em São Paulo, esta era a única via de acesso, mesmo em

condições extremamente precárias, à terra e à possibilidade de organização de uma base produtiva familiar, que permitia a cultura de produtos para o consumo da família, cujo excedente podia ser, eventualmente, destinado ao mercado. (PALMEIRA, 1977)

Na perspectiva da resistência e luta por autonomia, compreendemos o controle do processo produtivo – tendo como fortalecedores a terra e os instrumentos de trabalho – posto que não são alienados como os trabalhadores assalariados, já que a família é a própria unidade de produção, regida pelas necessidades e mecanismos para a reprodução do grupo (família). Há também o que Fabrini (2006) intitula de “produção de resistência” onde os camponeses têm procurado modelos de agricultura mais equilibrados e opostos aos hegemônicos, diminuindo o consumo de agrotóxicos, insumos, maquinário e considerando técnicas e conhecimentos pautados e compartilhados entre os próprios camponeses, desvincilhando-se cada vez mais da lógica capitalista.

Somam-se a estas expressões de resistência, o que entendemos como vínculos camponeses, que aparecem com especificidades, como sua relação com a terra, a interação estabelecida entre a terra e sua própria vida, seus conhecimentos sobre o clima, as espécies, a forma de manejo, o calendário de plantio, as práticas cotidianas do seu trabalho no roçado, que colocam a produção camponesa numa esfera diferente da produção capitalista repleta de técnicas, ciência e diretamente relacionada com o lucro.

Importante para autonomia e manutenção na terra é também a comercialização dos produtos em mercados locais, fortalecendo as pequenas redes. A troca de sementes crioulas ajuda na soberania alimentar, a forma como os camponeses e camponesas se organizam, usam a terra diferente do uso dado pelo capital, bem como sua prática social camponesa aparece como resistência só por ser consolidada diferente das relações produzidas no capitalismo. “O coletivo entre os camponeses não está pautado em grandes causas estruturais, mas numa prática e ação local, cotidiana e comunitária que possui amplos desdobramentos.” Fabrini (2006, p. 86)

Para Ploeg (2008) A resistência se encontra em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente. Ela se encontra nos campos, na forma como o estrume é produzido, como os animais são criados e como as propriedades são construídas. Essas práticas são meios através dos quais a resistência é expressa e organizada. A resistência se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala. Em

suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas que ele gera.

Desta maneira, buscamos demonstrar que as teorias que afirmavam o desaparecimento do campesinato ou que o entendiam enquanto resíduo social não são condizentes com a realidade observada. A ideia progressista de que com o avanço das relações capitalistas na agricultura o campesinato não mais existiria acaba sendo superada diante das inúmeras formas de resistência que criam e dispõem nos mais variados contextos, seja na luta pela conquista de uma parte de terra, seja na permanência na terra legalmente já conquistada, seja na produção em meio ao conflito com o latifúndio.

5 ENGENHO BARRA DO DIA E SEUS PROCESSOS

A história da formação do Engenho Barra do Dia, por não ser documentada, oferece dificuldade na compreensão deste processo, por isso, como escolha metodológica no desenvolvimento da pesquisa optamos por basear nossa interpretação na história oral dos moradores, considerando que tal método “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.” Alberti (2005 p.155)

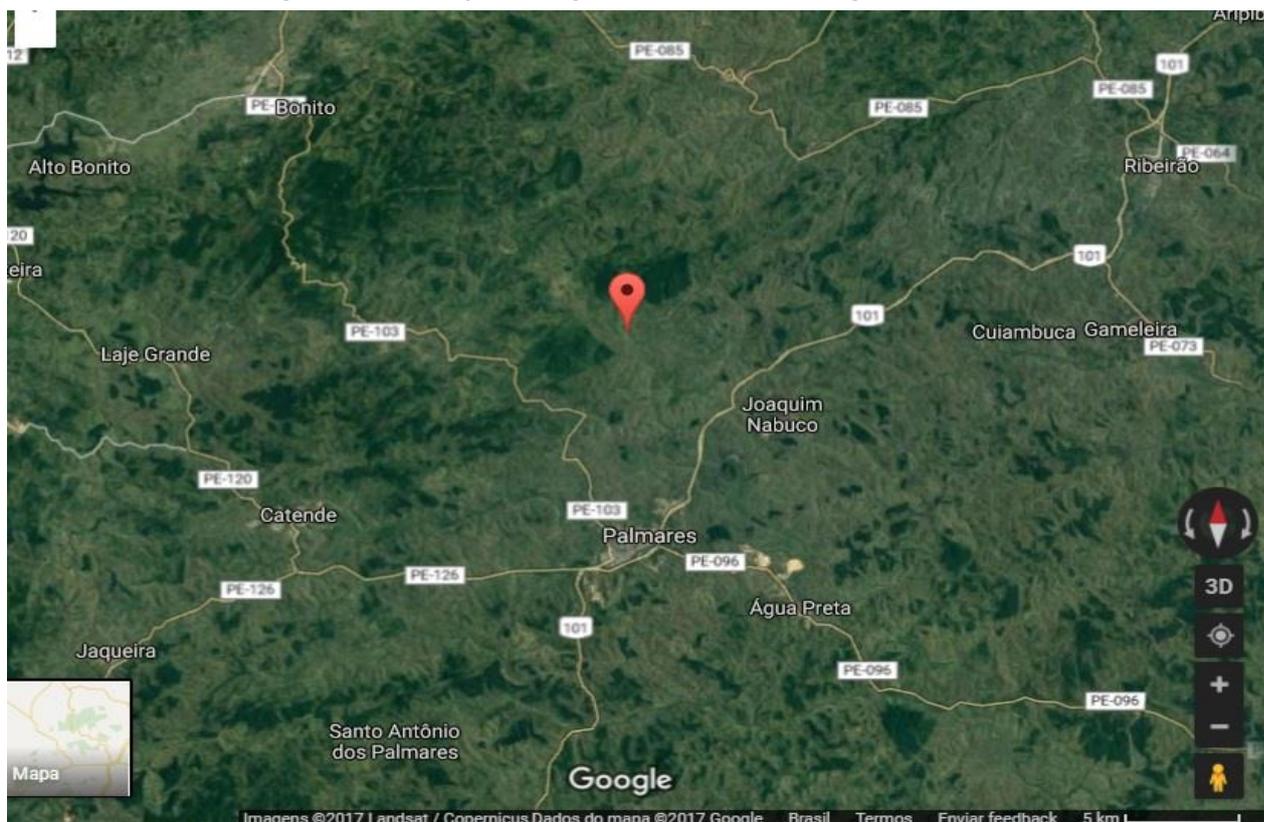
Distante 15 quilômetros do centro de Palmares, o Engenho Barra do Dia (figura 4) era de propriedade da Usina Serro Azul construída nas terras que eram do Engenho Camevou, no final do século XIX, pelo coronel José Piauhyllino Gomes de Melo Filho, aproveitando o maquinário trazido da Inglaterra.

Na fase de transição dos engenhos banguê para as usinas que segundo Correia (1988, p. 67) vai de 1870 até 1933, era comum as usinas adquirirem alguns engenhos que não conseguiam mais produzir açúcar e competir com o mercado, posto que “com o crescimento da capacidade industrial, a usina necessitava de mais canas e, conseqüentemente de mais terras, passando a adquirir engenhos”. Nesse período Serro Azul chegou a possuir além do Engenho Barra do Dia, mais 21 engenhos do município, dentre eles Liberdade, Aratinga, Fertilidade, Vista Alegre e Tambor.

Após a morte de José Piauhyllino a usina passou a ser administrada pelos seus filhos e genros e os engenhos que eram de posse da família tiveram sua administração distribuída entre os mesmos, ficando Barra do Dia para Paulo Gouveia de Melo, filho do dono de Serro Azul. Posteriormente, no período de expansão das usinas, como o engenho não conseguia acompanhar economicamente o processo de mecanização e modernização da indústria sucroalcooleira, foi vendido em meados da década de 60, para a Usina Treze de Maio de propriedade de João Carlos Lyra Pessoa de Mello, usineiro cuja família já era consolidada no setor sucroalcooleiro tanto em Pernambuco como em Alagoas.

A Usina Treze de Maio respondia por 10 engenhos, somando uma área de 7 mil hectares de campo e mais 30 hectares de indústria. Além de uma usina hidrelétrica própria, responsável pela geração de 30% da energia que consumia. O restante da energia era obtido com a queima do bagaço da cana, e se destinava a produção de açúcar.

Figura 4 - Localização do Engenho Barra do Dia – Imagem de Satélite.



Fonte: GoogleMaps, 2017

Atualmente a comunidade, composta por 7 arruados²² e alguns bangalôs²³ tem 80 famílias residentes em 1.200 ha incluindo a área de Mata Atlântica presente nos seus limites. A maioria dos moradores, trabalhou com atividades relacionadas à cana-de-açúcar e hoje vive da agricultura. A relação com o lugar entendido como “somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas” Buttimer (1985, p.228), fica clara no relato dos moradores.

Entendemos que há uma relação, no sentido do lugar, do pertencimento com a lida na cana, visto que uma parte dos moradores reside no engenho desde que nasceu (entrevistamos alguns dos moradores mais antigos que tem entre 60 e 40 anos), pois seus pais, consolidados como trabalhadores rurais no corte de cana, viviam migrando entre engenhos buscando o maior pagamento pelo corte, ou, como muitos nasceram no Agreste e Sertão, migravam para a região na estação seca, pois na Mata era o período da intensa moagem das usinas ou ainda, no

²² Denomina-se arruado a junção de três ou mais casas, na comunidade em questão é como se fosse uma pequena vila.

²³ São chamadas bangalôs as casas que não estão junto de nenhum dos arruados, geralmente entre os arruados há uma ou duas casas que eles denominam bangalô. Por exemplo, as duas casas próximas ao arruado do oito são chamadas de “bangalô do oito”.

caso dos moradores mais recentes (que residem há 10, 15 anos no lugar) que chegavam até o engenho por conta da necessidade de trabalho ou do pagamento oferecido.

Os primeiros moradores, quando as terras de Barra do Dia, ainda eram um “engenho particular” como muitos falam, se estabeleceram no período onde ainda não haviam transportes ou estradas disponíveis para o transporte dos trabalhadores rurais, de tal modo que eram estabelecidas as relações de “morada”, onde o dono do engenho disponibilizava casas para seus funcionários e suas famílias e, na maioria das vezes, um pequeno lote para plantar o complemento da alimentação familiar, usando o “benefício” como justificativa para diminuir o valor recebido pelo trabalho na cana-de-açúcar.

Essa condição aparece desde o contexto pós-abolição e teoricamente vai sendo extinta com o processo de modernização do campo, visto que os proprietários precisavam cada vez mais de terras para expandir o monocultivo da cana-de-açúcar. “Os moradores, em geral mestiços, que viviam nos engenhos, constituíam uma elevada porcentagem da população rural livre. Geralmente conseguiam do senhor de engenho autorização para desbravar um pequeno pedaço de mato e estabelecer uma choupana e um roçado.” Andrade (1980, p. 90)

Sobre a situação da morada, Dabat expõe que

A ‘morada’ foi uma resposta suficiente, enquanto não se tinha os caminhos e rede rodoviárias adequados ao transporte pendular dos trabalhadores. Pois, morando nos engenhos, eles eram mobilizáveis em permanência. E como dispunham de pequenos lotes para culturas, podia-se diminuir para uma quantia inferior ao mínimo vital o salário pago (teoricamente) em espécie. (...) A condição de morador recebeu um tratamento historiográfico volumoso e controverso pelo fato da remuneração ser parcialmente in natura: a cessão de casa e terra. DABAT (2007, p. 85)

A construção dessa relação do ex-escravo ou do descendente de escravo, agora na teoria trabalhador assalariado, é descrita em Andrade (1986, p. 17) apud Dabat (2007) como

Reminiscência de um sistema que substituiu o escravocrata, em que ao desenvolver o trabalho na cana-de-açúcar recebia a remuneração do seu trabalho, parte em dinheiro, parte em moradia e um pedaço de terra, onde trabalhava com a família, produzindo alimentos, obrigando-se a dar alguns dias de serviço por semana à propriedade, mediante pagamento de uma modesta remuneração.

Muitos moradores entendem a concessão da casa como algo positivo para suas vidas, trabalhavam na cana, em troca de um lugar para dormir, acomodar suas famílias e ainda tinham condições de plantar o que quisessem pois recebiam do proprietário do engenho um pedaço de terra, popularmente chamado de “sítio”.

Segundo Andrade (1986, p.17) “O desenvolvimento dessas formas de relações de trabalho é facilmente compreensível em uma sociedade em que os proprietários de terra possuíam áreas superiores à capacidade de produção de seus engenhos e não dispunham de dinheiro em espécie para pagar salários”.

Ao analisar a condição de trabalho e morada na Zona da Mata, Manoel Correia (1980) explica que os trabalhadores eram divididos em três categorias: os moradores, que residiam nas propriedades que trabalhavam, os trabalhadores “de fora” que viviam em vilas e povoados da região e os corumbas ou caatingueiros que residiam no Agreste ou Sertão e se deslocavam durante a safra para as regiões canavieiras.

Neste contexto haviam também os foreiros, que surgiram desde o período de transição entre o período escravagista e o trabalho assalariado e eram pessoas que vivam em áreas mais distantes do engenho, plantando lavoura para autoconsumo, pagando aluguel anual ao proprietário e em época de trabalho mais intenso no engenho trabalhavam alguns dias para o proprietário, algumas vezes de forma gratuita, outras em troca de ínfima remuneração.

Na crise do açúcar muitos engenhos encerravam suas atividades ou tornavam-se fornecedores de cana para as usinas. Quando não havia possibilidade de revender a cana, os proprietários dividiam as terras do engenho em pequenos sítios e alugava-os a foreiros. Porém, passada a crise e como o processo de modernização do setor sucroalcooleiro, em meados da década de 40, as usinas começavam a adquirir as terras dos engenhos. Os antigos senhores de engenho que agora viviam dos foros, resolveram vender suas propriedades para as usinas às custas da expulsão dos foreiros de suas terras. Sobre isso, Andrade coloca que

Expulsaram os foreiros, às vezes indenizando as benfeitorias e outras sem lhe dar indenização alguma, apenas alguns meses para colherem as lavouras temporárias (...) ou as usinas permitiam que os foreiros permanecessem em seus sítios com a condição que destruíssem seus pomares, colhessem as lavouras e se tornassem plantadores de cana. Andrade (1986, p. 122)

Tal conjuntura fez com que vários foreiros se organizassem para lutar contra as ações arbitrárias dos donos de engenho e usineiros e dentre estas lutas enquadrava-se o Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, que posteriormente deu origem as Ligas Camponesas.

A situação de Barra do Dia, encontra-se relacionada ao que Correia enquadrrou como trabalhadores-moradores, visto que

residem nos engenhos ou fazendas e recebem uma casa para morar e um pedaço de terra para a lavoura de subsistência. A casa, sempre pequena e humilde, varia muito enquanto aos cômodos e ao material de que é construída de uma região pra outra (...) A maioria é formada por três cômodos paralelos que se sucedem da sala da frente a

cozinha. Nunca, ou quase nunca, são assoalhadas, sendo o chão de terra batida. Não dispõe de instalações sanitárias, sendo os rios utilizados para o banho e as touceiras de mato mais compactas, para o atendimento as necessidades fisiológicas (...) A casa com a área para a cultura em torno é chamada geralmente de sítio. Andrade (1980, p.123)

Esse morador de sítio tinha algumas obrigações junto ao senhor de engenho, dentre elas trabalhar alguns dias da semana para ele. Nos dias que sobravam ele podia, com ajuda familiar, cultivar as áreas ao redor de sua casa com a condição da lavoura ser temporária, pois caso tivesse lavoura permanente o proprietário teria de indenizá-lo caso quisesse removê-lo do local.

Com o processo de evolução das usinas no estado, a área cultivada com cana-de-açúcar era ampliada e estes moradores não só perdiam as áreas destinadas as suas próprias lavouras, como eram obrigados pelos proprietários a trabalharem mais dias por semana no monocultivo, ficando sem tempo para cuidar do pouco roçado que lhes restava.

A discrepância entre as casas destinadas aos trabalhadores e as que eram destinadas ao proprietário e ao administrador do engenho é tanta que fica clara na fala de D.L. 67 anos, moradora do engenho desde os seis meses de vida.

“Aquele casa grande era quatorze quartos que tinha. Dava umas cinco das da gente. Era o dono daqui que morava lá, Seu Paulo. Quando eu era menina trabalhei lá. Quando era na segunda-feira ele ia pro Recife pra casa da família dele lá, só voltava na quarta-feira. Em julho, todo ano quando ele completava ano, ele fazia uma festa que aí nessa garagem não cabia carro, vinha todos os irmãos dele, tudo dono de engenho também. Aqui era assim: o pessoal que não era daqui chegava atrás de serviço, o administrador do engenho arrumava o serviço, arrumava a casa e pronto. Aqui era meio mundo de casa, agora tem pouquinho, antes isso aqui parecia uma rua **(fazendo referência ao centro de Palmares, que eles tem costume chamar de rua)** de tanta gente.”

Como fica claro na fala acima exposta, a paisagem no engenho também mudou com o passar dos anos, inclusive com a diminuição do número de moradores e casas no local. Barra do Dia, assim como a maioria dos engenhos da Zona da Mata, teve suas casas construídas dentro do sistema de morada, comum na região. A maioria das casas onde moram hoje os mais antigos, ainda tem a mesma estrutura das entregues pelo dono do engenho a seus avós ou pais, com a diferença que algumas agora possuem instalações sanitárias menos precárias, não sendo essa situação na maioria da comunidade.

5.1 *O engenho hoje*

Como já colocado, o engenho (figura 5 e 6) possui 7 arruados e algumas casas, acomodando um total de 80 famílias, numa área de 1.200 hectares. Tanto os moradores mais antigos, como os mais novos trabalhavam em atividades relacionadas a cana-de-açúcar, desde o período do engenho até a fase das usinas e em suas sucessivas gestões e alguns poucos em paralelo desenvolviam agricultura de lavoura branca ou banana, para complementar a alimentação familiar e venda da produção excedente.

O acesso ao engenho ainda é precário, visto que ele fica distante aproximadamente 5 km da rodovia PE-103, única forma de acesso à comunidade e as estradas (foto 1) no engenho são de barro, com muitos buracos e em períodos chuvosos ficam ainda mais alagadiças, o que acaba deixando os moradores, quando não ilhados, com dificuldades sérias de locomoção.

Para amenizar o problema, nos períodos mais alagadiços em que os moradores têm dificuldades de chegar até seus roçados, os mesmos colocam pedras em alguns pontos das estradas. Há a promessa nas sucessivas gestões de colocar uma ponte pequena numa parte mais acidentada da estrada para facilitar o acesso, mas isto ainda não foi feito. A comunidade recebeu a ponte, a princípio destinada a construção da Barragem de Serro Azul que não foi utilizada, como doação junto com a Secretaria de Agricultura de Palmares. Segundo o presidente da Associação, estão esperando apenas o período do verão para a instalação.

Desde 2011, todos os anos a prefeitura recebe um documento feito pela associação de moradores, que é entregue em mãos, com uma lista de melhorias que precisam ser feitas em Barra do Dia, dentre elas questões fundamentais como o acesso à água, o saneamento básico, a iluminação nas ruas do engenho e o transporte para a comunidade, mas até hoje nada foi solucionado.

Figura 5 – Representação espacial feita por moradores do Engenho Barra do Dia



Figura 6 – Croqui esquemático do Engenho Barra do Dia produzido a partir de croqui desenhado por moradores da comunidade em atividade realizada em pesquisa de campo



Foto 1 - Estrada de Barra do Dia com pedras doadas pela prefeitura e colocadas pelos próprios moradores.



Foto: Anamaria Medeiros, 2017.

O transporte público não chega até a comunidade e em casos de urgência os moradores que possuem meio de transporte particular, em solidariedade, levam os moradores que precisam sair da comunidade e normalmente quando precisam ir até o centro de Palmares ou a outros engenhos contam com o ônibus que transporta os estudantes que cursam o ensino fundamental II ou médio até as escolas na área urbana de Palmares. Esse ônibus, na teoria, passaria três vezes ao dia, para levar e trazer os alunos e alunas que estudam pela manhã, a tarde e a noite. Porém, a comunidade tem frequentes problemas neste sentido e na gestão de João Bezerra, PSB (2012 – 2016) chegou a passar mais de dois meses sem contar com o serviço e em outras gestões períodos menores por conta de problemas com os automóveis ou na estrada. Sem contar com a total falta de segurança que o ônibus oferece, sem assentos e cinto de segurança suficientes para todos.

O atual prefeito, Altair Junior (PMDB) modificou o sistema de transporte das comunidades rurais: o ônibus utilizado para o deslocamento dos alunos é de propriedade dos motoristas que residem na comunidade e a prefeitura arca com a gasolina e o salário destes. Por vezes, quando a estrada está muito difícil para o acesso com o ônibus, outros moradores fazem as vezes de motorista, utilizando seus carros pessoais, com menor capacidade de passageiros, visto que em períodos chuvosos é mais fácil o trajeto nestes carros que são mais elevados e leves que o ônibus.

Em um de nossos trabalhos de campo, utilizamos o transporte local (foto 2 e 3) e tivemos problemas para chegar até a comunidade pois estávamos no período de intensas chuvas e o ônibus escolar de Barra do Dia estava quebrado. Assim, junto com alguns moradores que estavam no centro de Palmares e os alunos do período da tarde, fomos no ônibus do Engenho Couceiro, dispostos a andar 5 km (sem iluminação) até Barra do Dia.

Foto 2 e 3 - Transporte Escolar – Barra do Dia

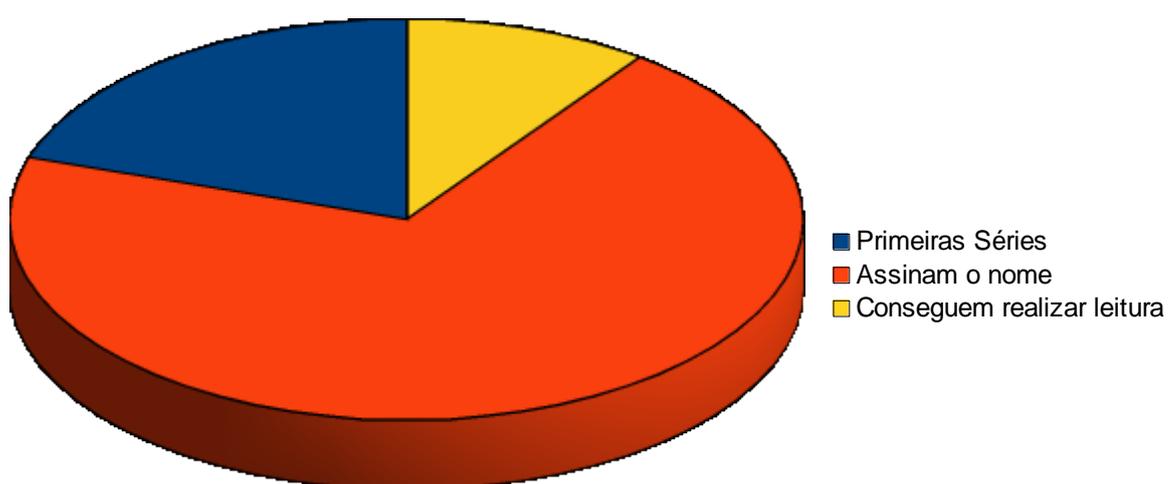


Foto: Anamaria Medeiros, 2017

No tocante a saúde, precisam se locomover cinco quilômetros até o Engenho Couceiro que possui posto de saúde e realiza consultas de rotina. Para as emergências, precisam ir até a área urbana de Palmares ou Recife. Há na comunidade uma casa antiga onde funcionava o posto de saúde local e uma médica vinculada ao Programa Mais Médicos do Governo Federal dava suporte aos moradores, no entanto, desde 2013 o posto parou de prestar serviços a comunidade, mas ainda recebe verba que fica na prefeitura.

Sobre a educação (gráfico 4) entrevistamos 25 moradores com mais de trinta anos. A maior parte é semianalfabeta, conseguindo realizar pequenas leituras alguns sem conseguir compreender o que haviam lido, ou tendo cursado apenas as primeiras séries do ensino fundamental e a maior parte apenas sabe assinar o seu nome. Dos mais próximo dos 30 anos, alguns chegaram a estudar fora do engenho, mas a grande maioria não chegou a concluir. Os moradores mais jovens apresentam uma taxa de escolaridade mais alta, a maioria curso do Ensino Fundamental II ou o Ensino Médio em escolas na área urbana de Palmares, contudo também notamos que é costume pararem os estudos após a conclusão do Ensino Médio visto que a maioria começa a trabalhar fora do engenho ou passa a dedicar seu tempo ao roçado da família.

Gráfico 4– Grau de escolaridade/instrução Barra do Dia com mais de 30 anos



Relacionamos a baixa escolaridade ao trabalho na cana-de-açúcar, visto que a grande maioria começou a exercer a atividade junto com os pais, com idade inferior a 15 anos, para aumentar a renda familiar e também à precariedade do acesso às outras séries do ensino em escolas fora do engenho (visto que a maioria dos engenhos, quando possuem escola, oferecem aulas do infantil I até o fundamental I) fazia e faz com que muitos dos moradores mais jovens completassem o Ensino Fundamental I na única escola existente na comunidade e parassem os estudos depois disto.

A Escola Municipal Santa Inês (foto 4) que funciona dentro da comunidade conta com duas salas pequenas na área onde antes era a casa dos cachorros do proprietário do engenho e até 2013 havia apenas uma professora lecionando para todos os alunos, do ensino infantil até o 5º ano, em duas salas. A mesma dividia as turmas por idade e ensinava aos menores de manhã e aos maiores a tarde, dividindo a atenção entre as duas salas existentes na escola.

Foto 4 – Escola Municipal Santa Inês



Foto: Anamaria Medeiros, 2017.

Em referência às moradias, em sua grande maioria as casas possuem dois quartos, uma sala, cozinha e uma área geralmente no quintal destinada a lavagem de roupas, louças e

higiene pessoal, tendo pouco alterado o formato original das casas dadas pelo proprietário do engenho. Os que possuem um maior poder aquisitivo, geralmente os mais idosos, aposentados, tem banheiro construído dentro de casa.

A comunidade não tinha água encanada até 2016, hoje há água encanada no arruado Boa Vista, Vinte e Um, Primavera e da Baía. Da escola até o Arruado São José o serviço ainda não foi concluído. A água que chega as casas (por meio de bicas) foi colocada pela própria comunidade, através de rateio de trezentos e cinquenta reais, com a ajuda de um político local que doou a encanação. A água utilizada na escola vem de uma casa próxima, onde a comunidade abastece galões de água e leva até os banheiros da escola.

A energia elétrica nas casas chegou em 2004 e ainda hoje não há iluminação nas ruas, sendo assim, quando anoitece os moradores que precisam sair utilizam lanternas. De acordo com o presidente da Associação de Moradores de Barra do Dia e Viola, a gestão atual da prefeitura esteve no engenho procurando ouvir dos moradores quais seriam as reivindicações mais urgentes e solicitaram a documentação para a instalação de postes de iluminação nas ruas da comunidade, mas até julho de 2017 o serviço ainda não havia sido realizado.

Como não tem coleta de lixo, a maioria dos moradores cava buracos um pouco distantes da casa e vai colocando o lixo produzido até enchê-lo, depois ateam fogo ou cobrem o lixo com folhas. Alguns fazem adubo com estrume e lixo orgânico.

A atual gestão da prefeitura tem executado um projeto junto com a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural intitulado “Prefeitura no Campo” (foto 5) que tem por objetivo ir às comunidades rurais de Palmares ouvindo suas necessidades, a fim de traçar um plano em conjunto com as mesmas, para execução dos pedidos de forma mais rápida e eficiente. Em maio de 2017 o evento aconteceu no Engenho Barra do Dia, na ocasião foram oferecidos alguns serviços de saúde e estética para os moradores da comunidade e dos Engenhos Viola, Poço e Couceiro. Os moradores também puderam expor as principais demandas das comunidades para as secretarias responsáveis. Do que foi solicitado, a única “melhoria” realizada pela prefeitura até julho de 2017 foi a doação das pedras que os próprios moradores têm colocado nas estradas.

Foto 5 – Prefeitura no Campo



Foto: Prefeitura de Palmares, 2017

5.2 *A cana é a fome do mundo” - O período de trabalho na cana-de-açúcar*

Tendo como objetivo crescente a expansão e a ampliação do lucro, o capital se alia ao Estado onde encontra sustentação para sua efetivação, tornando primordial a análise das relações trabalhistas neste contexto, seja a partir das leis do trabalho, seja através dos conflitos consequentes da exploração humana e inerentes ao desenvolvimento capitalista ao longo dos tempos históricos, visto que a lógica da acumulação em todo seu percurso, para além das demais perversidades que gera, também se baseia na exploração humana.

No contexto da economia sucroalcooleira, o processo de proletarianização a qual o trabalhador rural encontra-se submetido ficou mais agudo com o advento das grandes usinas. Na atualidade, os salários e o nível de escolaridade dos trabalhadores, embora um pouco menos precários que outrora, continuam baixos e insuficientes e os mesmos continuam sendo expostos à condições de trabalho inerentes ao setor, que vão desde a falta do cumprimento da legislação no tocante a segurança do seu trabalho, violação de direitos até o trabalho análogo a escravidão e morte por exaustão.

Sobre o trabalho no corte da cana, Alves (2006) anuncia que

[...] eu comparo o cortador de cana a um corredor fundista, porque os trabalhadores que apresentam a maior produtividade não são necessariamente os que têm maior massa muscular, são os que têm maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, em alguns casos, e por um período que varia entre 8 a 12 horas de trabalho diário [...] um trabalhador que corta 6 toneladas de cana, num talhão

de 200 metros de comprimento, por 8,5 de largura, caminha, durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros, despende aproximadamente 50 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 183.150 golpes no dia.

Sob a égide das relações capitalistas, o trabalho na cultura da cana é extremamente marcado pela extensão das jornadas e intensificação do ritmo de trabalho, além do decréscimo no valor dos salários, descumprimento das leis trabalhistas, insalubridade e condições degradantes. Tanto o é, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), classifica o corte de cana como uma das piores formas de trabalho da contemporaneidade, deixando óbvia a superexploração do trabalho pelo capital.

Além da classificação da OIT sobre os trabalhadores no corte da cana parecer bastante, somam-se a estes os sujeitos em condições análogas a escravidão, que segundo o artigo 149 do Código Penal Brasileiro²⁵ é crime com pena de reclusão de 2 a 8 anos, sujeito a pagamento de multa, além da pena correspondente à violência. Enquadra-se como condição análoga a escravidão o trabalho forçado ou jornada exaustiva e a exposição a condições degradantes de trabalho. A superexploração da força de trabalho humana configura mais uma das faces do capitalismo contemporâneo.

Segundo dados da Repórter Brasil²⁶ de 1995 a 2015 foram resgatados 49.816 pessoas que trabalhavam em regime de escravidão no país. Entre os anos de 2008 e 2014 só em Pernambuco foram 769 pessoas resgatadas, nos treze estabelecimentos, sete eram usinas ou engenhos demonstrando que a atividade canieira usa bastante deste tipo de exploração.

Em entrevista ao Repórter Brasil²⁷, o coordenador de Combate ao Trabalho Escravo, Flávio Gondim afirma que os trabalhadores rurais de Pernambuco encontram-se expostos a jornada excessiva de trabalho, tendo que cumprir o corte de três a quatro toneladas por dia recebendo cerca R\$ 14,70.

Em 2009, 252 pessoas (incluindo crianças e adolescentes) foram libertadas na Usina Cruangi, no município de Aliança, Mata Norte do estado. Entre as irregularidades estavam ausência de carteira assinada, atraso nos pagamentos, falta de equipamentos para a segurança do trabalho, condições insalubres de moradia e higiene bem como 27 menores de idade

2

⁵ Para maiores informações consultar Código Penal Brasileiro:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.803.htm

² ⁶ Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo/>

² ⁷ Entrevista disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2009/02/ministerio-publico-do-trabalho-vai-intensificar-a-fiscalizacao-no-estado/>

trabalhando.

Após a ação e da divulgação de Pernambuco como o segundo lugar na lista suja do trabalho escravo (2009), os empresários do setor sucroalcooleiro assinaram um termo de ajustamento de conduta (TAC) em Julho de 2009²⁸, resultado do Programa Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas no Setor Sucroalcooleiro do Ministério Público do Trabalho, visando assegurar a garantia de direitos mínimos ao trabalhador como saúde e segurança do trabalho no meio rural.

Atualmente há um decréscimo no número de identificação e denúncias de trabalhadores nestas condições, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego em 2016 foram identificados 766 casos, dos quais 752 foram solucionados, porém para o coordenador da Campanha de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra, frei Xavier Plassat²⁹, o número reduzido de casos se deva a falta de recursos e capitalidade do Estado para que os fiscais consigam chegar a tempo de fazer o flagrante logo que as denúncias são feitas.

Isso nos faz refletir sobre a atuação do Estado que não fiscaliza e pune quem comete o crime. O mesmo Estado que deveria ser punitivo, financia os escravocratas, visto o grande financiamento nas usinas, tanto do BNDES quanto do Banco do Brasil.

A impunidade gera a ganância dos empresários, típica do capitalismo, no acúmulo de lucro e a falta de políticas públicas para fins de reforma agrária e melhores condições para os trabalhadores e trabalhadoras, sem oferecer oportunidade de qualificação para o mundo do trabalho e garantia de melhores condições de educação, por exemplo, são fatores que ajudam a manutenção desta situação no país.

No tocante ao Engenho Barra do Dia, seus moradores estiveram submetidos ao trabalho insalubre na cana-de-açúcar desde o período que o Engenho moía a própria cana, até os períodos em que este foi vendido, primeiramente à Usina Treze de Maio e seus sucessivos proprietários, Usina Vitória e Usina NorteSul, até 2011. Nas conversas com os moradores fica evidente por diversas vezes as condições as quais estavam submetidos e os períodos de privação de condições dignas de sobrevivência: “Na cana era muito difícil, a gente tem um

²⁸ Irregularidades no Setor Sucroalcooleiro são combatidas pelo MPT
<http://www.normaslegais.com.br/trab/2noticia200709.htm>

²⁹ Em entrevista dada à Agência Brasil: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-01/com-menos-fiscalizacoes-casos-de-trabalho-escravo-caem-em-2016-diz-Pastoral>

dizer assim, que sempre tem um dever pra o dono né? Era um trabalho, pode-se dizer escravo, né? M.J.S.

Dos camponeses e camponesas que tivemos a oportunidade de conversar, apenas três trabalhavam quando o Engenho ainda era de propriedade dos familiares de seu fundador. As condições não diferiam tanto das que conhecemos hoje, porém é nítida a relação mais próxima com o senhor de engenho. Outro aspecto que aparece era a quantidade de moradores nos arruados e a paisagem do local.

“Hoje em dia isso aqui tudo é muito diferente. Antigamente o povo todo vinha de muito pra morar aqui. O patrão era bom, tinha casa... Antes isso aqui era Barra do Dia, agora é Barra do Mato. Aqui era meio mundo de gente que tinha, aquele arruado mesmo ali, era vinte e uma casa (*em referência ao Arruado Vinte e Um*), hoje só tem seis por que a usina comprou e o pessoal saía (*pra procurar trabalho temporário em outros engenhos ou usinas que oferecessem pagamento maior*) e aí o dono da usina vinha e derrubava logo as casas do povo, outros foram trabalhar pro lado da Pumaty (outra Usina localizada no município de Joaquim Nabuco) e por lá ficaram e morreram...” D. L.

O número de casas diminuiu consideravelmente após a venda do engenho, algumas, que ficavam com algo restante da estrutura inicial, posteriormente foram reconstruídas por/para moradores mais novos. Mas as que ainda permanecem nos arruados são as primeiras, recebidas ainda pelo senhor de engenho.

“Barra do Dia não era um engenho estragado como ele tá hoje, era bem organizado. Aquela casa grande era bem organizada, todo tipo de planta tinha por ali. Aquela vacaria era bem organizada (atual garagem, local onde a comunidade realiza reuniões da associação). Os arruados não tinha essas calçadas quebradas. O pagamento era bem organizado, depois que foi mudando de patrão foi ficando tudo esculhambado. Caía uma parede, não ajeitava mais...” M.R.

“Olhe, quando eu nasci, eu morava lá em São José. Morava mermo minha família toda. Meu pai, tio, dois tio, minha tia, primo meu que só... Aí derrubaram. O pessoal foram saindo, ninguém ia mais morar lá, aí o pessoal deixaram cair ou derrubaram. Aquele pessoal que mora lá já é de outra época. É antigo também, mas de outra época.” J. F.

Quando um engenho era vendido para uma usina era prática comum o então administrador da usina, na intenção de ampliar a área plantada com cana-de-açúcar, ordenar a diminuição do sítio e do roçado do morador, bem como oferecer-lhe um pagamento menor em troca da moradia em “suas terras”. Por esse motivo, alguns trabalhadores e trabalhadoras saíam do engenho em busca de melhores remunerações e quando voltavam encontravam suas

casas derrubadas. Foi assim que arruados como o Vinte e Um, Primavera e São José foram reduzidos e hoje contam com menos de dez casas, construídas para outros moradores.

Outro aspecto percebido é que os cultivos para autoconsumo e para comercialização local eram desenvolvidos mesmo diante do trabalho na usina e em geral pelos moradores mais antigos. Em geral as culturas mais presentes eram banana, mandioca e feijão. Assim como era prática comum os filhos desde muito cedo ajudarem os pais no corte da cana, também era comum as famílias ajudarem na lavoura. “Plantava lavoura também e fazia farinha pra vender. Ai ia vender lá na feira em Palmares”. E o ciclo continuava com os filhos destes que iniciavam o trabalho pesado na cana tão jovens.

“Trabalhava na cana. Fui com meus quinze anos, meninota ainda. Ajudava meu pai, minha mãe e meus irmão. Fazia tudo. Só não fui cambitá, nem encher caminhão. Comecei a trabalhar com quinze anos, até hoje em dia se precisar eu vou. Meu filho tá com uma parcela lá em cima que ainda tem cana, até hoje em dia eu vou lá ajudar ele às vez. Essa aqui (se referindo à filha a seu lado) trabalhou também, só parou quando arrumou família. Começou com 13 ano de idade. Mas era mais clandestino. Meus filhos não tinha moleza não, tudinho foi comigo cortar cana pra ajudar a botar cumê dentro de casa” D. L., 67 anos

“Eu comecei a trabalhar com oito anos na época era ainda o Engenho, por que assim... meu irmão, a gente era muito unido, ele foi com doze anos e eu acompanhei. Aí já comecei assim, a roçar uns mato e fui crescendo trabalhando no corte, no caminhão, depois virei cabo (Na Usina Vitória). Cheguei a trabalhar três horários e continuei até 2010, quando me acidentei com o carro. Mas só me fichei com 18 anos, quando chegou a Usina, antes disso era clandestino.” M.J.S. 47 anos.

Percebemos também que além da paisagem, a relação existente entre patrão e empregado muda completamente quando a usina Treze de Maio assume a propriedade do Engenho. A relação que antes era de respeito pelo dono de Engenho que cuidava da comunidade e “dava melhores condições” aos moradores, com a administração da Usina passa a ser de temor. Primeiro por que eles começam a entender que não há uma relação como superficialmente havia com o dono do Engenho e, depois, pelas ações opressoras e por vezes truculentas da administração da usina.

Quando a Usina Treze de Maio assumiu a administração do Engenho Barra do Dia, como o processo de produção teria de ser maior, o espaço anteriormente usado para os moradores plantarem foi sendo diminuído, até ser proibido. Também o maior número de pessoas era colocado no trabalho com a cana, poucos fichados e muitos clandestinos, incluindo crianças, como era de costume na região.

Alguns moradores, após a entrada da usina, pensaram que as condições de trabalho melhorariam, por ser uma empresa de porte maior e por que foram chegando novos moradores trazidos pela usina com a promessa de trabalho legalmente reconhecido, com a carteira assinada, salário fixo e os benefícios exigidos por lei. Alguns dos moradores que trabalhavam de forma clandestina relataram que não havia horário controlado pela usina, quanto mais você ficasse executando a atividade, maior seria sua remuneração por isso. Na época a remuneração era de R\$ 5,00 a tonelada de cana para trabalhador clandestino e R\$ 20,00 para trabalhador que fosse fichado.

“Na Treze de Maio eu plantava, mas plantava pouco por que eles não deixava. Nenhum deles deixa né? A gente tá plantando mais agora. Isso aqui tudinho era planta de cana.” M.S. 28 anos morando em Barra do Dia.

“Na época de seu Joãozinho, quando ele morreu e ficou o filho dele cuidando, o pessoal aqui tava passando muita necessidade, aí foram tudinho simhora. Os que ficaram deu pra levar os que era aposentado, o resto, muita gente foi simhora.” A.S.

“Olhe, seu eu for contar a história como era antes, eu acho que esse seu caderno aí vai dar não. Antes era muito difícil, muito difícil mesmo. Meus pais viveram sempre nos engenho, trabalhando cana. Aí vieram pra cá trabalhar com a Treze de Maio. Eu também trabalhei na cana. E muito. No tempo da cana era difícil, nera? Se a pessoa dizer que no período na usina era bom, nera bom não. Você trabalhava que só, recebia e depois tiravam você da usina. Aí só recontratava na outra moagem.” J.J.S, 43 morador há 30 anos.

“Às vez eu trabalhava três horário. Acordava 4 da manhã, ia caminhando aí pelo meio das cana, chegava lá, fazia o serviço de manhã e de tarde, parava só pra almoçar. Aí ia pegado no turno da noite, as vez chegava em casa ainda tinha umas coisa pra preencher de cabo. Era fogo, visse?! Dormia por cima dos papel. Acordava com a mulher chamando pra deitar.” M.J.S.

A história do setor sucroalcooleiro é marcada por períodos de prosperidade e crise. O período de implementação do PROALCOOL em 1975 até o final dos anos 80, foi bastante exitoso para o setor, ajudado pela crise do petróleo, os conflitos no Oriente Médio e a forte atuação do Estado, assim a indústria sucroalcooleira do Nordeste expandiu consideravelmente neste período.

Com a extinção do IAA na década de 90, a intervenção do Estado diminui, e o suporte dado pelo instituto no sentido de controle das disparidades entre as regiões produtoras para de existir. Como consequência em muitas usinas da região Nordeste a produção de cana é desacelerada em relação as regiões Centro-Sul (figura 7) e muitas usinas decretaram falência

ou migraram sua área de atuação para regiões onde a economia canavieira encontrava-se em expansão. Em decorrência disto, o cenário de crise é agravado também por um período de seca no Nordeste implicando no aumento do desemprego na região.

Figura 7 - Produção de cana-de-açúcar por região (1994 - 1999)

| <i>País/Região/ Estado</i> | 1994/95 | 1995/96 | 1996/97 | 1997/98 | 1998/99 |
|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Brasil | 11.897.937 | 12.695.289 | 13.626.724 | 14.972.441 | 17.715.508 |
| Centro-Sul | 8.516.714 | 9.315.505 | 10.423.413 | 11.366.517 | 15.074.906 |
| Nordeste | 3.381.223 | 3.379.784 | 3.203.311 | 3.606.924 | 2.640.602 |
| Maranhão | 25.017 | 63.680 | 25.337 | 8.599 | 14.041 |
| Piauí | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ceará | 15.584 | 29.935 | 23.080 | 21.801 | 12.801 |
| R. G. Do Norte | 137.075 | 126.317 | 128.420 | 155.033 | 127.945 |
| Paraíba | 66.581 | 57.778 | 79.341 | 105.395 | 61.911 |
| Pernambuco | 1.345.200 | 1.357.151 | 1.222.638 | 1.247.766 | 984.001 |
| Alagoas | 1.560.568 | 1.543.349 | 1.522.167 | 1.837.888 | 1.242.300 |
| Sergipe | 57.855 | 45.657 | 60.493 | 73.384 | 46.001 |
| Bahia | 171.134 | 153.175 | 138.010 | 151.322 | 143.235 |

Fonte: Andrade, Manuel Correia de., 2001.

Segundo Costeira Neto (1990), destacam-se alguns problemas nas condições de trabalho dos canavieiros neste período, como o fato de nem todas as etapas do processo produtivo agrícola canavieiro serem responsáveis pela absorção do total da mão de obra do setor. A colheita absorvia a maioria da força de trabalho canavieiro existente, gerando dessa forma desemprego no período de entressafra, durante de 7 a 8 meses. Também os salários e demais direitos trabalhistas desrespeitados, ocasionavam perdas enormes para os trabalhadores, bem como a expansão da fronteira agrícola que expulsou o trabalhador do campo, que, sem terra para produzir e sem emprego fixo na maior parte do ano, acabava migrando para as periferias urbanas ou outros centros produtivos como o estado de São Paulo.

A crise que atingiu o setor canavieiro provocou o encerramento das atividades de várias unidades industriais, implicando na destruição de uma das maiores fontes de geração de emprego rural, produzindo um intenso declínio na absorção de mão de obra. (CAMPOS, 2001).

Neste período, com o processo de falência das usinas, a diminuição da moagem e conseqüentemente a diminuição dos empregos, os trabalhadores que permaneceram no engenho começaram a desenvolver agricultura para alimentar a família e vender o excedente

como garantia ao menos da alimentação, visto que a usina (se em períodos economicamente positivos não realizava o pagamento de forma correta) no período de crise parou de pagar os funcionários.

“A Treze de Maio não pagou certo. Por que essa questão que tão pagando aí agora é justamente férias, décimo, salário-família que não pagavam nada disso na época. A maioria era fichado. Eu me fichei na Treze de Maio em 87. 1º de Julho de 1987, aí trabalhei treze anos na empresa. Eu trabalhei treze anos fichado e nunca recebi férias, décimo ele me pagou uns dois, três. Foi um período muito difícil mesmo, era obrigada a trabalhar, dependia daquilo e tinha que fazer tudo isso.” M.J.S.

De 1993 a 2000, a Usina Treze de Maio passou por um período crítico, passando esses sete anos sem moer e sem quitar dívidas trabalhistas com os funcionários. **“Oxe, era muito difícil. O pessoal passou necessidade mesmo. Hoje tinha o que botar na mesa, amanhã já não sabia.” M.J.S.** Com a dificuldade de se manter no engenho, muitos moradores migraram para outros engenhos que ainda moíam e ofereciam emprego e os que permaneceram começaram a plantar banana que era vendida a atravessadores e roçado para autoconsumo.

Importante destacar que a usina pertencia a família Lyra de Mello, importante grupo da oligarquia açucareira no Nordeste, principalmente em Pernambuco e Alagoas. No Nordeste as famílias que historicamente possuíam engenhos e usinas, também tinham o controle político e econômico do estado, controlando seus empreendimentos com ajuda do governo para financiamentos, subsídios e abate de suas dívidas. Nesse sentido, coloca Andrade (2001) “usinas obtiveram esses empréstimos, com o aval do Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE), que, deixando de quitar suas dívidas, levaram-no a honrar os compromissos assumidos e entrar em uma forte crise que o levou à privatização em 1998.”

A crise no período mencionado apresentava uma forte oportunidade para a realização da reforma agrária região, o que não aconteceu. O processo de ocupação das áreas dos antigos engenhos e usinas falidos deu-se de maneira intensa neste período, trabalhadores cansados de esperar a resolução das causas trabalhistas, ocupavam as áreas dos antigos engenhos apoiados por pastorais e movimentos sociais. Segundo Andrade (2001, p.277)

Percebe-se como o processo de ocupação vem se intensificando, quer quanto ao número de ocupações quer quanto a quantidade de famílias nelas envolvidas. Em 1989 ocorreram apenas três ocupações envolvendo 500 famílias, enquanto em 1997, esta ocorrência foi de 51 ocupações incluindo 8.500 famílias.

Associando estes fatos, entendemos que a crise no setor, a perda do BANDEPE como órgão amenizador de dívidas e a morte do patriarca, João Carlos Lyra Pessoa de Mello, em 1999, fez com que a Usina Treze de Maio encerrasse suas atividades sem resolver as questões trabalhistas ou propor acordo aos seus funcionários, que recorreram à justiça.

Como resolução foi determinada a desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária no final dos anos 90 pelo INCRA, mas a operação não teve continuidade por problemas em relação a posse do mesmo. Em informação extraoficial, tomamos conhecimento que com a morte do dono, o engenho passou a ser de propriedade de sua esposa, Paula Jucá e por tramites burocráticos nesse aspecto a operação não foi continuada.

Dentre os pontos analisados para desapropriação de um imóvel rural pelo Incra estão

Art. 2º - O MDA e o Incra, observado o disposto no art. 2º da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, priorizarão as ações de obtenção de terras para reforma agrária e criação de novos projetos de assentamento, levando em consideração a combinação dos seguintes indicadores:

- I - densidade de população em situação de pobreza extrema no meio rural;
- II - concentração fundiária;
- III - incidência de minifúndios;
- IV - disponibilidade de terras públicas não destinadas;
- V - demanda social fundamentada; (BRASIL, 1993)

Além disso, verifica-se o cumprimento da função social da terra (Lei 8.629/03) preservando o meio ambiente, cumpre as leis trabalhistas, não utiliza mão de obra em condição análoga a escravidão e se a exploração da terra não fere o bem estar dos trabalhadores. Sendo assim, diante do exposto, as terras do engenho enquadravam-se como prioridade, mas o órgão responsável não cumpriu com sua obrigação.

A causa foi para a Justiça do Trabalho e, como resolução, os antigos trabalhadores da usina adquiriram cotas da mesma como garantia da dívida trabalhista que passava dos R\$ 10 milhões. Estes trabalhadores então arrendaram as terras da usina para José Bartolomeu de Melo, conhecido como Beto da Usina, no ano 200030 que voltou a moer no mesmo ano, agora com o nome fantasia de Usina Vitória, com a promessa de aos poucos ir comprando a usina e os trabalhadores reaveriam os valores devidos em espécie, tendo direito a um valor anual de 3% do patrimônio da empresa e voltariam a trabalhar na usina.

O período da Usina Vitória representou outro momento de esperança para quem continuou em Barra do Dia, conforme relato dos agricultores. “Com Seu Beto, no começo foi melhor, ele pagava tudo certinho. Pagou décimo, férias, salário direitinho Mas sempre fica alguma coisinha, né?” M.J.S.

“Olhe, era ruim com Dona Paula (Usina Treze de Maio). Aí Beto entrou e assumiu as coisas de D. Paula. Aí nesse começo de Beto era ótimo demais. Foi um pão de açúcar, foi uma mesa farta. Isso aqui era uma coisa excelente. Barra do Dia dentro de seis meses era a coisa mais linda do mundo. Ai todo mundo dizia que esse era o homem. O homem é esse!” M.R.

“Quando Seu Beto entrou, aí veio outra leva de gente. Como o povo tinha ido embora no período ruim, ficou menos gente aqui. Ai ele mesmo mandava trazer o povo. Tem muita gente aqui que é da época de Seu Beto.” A.S.

“Antes pra gente comer uma galinha do pé seco, pra gente comer só se ajuntasse o pessoal do engenho todo pra comer. Depois que Seu Beto chegou aqui tinha de caminhão.” S.H.

Logo o período de mudanças provenientes da troca de gestão findou e os trabalhadores se viram com problemas ainda mais graves dos que vivenciaram na gestão anterior. O primeiro era referente as culturas para autoconsumo que serviam tanto para complementação da alimentação familiar, como para ampliação da renda doméstica. Foi proibido qualquer tipo de cultivo que não fosse a cana-de-açúcar na parte nos arredores das casas. A maioria dos moradores obedeceu as regras da administração e os que plantavam, o faziam em regiões mais afastadas da comunidade, escondidas do administrador.

“Quando trabalhava na usina a gente não plantava nada não. Quando era na época da Vitória, ele (José Bartolomeu) assumiu dez anos, começou em 2000. Quando ele chegou ninguém podia plantar. Como ele começou pagando direito a gente ficou tranquilo. Na época que ele entrou já tinha gente que já plantava, mas era mais pra casa. Meu pai plantava também. O que sobrava ele plantava e vendia a atravessador pra ajuntar mais dinheiro. Só banana mesmo. O sítio fica mais perto da área nativa. Não era escondido, mas ele sofria pressão.” A.F.

É relevante expor também as condições insalubres as quais os trabalhadores eram submetidos, sabendo que esta prática não é referente apenas a gestão da Usina Vitória, sendo um problema frequente a superexploração, a falta de materiais de proteção adequados e condições de trabalho análogas a escravidão que frequentemente os trabalhadores e trabalhadoras estão submetidos.

Em fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)³¹ em 2008, foram resgatados 284 cortadores trabalhando sem equipamento de proteção e com apenas uma luva para a realização do trabalho nas terras da usina. Também eram obrigados a pagar R\$ 15,00 pela compra do facão utilizado no corte. A mesma não oferecia água aos funcionários que a levavam de casa em garrafas pet e quando esta terminava, bebiam água de brejos das proximidades por não poderem arcar com o preço da água comercializada na propriedade que era de R\$ 20,00 a unidade. Também não haviam instalações sanitárias e os funcionários utilizavam a própria plantação como sanitário. Ainda foi detectada jornada exaustiva de trabalho que ia das 4 horas da manhã às 18 horas. Os ônibus que levavam os trabalhadores não tinham licença e seus motoristas não possuíam carteira de habilitação. Tinham trinta minutos para o almoço que os próprios levavam, em geral era macarrão, arroz e farinha, armazenados de maneira inadequada, fazendo com que em muitos casos, consumissem a comida estragada ou ficassem com fome.

Antes desta ação o SRTE-PE 32lavrou 103 autos de infração contra a Usina Vitória por falta de pagamento, transporte ilegal, descumprimento da jornada legal e descanso. A usina foi multada, mas não pagou os valores estipulados. “D. João Carlos morreu aí a viúva, D. Paula teve uma confusão e arrendou pra Seu Beto e **ele começou a escravizar a gente.**” M.S.

Outra política adotada pela Usina Vitória, que contribuiu para que o engenho fosse mudando sua paisagem e seus moradores, era a gradativa destruição das casas. Quando havia oferta de emprego para os moradores em outro engenho e esses fossem, as casas eram destruídas. Essa política era positiva para a administração em dois aspectos tanto para a diminuição de moradores no caso de indenização, como para o medo implantado nos mesmos que, temendo encontrar piores condições se aventurando em novos empregos, preferiam garantir ao menos sua moradia. Uma dessas ações nos foi contada por um morador e é aqui exposta para a compreensão de como agia a administração do engenho.

“Eu moro em Barra do Dia desde que nasci, mas morava em São José (o arruado São José é o último arruado do engenho, para chegar até ele a estrada é relativamente pior do que nos outros arruados) mas nessa casa aqui desde

³¹ ¹ Informações retiradas de matéria publicada pelo Jornal Brasil de Fato, Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/441/>

³¹ ² Informações retiradas de matéria publicada pelo Diário de Pernambuco. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-rbana/2013/10/14/interna_vidaurbana,467836/mpf-denuncia-socios-de-usinas-em-palmares-por-trabalho-escravo.shtml

2006/2007. Por que uma época de 2005 minha mulher precisou se operar, fazer ligação e a gente ficou mais ou menos um mês na casa que era do meu irmão (mais próximo da saída do engenho, com o acesso mais fácil). Aí meu cunhado na época tava sem casa, ficou lá na minha, mas ou menos um mês. Aí quando foi um dia, o patrão **mandou destelhar minha casa com os móvel dentro**. A gente luta tanto pra ter as coisas e a pessoa vai lá e tira as telha da casa? Nessa época eu trabalhava pra ele, era fichado. Mandei meu cunhado tirar foto da casa toda destelhada e disse que ia na justiça, botar ele na justiça. Aí quando eu tava saindo de casa, apareceu o administrador, Seu Heleno, disse que destelhou por que tava desocupada. Aí na época tinha essa casa aqui que o povo que morava tava indo simhora. Aí eu disse: - Eu quero essa aqui. Ai ele pegou e falou: **Oxe e você quer escolher casa é?!** Eu digo: -É, que eu **nasci e me criei aqui e vocês foram destelhar minha casa com minhas coisa dentro e sem motivo**. Ai ele disse: - Mas não pode não. E eu respondi -Se não puder então eu vou pro sindicato e procurar um advogado. Aí pronto, resolveu.” J.F.

A crise vivida pelo setor na década de 90, continuou nos anos 2000 em consequência do aumento da produtividade em outras regiões do Brasil e da reestruturação produtiva do estado com expansão dos setores terciário e atividades industriais. A produção declinou de “de 11%, em 1990, para apenas 5,3%, na safra 2007-2008.” (SEBRAE, 2008). Segundo o SEBRAE, em termos comparativos, de 1990 a 2007, enquanto o Brasil apresentava uma tendência de ampliação da área plantada, como consolidação do novo padrão de uso da terra para o plantio da cana, a Região Nordeste e o Estado de Pernambuco declinavam.

Neste contexto, acompanhando a tendência das usinas locais que estavam perto da falência, foi retomado o processo outrora vivenciado com venda das propriedades para grupos de regiões mais produtivas ou ainda a modificação para outras atividades como a criação de gado para corte nas terras dos engenhos. Beto da Usina, como é conhecido na região, passou então a negociar a venda da usina e também espalhar gado em alguns engenhos de sua propriedade. Entre 2007 e 2008 os moradores do engenho voltam a passar períodos de privação, ao passo que o dono da usina, entrava para a política, se candidatando para prefeitura da cidade com patrimônio declarado ao TSE33 estipulado em três milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais. Em 2009 chegou a passar o controle da Usina Vitória para o grupo Bertin³⁴ que atuava na agroindústria, energia e infraestrutura, porém nenhuma modificação foi feita na usina até o Grupo NorteSul Açúcar e Bioenergia que investe na reativação de usinas nacionais especialmente na região Nordeste assumir a Usina Vitória e em consequência também o Engenho Barra do Dia em 2010.

³ ³ Informação disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2008/prefeito/04091954-beto.jhtm>

³ ⁴ Reportagem disponível em: <http://www.mixing.com.br/engenharia/usina-vitoria.html>

“Nesse período de Seu Beto pra Nortesusul foi muito difícil aqui. As pessoas trabalhava uma quinzena e demorava dois mês pra pagar, quando ia receber era meia quinzena. Aí foi se prolongando o sofrimento, as coisas ficaram difícil e aí os trabalhadores se juntaram pra tomar posse do engenho. Aí foi quando começou cada uma a plantar suas coisinhas pra sobreviver.” M.R.

“As vezes vinha ônibus com trabalhador de fora aqui, aí a gente parava o ônibus e dizia que não podia deixar entrar porque a gente tava tudo sem receber. Eles mermo não queria pagar a gente, aí ia pegar gente nessas cidadezinhas próximas aqui pra cortar. Não sei se era contratado, se era clandestino. Pois a gente conversava com o pessoal e eles voltavam tudo pro ônibus e ia simhora. Aqui esses usineiro não paga direito a ninguém. O povo como tava passando necessidade por que as usina tudo deixou de moer vinha, né?” A.F.

A informação que circula é que a Nortesusul assumiu as dívidas da antiga Usina Vitória, porém não pagou aos funcionários de maneira adequada desde que assumiu, passando por sucessivas paralisações de funcionários até uma greve maior, junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, em meados de 2011. No tocante à atuação da Usina NorteSul, é comum entre os moradores a insatisfação com os patrões que não sabem quem são.

“O problema foi que deixaram nós aqui abandonado esse povo dessa usina aí, da Nortesusul. Com seu Beto aqui foi uma maravilha, se pensar. Era bom demais, todo mundo comia, todo mundo tinha dinheiro, todo mundo tinha serviço. Ele pagava melhorzinho. Agora quando passou pra essa Nortesusul é que o negócio ficou ruim. Começou sem serviço, sem pagar... aí quando foi depois eles **abandonaram mesmo a gente aqui.**” S.H.

“**A Nortesusul foi a desgraça daqui.** Trabalhei só quatro meses com a Nortesusul, depois do acidente não trabalhei mais não. Aí depois de poucos dias a usina decretou falência e deixou todo mundo na mão, aí foi quando os moradores me procuraram pra formar uma associação pra tentar ver nossos direitos e fomos procurar a CPT para ajudar no processo de registrar.” M.J.S

Hoje Palmares não tem mais usinas em funcionamento (moendo), a Nortesusul está sem moer desde a safra de 2015/2016 e a última moagem aconteceu em novembro de 2015, funcionando apenas 45 dias e as usinas do entorno de Palmares em sua grande maioria também já declararam falência. Atualmente a usina Nortesusul, em época de moagem (setembro a janeiro) vem recolhendo canas de fornecedores de Palmares e levando para a Usina Pedrosa, localizada no município de Cortês.

Após meses sem receber os pagamentos, os moradores do Engenho Barra do Dia e do engenho vizinho, Viola, começaram a plantar para autoconsumo e para tentar comercializar os produtos a atravessadores. Acompanhando a tendência de alguns ex usineiro da região, José Bartolomeu passa a tentar migrar sua atividade para a pecuária, colocando gado nas terras dos

engenhos, ameaçando as casas dos moradores e comprometendo sua sobrevivência. Do choque de interesses entre os cultivos dos moradores e o uso da área do engenho para pastagem, surge o conflito que detalharemos no tópico a seguir.

5.3 *Disputa Territorial*

Como a Nortesusul não realizou pagamentos desde que assumiu a gestão, entre 2010 e 2011, os moradores de Barra do Dia e Viola, decidiram retirar parte da cana plantada pela usina para iniciar ou ampliar a produção de culturas alimentícias.

“Essas casas (em referência aos arruados) foi do tempo do finado João Carlos, as plantação não era aqui não. Onde a gente plantava era bem distante daqui. Nos Coelhos, lá longe. Aí quando Beto deixou de pagar a gente tudinho começou a plantar pro lado daqui. (fazendo referência as áreas mais próximas das casas)” M.S.

Ao tomar conhecimento da atividade, José Bartolomeu pediu a alguns de seus funcionários que comessem a cercar as áreas do Engenho Viola para colocar gado no local. Como moram no engenho apenas nove famílias, os moradores resolveram pedir suporte aos moradores de Barra do Dia na situação, para tentarem parar a colocação das cercas.

Em conversa com os moradores, a situação tensa aparece de forma clara. Após o pedido dos moradores do engenho vizinho, alguns moradores de Barra do Dia foram até Viola, no intuito de reunir um maior número de pessoas e parar a colocação das cercas nos arredores das casas. Ao chegarem no local, procuraram o então administrador da usina que estava coordenando a operação que não esboçou reação a “manifestação”.

“A partir de hoje não bate nenhuma estaca.O administrador tá dizendo que vai cercar tudo pra soltar o gado. A lavoura do pessoal aí, a água que usa pra beber, comer... tudo vai ficar dentro da cerca. E como fica o pessoal?” relata M.J.S

“Lá em Aratinga, quando os boi dele entra, a água do rio fica tudo suja. Se já tá suja sem os boi aqui, só do lado, imagina se os boi entrasse?!” C.B.

“O acesso de estrada ia ficar pior do que já era. O colégio dos meninos não ia dar pra ir por que ele ia tomar a estrada também. E a gente ia se acabar aqui” E.L.

“A gente ficava com medo do prefeito e dos trabalhores dele, mas ao mesmo tempo fortalecido. **Forte pela nossa coragem, coragem da comunidade, pelo nosso direito.** Nós tamo lutando com um homem forte. E ele é muito forte, vocês sabe.” C.B.

“O pessoal de Barra do Dia se juntou com Viola e foi falar com ele (o administrador) lá em Viola onde ele tava cercado:

- Nós viemos parar isso aqui.

- Parar? Vou parar não!

- Num para? O senhor vai parar, se não parar a gente quebra máquina, arrebenta cercado...

- O senhor tá doido?!

Ai começou a chegar mais gente, juntou umas sessenta pessoa lá. Aí ele parou, pegou a máquina botou na cabeça aí foi simhora.. Aí quando é pouco tempo chegou o documento.” S.H.

“Seu Beto quer a terra de Barra do Dia pra fazer gado. Lá em Aratinga ele faz 50 bezerro no dia só com inseminação. Esse gado ele vende pra corte, pra outro estado, sei pra onde é direito não. O homem é rico, rico, rico!” M.R.

Cerca de um mês após esse embate com o administrador da usina, os moradores receberam o documento das mãos de um oficial de justiça com a acusação de invasão de propriedade (foto 6), sendo solicitada a reintegração de posse, aberto por José Bartolomeu, acusando os moradores de invasão de propriedade e solicitando a saída dos mesmos em cinco dias.

“Meu pai tem 54 anos, foi nascido e criado aqui. Como é que não é dele? Me diga como ele invadiu? Isso é muito sério!” A.F.

“A gente veio de Goiabeira (Engenho Goiabeira, município de Xexéu), faz vinte e cinco anos que a gente tá aqui em Barra do Dia. Soubemos que aqui na Treze de Maio e tava pegando trabalhador e viemos morar no Arruado São José. Eu tava grávida, quando foi com um mês tive meu filho e depois me fichei, comecei a trabalhar também cavando suco e cambitando cana. E aqui estamos, desde essa época trabalhei na Treze de Maio, depois trabalhei na Vitória e agora essa Nortsul também. Como é que eu sou invasora? Eu não roubei nada de ninguém, isso aqui é meu de direito!” M.R.

“Tem gente que é novo na idade, mas tá aqui faz tempo a família. O pai, a mãe morreu, tudo com 70, 80 anos e a família continuou aqui. Todo mundo aqui, foi crescendo, casando, tendo filho, os filho tem mais filho e aí tá há geração” S.H.

Apesar da tensão existente entre os moradores e o usineiro, o conflito em Barra do Dia se estabelece de maneira tranquila no tocante à agressão ou ameaças físicas. Moradores relatam que nunca houve ameaça de morte ou agressão, que a ação do usineiro se dá de maneira mais sutil.

“Seu Beto nunca veio aqui falar com a gente não. Chico(em referência a Francisco Melo, sócio de José Bartolomeu nas usinas) veio aqui ainda. O sobrinho de Beto. Ele manda Chico, ele é quem fica insistindo. Comandando aqui dentro. Ele é o cabeça.” M.R.

Aparece também como prática recorrente dos usineiros falidos, para não pagarem indenização aos moradores de suas propriedades ou quando querem iniciar novas atividades nas terras sem arcar com os pagamentos obrigatórios a ex-funcionários, utilizar da relação por vezes próxima que existe entre o gerente ou administrador da usina e os trabalhadores e tentar comprar os lotes de terra ou as casas por valores irrisórios. Tal prática nos foi descrita por uma moradora de Barra do Dia, quando questionada o motivo de ir até Viola ajudar a frear a colocação da cerca, conforme abaixo apresentado.

“Olhe, lá pra dentro da Fazenda Água Fria, o povo saiu expulsado e não foi ele que expulsou não, foi os boi. Os funcionários dele chegava e falava com o morador: - Seu fulano, o senhor quer quanto nisso aqui pro senhor sair?
 Aí o cara respondia: - O senhor me dá mil e quinhentos.
 - Não, mil e quinhentos tá muito caro, vou lhe dar mil.
 - Mil só eu não quero não.
 - Pois tá certo.
 Quando era de tarde ele chegava: - Ô, seu fulano, o senhor saia daqui que eu vou soltar o boi é hoje ou o senhor cerque seu terreno.
 O cara não tinha dinheiro nem pra comer, como é que ia comprar cerca?! Quando era no outro dia vinha aquela manada de boi.
 Aí o cara corria pra lá: - Seu Pedrinho, me dê os mil!
 - Agora dou mais não, só dou quinhentos. O senhor quer?!
 - Depois me dê!
 Pegava os quinhentos conto e ia simhora.
 O medo que a gente tá é ele fazer isso aqui em Barra do Dia. Desse pessoal aí, só um velho que ganhou a questão. Bateu os pé, disse que não saia, parou lá no Recife pra resolver. Resolveu. Aí a gente entende o quê? Que **tem que bater o pé e ir pra luta pelo que é nosso, né?**” S.H.

Diante do conflito, os moradores contataram a CPT para resolver ao menos as questões trabalhistas e foram orientados a formar uma Associação e pelos advogados a tirar xerox dos documentos antigos das propriedades, bem como fotografar as culturas permanentes e a área como estava atualmente.

A atuação da CPT na comunidade foi iniciada em 2011, facilitada pela atuação da entidade no Engenho Viola por conta de um conflito trabalhista existente com a Usina Nortetul. A princípio, antes do conflito direto surgir, a CPT realizou inúmeras denúncias no Ministério Público e na Promotoria Agrária. Como também foi pedindo ao Incra a desapropriação da área.

“Meus pais também trabalhavam na treze de maio quando fiquei de maior foi que eu fui trabalhar, mas já era na Vitória. A gente era contrato, trabalhava seis meses, recebia, depois era contratado de novo. Depois que eles não quiseram mais pagar direito a gente, a gente fundou a associação.” A.F.

“Depois da Nortsul foi que começou o movimento da Reforma Agrária aqui. O pessoal da Nortsul não queria mais pagar e queria passar pra Seu Beto de novo e Seu Beto queria criar gado. Cercar o engenho e botar gado. Aí começemo com os meninos da pastoral, indicaram aqui como a gente ia fazer, com a ajuda deles, foi indo...” J. F.

“Quando a Nortsul entra aqui foi quando ele disse que o pessoal que tinha trabalhado com ele aqui, que morava aqui era invasor, não era dono de Barra do Dia. Ai foi quando a advogada disse pra gente tirar foto dos pé de planta grande, das fotos, das coisa de dentro de casa, por que se a gente fosse invasor, a gente não ia ter nada. Ia ter entrado pra construir a partir daí. Aí depois veio o povo da justiça procurar a gente pra estudar tudo.” S.H.

“A gente foi com ele pra justiça foi por causa da terra. A confusão foi a seguinte: ele diz que a gente tinha invadido o engenho, chamou a gente tudinho de invasor. Ai a gente foi pra justiça com ele e quando chegou na hora que o juiz perguntou ele disse que a gente não era invasor.” M.R.

Em audiência, com as provas de que muitos haviam nascido no Engenho ou eram moradores antigos e na falta de documentação que comprovasse que José Bartolomeu era dono das terras da usina, a causa foi ganha em primeira instância pelos camponeses. Depois desse primeiro momento José Bartolomeu entrou com um outro pedido de reintegração de posse (foto 7) em 2014, também sem sucesso.

moradores não permitiram, pois influenciaria na passagem e acesso entre Viola e o Engenho Tambor.

No mesmo dia um acordo foi proposto aos moradores de Barra do Dia: Dos 1.200 hectares totais, 400 ficariam para o usineiro e o restante ficaria para a comunidade. Como o mesmo não possuía a documentação comprobatória da posse dos hectares, a comunidade não aceitou o acordo, preferindo resolver a situação pelo Incra com a desapropriação para fins de reforma agrária. “O juiz disse que se ele não trouxesse o documento comprovando que a terra era dele, ele ia perder. Até hoje esse documento dele não chegou.” M.S.

“Eu achei uma grande fraqueza. da Associação e da CPT. (cogitar aceitar o acordo), vieram com uma conversa de: - Ele tem 400 (hectares), vocês não acha melhor dá a parte dele pra poder ficar mais tranquilo?! Eu digo: Não! Comigo ou tudo ou nada. Eu não abro mão. O acordo de Viola abriu uma brecha pra cá né? Eu não tinha concordado não..” S.H.

Atualmente, como o acordo não foi aceito, o conflito segue sem maiores modificações. A comunidade continuou desenvolvendo seus plantios e vivendo da agricultura sem maiores investidas ou acusações do proprietário da usina.

5.3.1 O conflito dentro do conflito

No final de 2016 a Usina Treze de Maio contatou 31 ex-trabalhadores da empresa para acordos de dívidas trabalhistas o que iniciou uma situação conflituosa dentro da comunidade, pois muitos acreditam que os documentos seriam acordos para o pagamento de uma parcela da dívida trabalhista em troca da saída das pessoas de suas propriedades.

Com informações colhidas no Incra, a Usina Treze de Maio, ainda é propriedade de Paula Jucá viúva de João Carlos Lyra, que faliu sem quitar as dívidas com os trabalhadores, e por questões burocráticas essa terra não foi passada pra outro nome, por isso o processo de desapropriação iniciado nos anos noventa ainda está parado.

Essa foi uma informação que tivemos bastante dificuldade de confirmar a veracidade, devido às burocracias junto ao Incra, ao cartório de Palmares e ao processo envolvendo os moradores de Barra do Dia e a Usina Vitória. É comum, no ato do arremate, a usina que assumirá a administração, assumir também as dívidas da antiga gestão. Nesse sentido a dívida que está sendo quitada é da Usina Treze de Maio, mas quem assina os documentos é a gestão da Usina Vitória.

Ainda há informações que no processo de venda para a Nortetul os trâmites burocráticos não foram concluídos e ao que indica a Nortetul é um nome fantasia e a usina, por conta de todos esses trâmites e processos trabalhistas, ainda é a Usina Vitória, de propriedade de Bartolomeu. Isso faz sentido quando pensamos que a ação de invasão de propriedade foi movida por José Bartolomeu, mesmo anos depois da Usina Nortetul assumir a administração.

A compreensão da situação fica ainda mais difícil ao acompanharmos os relatos dos moradores. “Eu perguntei ao presidente do sindicato (dos Trabalhadores Rurais de Palmares). E ele disse que Chico (Francisco Melo, sobrinho e sócio de Bartolomeu) vendeu o Engenho Trombeta pra pagar o pessoal de Barra do Dia.” M.S.

“Até hoje a gente não recebeu, botou na justiça por causa “trabalhística” né? Ele (Beto) não indenizou a gente. Da vitória, pra Nortetul ele não pagou, ele passou o que devia pra Nortetul. Ele tá pagando, mas não é direito não... um pessoal fez uns acordos, eu não fiz não. Por que ele me deve quarenta mil reais, eu trabalhei um tempo lá, e agora ele quer pagar 3 mil reais. Aí não existe.” E.F.

“Nós, mais antigos, tem uma causa trabalhista com a Treze de Maio e agora eles tavam pagando trinta e uma pessoas, parece, esse dinheiro que tavam devendo. Só que conforme o sindicato que a gente procurou saber foi aquelas casas novas que foi feita lá em Água Preta no terreno que era da Treze de Maio aí o governo pagou a usina por que construiu no terreno que era dela e pegou o dinheiro pra pagar ao pessoal que tavam devendo fazia tempo.” M.J.S.

“Chegou uma lista com trinta nomes pra assinar aqui, que é esse dinheiro que assina e não sabe que é pra ir simhora. Eles dizendo que era dívida antiga. O povo aqui não tem leitura. A gente disse pra tirar foto e falar com a advogada pra saber o que era. O povo tudo querendo o dinheiro, a maioria pegou. Aí agora só Deus sabe o que vai acontecer.” C.B.

“A gente levou o papel lá no Incra. Um morador daqui assinou, né?! Tava precisando. Mas não tinha leitura. Acreditou no que falaram. Aí a gente levou o papel lá no Incra. O homem leu e disse: - É, pra você sair dessa agora você tem que procurar seu advogado pra ver se desfaz isso aqui. Se o seu negócio era 50 mil e você assinou por 3 ou 4, você tá perdido.” Agora não foi falta de aviso.” A.F.

A situação confusa gerou muitos atritos entre os moradores. Alguns afirmam ser estratégia de Bartolomeu para conseguir expulsar os moradores do engenho e expandir a criação de gado para corte que vem desenvolvendo. “Beto tem o olho fixo aqui. Ele tem uma visão ampla pra Barra do Dia e São João da Prata. Como é que vou saber se esse dinheiro não é parte disso?” S.H.

“A gente levou o papel lá no Incra. Um morador daqui assinou, né? Tava precisando. Mas não tinha leitura. Acreditou no que falaram. Aí a gente levou o papel lá no Incra. O homem leu e disse: “ - é, pra você sair dessa agora você tem que procurar seu advogado pra ver se desfaz isso aqui. Se o seu negócio era 50 mil e você assinou por 3 ou 4, você tá perdido.” Agora não foi falta de aviso. Tá tão claro, tá tão visto que isso é a saída do povo daqui. Como é que sua vó faleceu, tô fazendo uma representação aqui, visse? Como é que tua vó morreu faz 30 anos e agora tu vai receber? Quando fossem te tirar tu dizia que não podia sair por que a herança da vó, que eles (da usina) devia, não foi paga. Então agora essa terra também é minha. Então eu vou ficar na área que era deles. Eles fizeram um terreno bem feito, foi pagando tudo. ” M.R.

“O Incra disse que se você assinou e você tinha 50 mil pra receber, assinou 6. Se assinou fique certo que assinou pra você sair, viu? 6 mil e sua saída. Então essa terra que é pra você receber o senhor fique certo que não vai conseguir. Ganhou 6 mil reais e a sua terra ficou pra ele (...) Como é que a gente quer a terra de Barra do Dia e vai assinar papel de gente que também quer a terra? Pra tomar de nós, né?” A.F.

Em paralelo a esse conflito em relação a lista e como o processo de desapropriação não foi sequer iniciado e a questão da reintegração de posse ficou estacionada na justiça, a Associação dos Moradores de Barra do Dia e Viola em reunião decidiu como estratégia de enfrentamento e luta, realizar um pré-parcelamento não-oficial do engenho. O pré-parcelamento não-oficial é uma manobra utilizada pelo movimentos sociais e comunidades para agilizar o processo de implementação do assentamento quando o processo de desapropriação ainda não foi reconhecido ou iniciado pelo Incra. Quando o imóvel entra em processo de desapropriação o pré-parcelamento em alguns casos é reconhecido pela instituto.

No processo de pré-parcelamento (figura 8) realizado em março de 2016 com apoio da CPT, cada morador ficou com o equivalente a nove hectares.

No sentido geral a maioria dos moradores gostou de como a divisão foi feita e alega que facilitou a organização e o desenvolvimento das lavouras. Mas há alguns conflitos decorrentes do recebimento dos valores propostos na lista da Treze de Maio.

“Aí tu vende tua área de terra, perdesse tua parte. E eu que não fiz acordo nenhum, não recebi nada, aí agora quer dividir a minha pra mim e pra você. Eu não desfrutei de nada. Aí vem dividir a minha pra mim e outra pessoa?! Esse é o problema da desunião de Barra do Dia.” M.R.

“Quer assinar, assine. Agora depois eu não aceito você ir reclamar quando dividir a terra. Por exemplo, se é nove hectares pra cada um, que reparta só pra quem não recebeu. Por que aí é injusto, recebe o dinheiro e na hora de dividir a terra fica tudo igual pra todo mundo. E eu que não recebi fico com a mesma quantidade de terra de quem não lutou? Eu não aceito isso de jeito nenhum.” A.F.

“A confusão é com a associação por que se ele (Beto) quiser os 400 hectares, aí é que vai haver confusão. Tem gente ali que tem tudo organizado, as plantinhas todas certas já, o roçado tudo com lugarzinho e não assinou nada. Aí chega quem assinou e redividir com as coisas dele lá dentro? Eu acho injusto.” S.H.

“Olhe, eu gostei desse negócio de dividir a terra, mas eu acho que já que ele teima o pé que tem esses hectare aí, devia tirar esses 400, fazer o pré-parcelamento com o que sobrasse e se ele não cobrasse, aí sim redividia. Mesmo que ficasse uma parcela aqui e outra acolá. É mais seguro.” C.S.

Outra frequente queixa dos moradores é referente a forma como o parcelamento foi feito. Antes do conflito acontecer, alguns moradores já desenvolviam algumas culturas. Em geral cultivavam banana, batata e macaxeira porém em “lotes” não oficialmente divididos, separavam sem medir ou davam uma certa distância de um roçado para outro e, assim, alguns tinham uma área maior que outros para plantar. Na divisão, como foram calculados nove hectares para cada morador, alguns tiveram a área disponível para agricultura ampliada e outros tiveram suas áreas reduzidas, o que implicou na perda de espaço e de algumas culturas para outros moradores.

“No pré-parcelamento também deu coisa errada. Eu plantava banana, minhas banana ficou no meio pra mim e outro caba lá. Ou seja, minhas banana, não esperou sair. Ficou uma área de terra já com banana pra desfrutar. Errado, né?” S.H.

“Tem uma mulher ali em cima que ficou com minhas banana. Na divisão, sabe? Aí ela queria que eu tirasse os cachos antes do tempo pra ela começar o roçado dela. Aí eu disse que não ia me prejudicar. Ou eu vendia as banana pra ela ou ela esperava pelo menos dá uns cachos.” F. S.

Figura 8 – Pré-parcelamento não-oficial do Engenho Barra do Dia



“Hoje o conflito... a gente não ganhou os documentos da terra não. Antes tava bem bagunçado o negócio, não sabia onde plantava, os animais soltos. Aí agora o povo tem sua área pra plantar. Quem cria bicho tem que ter cuidado pra não incomodar o vizinho que planta, essas coisas. O pré-parcelamento foi pra organizar, pra não perder terra toda mas meu pai mesmo perdeu um pedaço de terra.” A.F.

“Foi uma coisa que ajudou muito a gente esse pré-parcelamento, visse? Mesmo perdendo um pedaço aqui, outro ali, agora já tá mais seguro que é da gente.” M.S.

“O pré-parcelamento foi bom. Por que você já sabe onde plantar. Agora a gente precisa do documento pra ter garantia mesmo, até hoje nada. A gente precisa disso aí.” J.J.S.

É fala constante dos moradores a questão da perda de alguns pedaços de suas propriedades, mas, em geral, os agricultores e agricultoras de Barra do Dia ficaram satisfeitos com a divisão dos lotes. A segurança no tocante ao recebimento do documento de posse da terra foi ampliada e os que já produzem estão interessados em aumentar a produção e os que ainda não produziam estão entusiasmados para iniciar os seus roçados.

“A gente não sabe nem como é que vai ser. Não tem papel passado, não tem nada ainda, né? A gente não pode dizer que tamo seguro e agora tamo pra ser parceleiro, não podemos dizer que somos parceleiro fixo, né? Aí uns planta banana, outros planta macaxeira” A.F.

“Se se abestalharem, ele vai entrar com a cara de pau e tomar conta de tudo.” S.H.

“Eu tô esperando a cana que tem ali plantada ficar no tempo, pr’eu tirar e começar o meu roçado. Vai ser bem melhor que o dinheiro é meu, vou trabalhar só pra mim, essas coisa.” A.S.

Mesmo sem a documentação oficial e o processo de desapropriação para a realização do pré-parcelamento saírem do papel, a comunidade tem estado mais segura em relação ao conflito. O usineiro não reagiu a divisão dos lotes e a CPT continua acompanhando a comunidade na sua organização e realizando formações nas reuniões que acontecem todos os meses. Também atuando junto a assistência técnica e com grupos criados para fortalecer os mecanismos de resistência e luta que trataremos no capítulo a seguir.

6 FAZ ESCURO MAS EU CANTO: ESTRATÉGIAS (DE) E ENTRAVES À RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE ESTUDADA

Como demonstramos nos nossos escritos, a trajetória de luta dos camponeses e camponesas se entrelaça a sua história de vida. Como pesquisadores e pesquisadoras, que conhecemos um pouco da vivência desses sujeitos e sujeitas, é concordância que não há como separar a história de suas vidas e a história de suas lutas. O sujeito camponês já nasce lutando. Seja na lida exaustiva com a terra, seja vendendo sua força de trabalho para o capital e se submetendo às jornadas exaustivas. No tocante ao processo de disputa territorial, conflito e luta pela terra, seja pela conquista ou permanência na mesma, constroem estratégias e realizam ações coletivas de enfrentamento que acabam por materializar a resistência ou (re)existência camponesa.³⁵

No último capítulo desta pesquisa, separamos em tópicos como esta resistência se materializa no Engenho Barra do Dia a fim de demonstrar como cada um deles compõe a luta destes sujeitos e sujeitas enquanto grupo de camponeses posseiros para a permanência no território. Bem como pontuamos também o que identificamos enquanto obstáculos a estes mecanismos de resistência e a permanência destes sujeitos e sujeitas na comunidade.

6.1 Materialidade da resistência

Como já colocado, há distintas territorialidades em atuação no campo que estão em disputa pelo território e pela execução destas territorialidades. Ao aprimorar suas estratégias, o campesinato “ativa” sua territorialidade na luta pelo/no território. Estas estratégias aparecem na luta pela reforma agrária, na construção de grupos de mulheres e jovens, na modificação do sistema de produção, na educação voltada para as vivências no campo, nos acordos comunitários, nas associações, na forma de comercialização, na solidariedade, na gestão dos bens comuns, etc.

³ ⁵ Tomamos como base para o uso do termo os estudos de Porto Gonçalves (2004), compreendo que, ao resistir ao modelo hegemônico imposto pelo capital, o campesinato não só luta contra a imposição de uma territorialidade oposta a sua, como produz novas estratégias e sentidos para sua existência, assim ele (re)existe.

6.1.1 Mediação da Comissão Pastoral da Terra

A participação da CPT na mediação do conflito na área estudada aparece como fundamental, primeiro por que a partir do contato com a entidade, os camponeses e camponesas da comunidade passaram a compreender o conflito em um contexto político, no sentido do seu posicionamento na luta pela terra e no posicionamento que passou de individual, para coletivo. A luta, assim, passa da escala da propriedade individual de cada sujeito, para o engajamento na luta coletiva, pelo território da comunidade e pela garantia da terra para todos os moradores.

A partir do envolvimento da CPT, que é iniciado quando a ameaça de expulsão torna-se mais clara e o conflito fica evidente, a comunidade conseguiu se organizar de maneira mais efetiva, pensando e decidindo em conjunto, quais ações seriam executadas em prol dos seus anseios e das necessidades do grupo como um todo. É importante salientar que a entrada da CPT na comunidade foi facilitada pelo histórico de atuação da entidade em comunidades vizinhas que também estavam em situação de conflito com José Bartolomeu e/ou outros usineiros da região.

6.1.2 Associação dos Moradores de Barra do Dia e Viola

Dado o contexto da luta pela terra, a primeira estratégia coletiva desenvolvida pelos moradores e moradoras da comunidade foi a fundação da associação visto que, a partir dela, a organização destes torna-se clara. De acordo com Galetta (2011) O associativismo é uma forma viável de se alcançar objetivos coletivos por parte dos produtores/trabalhadores rurais, uma vez que estes enfrentam dificuldades de inserções no presente contexto de desenvolvimento da agricultura brasileira. Por associação, compreende-se segundo (Toledo e Amadeu 2014 apud Turra, Santos e Colturato, 2002)

Entidades constituídas de pessoas, sem fins econômicos, dirigidas por uma diretoria eleita, cujas funções estão subordinadas à vontade coletiva e democrática de seus associados (...) para ter viabilidade deve desempenhar alguns papéis, como a representação e defesa dos interesses dos associados, estímulo ao convívio democrático entre os indivíduos, estímulo à melhoria técnica profissional e social, orientação no processo de comercialização, etc.

Compreendemos que a criação de uma associação contribuiu na transformação das demandas vividas pelos sujeitos e sujeitas envolvidas em reivindicações políticas e estratégias de luta. Como exposto, o conflito na comunidade tem início com a invasão e cercamento, por parte do usineiro e antigo patrão, das áreas onde os moradores do engenho vizinho (Viola) tinham suas casas construídas e desenvolviam agricultura e, posteriormente se intensifica quando os moradores e moradoras do Engenho Barra do Dia, antigos funcionários da Usina Vitória, sem receber o pagamento pelo trabalho executado e passando por necessidades, decidem iniciar seus cultivos nas áreas onde anteriormente havia o monocultivo de cana-de-açúcar.

A partir da mobilização dos moradores de Viola junto com os moradores de Barra do Dia e da CPT para enfrentar as ações arbitrárias dos funcionários da Usina Vitória a mando do “proprietário” José Bartolomeu, foi fundada a Associação dos Moradores de Barra do Dia e Viola com 87 famílias associadas, sendo 80 residentes em Barra do Dia e 7 residentes em Viola. A associação, fundada em 2011, utiliza a antiga garagem do engenho para realizar suas reuniões que acontecem normalmente todas as segundas quartas-feiras de cada mês. (fotos 8 e 9) O presidente da associação foi escolhido através do voto da comunidade, com o mandato definido para quatro anos, porém o presidente permanece o mesmo desde a fundação por que, segundo alguns moradores, ninguém se interessou em assumir o cargo.

Foto 8 - Reunião da associação com candidatas a prefeitura.



Foto 9- Reunião da associação para resolução de pendências referentes ao DAP



Fonte: Anamaria Medeiros, 2017.

Nos relatos dos moradores, notamos a consciência e a identidade coletiva que vai sendo aguçada com as vivências e reuniões da associação, a solidariedade e o sentido de comunidade. Esse sentido foi construído junto à CPT que explicou à comunidade como funcionava uma associação, por que era necessária a existência de uma na comunidade e quais eram as obrigações dos associados.

“Depois da associação melhorou mais né? Pela associação a gente consegue as coisas mais fácil. O acesso as coisas é mais fácil. Organiza mais. Veja mesmo, se eu for lá na prefeitura dizer que tá faltando alguma coisa no engenho, eu vou com meu nome, sozinho, não faz peso pra ele. Agora se eu for como a associação, aí é o peso de 80 pessoas, entendesse?” M.J.S.

“Olhe, a associação foi importante, viu? Por que, assim... a gente precisava resolver as coisas daqui e se fosse cada um por si só não ia dar jeito não. Veja mermo quando tem mais gente pra resolver um negócio fica mais simples né? Eu acho importante ter a associação. E a gente decide tudo votando, não é nada de um mandando no outro. Só faz as coisa se todo mundo concordar. Se tiver um que diga não, a gente conversa.” S.H.

“Olhe, trator a gente pede pela associação, os negócio do PNAE a gente resolve pela associação, os documentos pra energia aqui, pros poste foi tudo pela associação. Então, quer dizer, as coisas anda né?” M.C.S.

Outro aspecto percebido no tocante a associação é que através das reuniões, os moradores expõe algumas dificuldades na lida com a terra e vão sendo construídas alternativas entre eles. Por exemplo, se alguma cultura foi semeada mas não vingou e outro agricultor possuir a semente, este doa para aquele que perdeu as sementes anteriormente. Isso deixa claro o sentido de coletivo, reciprocidade e ajuda mútua presente no campesinato.

Com o passar dos anos a confiança foi ampliada entre os moradores e o espaço de reunião também se tornou, espaço de convivência e lazer, onde, além de pautar melhorias para a comunidade, se encontram, conversam, combinam ações juntos, etc. Sendo assim, o espaço da associação também torna-se um espaço de convivência e socialização da comunidade.

“Ah, quando tem reunião eu gosto, por que a gente melhora as coisa aqui, mas também conversa, vê o povo, por que no dia a dia ninguém tem tempo de tá pelas porta de ninguém. Aí no dia da reunião todo mundo conversa, ri, é aquela festa.” C.M.

6.1.3 Pré-parcelamento

Depreendemos o pré-parcelamento, detalhado no capítulo anterior, também como resistência visto que, ainda que não oficial, é o primeiro passo para a realização da reforma agrária e foi primordial para aumentar a segurança em relação a permanência na terra dos sujeitos e sujeitas envolvidas no conflito.

Também ampliaram sua territorialização com a ocupação de áreas que ainda não haviam sido utilizadas para os seus plantios, de maneira que agora toda a área do engenho disponível, está sendo ocupada (foto 10). Essa estratégia lhes dá mais possibilidades no enfrentamento com o proprietário, é uma parte espacializada de sua resistência.

Auxiliou no aumento da área plantada, visto ter organizado as produções e deu subsídios para o aumento da renda familiar, pois os agricultores e agricultoras puderam expandir e diversificar seus roçados, aumentando a quantidade de produtos comercializados.

Foto 10 – Preparação da parcela para policulturas



Fonte: Anamaria Medeiros, 2017

6.1.4 Produção e redes de comercialização

A produção de culturas diferentes da cana-de-açúcar no engenho, principalmente para autoconsumo é prática antiga dos moradores. Mesmo nas administrações em que não era permitido o cultivo, alguns o faziam sem o conhecimento da usina, como forma de complemento e garantia de manutenção da família, visto que o pagamento realizado pela usina era irrisório e não se dava de maneira fixa.

Dada a crise do sistema sucroalcooleiro instalada no Nordeste, muitas usinas em Palmares faliram, assim como a Usina Nortedul para qual os moradores de Barra do Dia prestavam serviço. Assim, sem a garantia de trabalho na usina próxima e sem possibilidade de migrarem ou oferecerem seus serviços à outras usinas diante do contexto vivido, a grande maioria dos moradores que já plantavam, ampliou a área que usava, para além de manter a família com o que era produzido, vender o excedente e a parte dos moradores que só trabalhava na cana, começou a plantar com a mesma finalidade.

Antes mesmo do engenho ser administrado por usinas era comum a produção de banana e mandioca pelos agricultores e agricultoras. A banana era consumida pela própria família e a macaxeira era transformada em farinha na antiga casa de farinha existente na comunidade e comercializada na feira livre de Palmares. No período de crise, os que já realizavam o plantio aumentaram a produção com “lavoura branca” e algumas hortaliças que também seriam comercializadas.

Atualmente a maioria dos agricultores tem uma produção diversificada (foto 10,11,12), alguns fazem uso de herbicidas e utilizam agrotóxico em algumas culturas mas é crescente o número de agricultores que estão fazendo a transição agroecológica e começam a produzir sem o uso de agrotóxicos, devido sua participação na Feira da Economia Solidária e a atuação da assistência técnica na chamada da ATER Agroecologia.

Em geral cultiva-se diversas espécies de banana (prata, pacovan, maçã e comprida), milho, macaxeira, batata inglesa e batata doce, hortaliças e frutas diversas. (foto 13) Após o pré-parcelamento, como as parcelas foram redistribuídas e havia cana nas novas áreas, alguns moradores resolveram esperar a época de colheita para então começar seus “roçados” nos locais definidos. Alguns também criam animais, sendo a maioria ovelhas e galinhas, mas alguns criam cavalo que servem como meio de transporte e porcos.

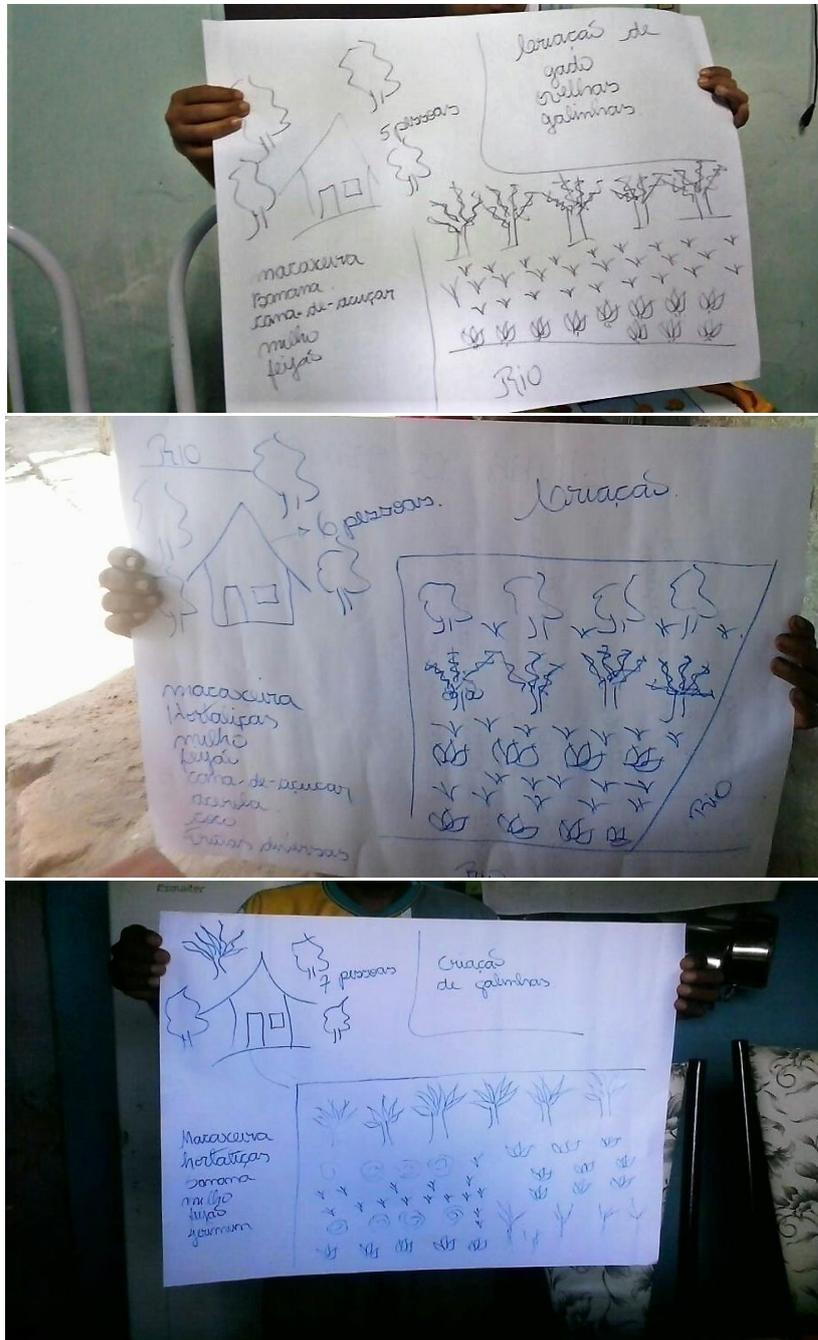
“Na época da usina eu também plantava, plantava pra comer em casa e vender também, mas era pouco. Agora que eu comecei a aumentar. Hoje tá melhor. Hoje eu vivo da agricultura. Você que trabalha pra usina, todo aquele que trabalha pra usina é escravo. Queira ou não, é escravo. Por que o patrão as vez chega assim: Faça aquilo ali, to precisando de você ali. Ai você dizer que não é seu serviço, ele lhe suspende. Diz que você não tá servindo ele. Fica oprimindo a pessoa, era pra você trabalhar a pulso. Hoje eu trabalho o dia que quero. Hoje o patrão é eu mesmo. Ele escravizava o trabalhador. Naquela época eu era escravo.” J.J.S

“Meu marido tá lá no roçado agora. Ainda é mais cana que ele tá mexendo, sabe? Por que tinha lá na parcela já. Antes ele plantava não. Trabalhava na cana somente. Antes não podia plantar por que era da usina, agora que tem cada qual seus pedaço, aí sim ele tá começando” M.L.S.

“Eu botava veneno na banana, agora eu não boto mais não. A lavoura fica outra, fica melhor. A banana fica melhor. Quando a gente passa veneno na terra, adoece o solo e aquele veneno vai pra lavoura né? Vai se alimentando, passa pro fruto e o fruto fica de mal qualidade né?” J.F.

“A gente criava carneiro, mas tava dando prejuízo demais. Ficando doente. Aí to esperando estiar um pouco pra poder começar lá em cima. Tinha porco, mas vendi por que não tinha lugar pra botar ele. Agora só tem uns cavalinhos que ajudam a gente a ir até a parcela.” J. F.

Foto 10, 11 e 12 – Esquema de diversidade da produção



Fonte: ATER – Agroecologia, 2016.

Foto 13 - Produção nas parcelas



Fonte: Anamaria Medeiros, 2017

Os agricultores que produzem banana, vendem parte de sua produção para atravessadores diversos que geralmente levam o produto pra ser comercializado em Alagoas, uma parte de alguns é destinada à feira e outra parte da produção de bananas é destinada ao PNAE, parceria iniciada em 2016. Grande parte deles hoje comercializa seus produtos na Feira da Economia Solidária de Palmares desde 2012. Outro aspecto interessante observado é que a comercialização dos produtos na feira é feita pelas mulheres que nem sempre participam da produção.

“Aqui eu planto pra dentro de casa e pra vender na feirinha. Eu gosto da feira, a da economia solidária. Eu vou mais minha filha vender, acerola, pimenta, couve, alface, feijão, batata, milho... o que tiver dado nós leva. Nessa da economia solidária o carro vem buscar a gente. Quando não é da prefeitura, a gente paga todo mundo um carro e leva pra lá e pra vender na de Palmares a pessoa tem que ter um carro próprio pra levar as coisas.” M.S. 55 anos.

“Agora tá melhor o dinheiro. Na época da usina quando você trabalhava, se você parasse um dia tinha um tal de renumerar, feriado, num sei que... se você parasse perdia três dias de serviço, você ia sustentar a família com cinco dias de serviço. Não dava pra nada. Hoje eu vivo da agricultura, tem esses menino tudinho, cinco meninos e minha mulher e eu, sete pessoas. E vive todo mundo bem.” J.J.S.

“Antes do pré-parcelamento a banana toda ia pra atravessador, depois do movimento aqui que apareceu essa história de fazer entrega de banana pra merenda escolar.” J.F.

“Tem milho, macaxeira, cará, banana, feijão, batata... Geralmente tem atravessadores e tem a feira da economia solidária e minha mãe vai vender. Cana tem também, mas tá novinha, a gente ainda vai ver pra onde vai vender, tá esperando da o tempo, mas é só pra não perder. A gente quer ficar com cana não.” E.S.

6.1.5 Participação na Feira da Economia Solidária

A Feira da Economia Solidária (fotos 14 e 15), começou a funcionar em 2012, concebida a partir do Fórum de Economia Solidária de Palmares dentro do grupo de trabalho de comercialização e articulação. Diante da proposta da realização da feira, os componentes do GT procuraram entidades que atuavam em comunidades rurais da Mata Sul para ajudarem na chamada, junto com a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas de Palmares, o Centro de Economia Solidária e a Diocese de Palmares, entidades ligadas à Igreja Católica e a Ong Tecendo a Economia Solidária.

No período de articulação com os agricultores e entidades, como a CPT já atuava em Barra do Dia, propôs participação à associação e a questão foi colocada para os agricultores e agricultoras e os que se interessaram foram cadastrados e começaram a vender seus produtos na feira, que além de produtos in natura e beneficiados provenientes da agricultura familiar de base camponesa, também oferece artesanato.

A Feira ocorre todas as quartas-feiras pela manhã (das 5 às 13 horas), no Centro de Treinamento São João XXIII no Centro de Palmares. Cada agricultor ou agricultora arca com os custos da barraca que utiliza para expor na feira, comprada através do Fundo Rotativo Solidário criado pelo Grupo Tecendo a Economia Solidária³⁷. Além disto arcam com R\$ 200,00 do caminhão que transporta os produtos, divididos para os agricultores de cada comunidade participante.

³ ⁷ Grupo formado pelos agricultores e agricultoras de nove comunidades rurais de Palmares e duas do município de Água Preta.

Foto 14– Feira da Economia Solidária de Palmares



Fonte: Missão Palmares, 2016.

Foto 15 – Comercialização – Feira da Economia Solidária de Palmares



Fonte: Missão Palmares, 2016

Entendemos a feira como espaço de resistência por fomentar a troca de saberes entre os agricultores e agricultoras, além de aparecer como espaço de comercialização direta da produção agrícola, geradora de renda e fortalecedora da autonomia e independência desses sujeitos e sujeitas em relação ao sistema produtivo hegemônico a qual historicamente encontravam-se vinculados. Neste contexto, são geradas e fortalecidas as alternativas de superação e controle da produção camponesa, aparente nos relatos apresentados abaixo.

“Rapaz, é bom, visse?! Quando eu levo muita coisa, assim, banana, milho, feijão, as frutinhas, eu tiro uns duzentos e pouco, trezentos reais. Agora como choveu muito, eu levei mais banana, batata, uns couvezinho que tinha e coentro só. No começo vendi muito, mas do meio pro final foi diminuindo, também por que tá chovendo, sabe? Aí pra não trazer o peso eu fui vendendo como dava. Tirei hoje cento e oitenta. É bom, né? Você tem um dinheiro pra comprar uma coisinha que falta em casa, pra dar pros meninos levar pra comprar um confeito na escola, essas coisa.” M.S.

“Pra feira a gente leva o que tiver. Manga, banana, jaca. Quando chega lá cada qual tem a sua banquinha. A gente só combina o preço. Quando a feira vai afracando a gente vende do jeito que dá” C.M.

“Aquela feira precisa só de um espaço maior. É um produto orgânico, produtor orgânico é mais caro e lá vende mais barato que no comércio. Uma banana maçã, orgânica, a gente vende na feira por R\$ 0,25 uma banana natural, no comércio é R\$ 0,50 com veneno. Em um dia a gente leva 1.000 banana, por que já tem freguês certo. Mas se eu botar 2.000 banana lá não vende, não vende de jeito nenhum. Por isso que eu queria que a feira mudasse de lugar, fosse num lugar aberto, mais amplo, por que aí a gente aumentava mais a venda.” J.J.S.

“Oxe! Tas doida?! Mesmo com essa divisão aí que eu perdi uns pé de banana, eu prefiro mil vez plantar banana do que cana. Banana dá pra sempre e é meu. Se eu tiver com dor nos quarto não preciso ir, não tem aquela obrigação de ir trabalhar doente, se sentindo mal. Com banana é bom de 15 em 15 dias eu corto um milheiro, meio milheiro, lá onde eu planto. Tô lhe dizendo: A cana é a fome do mundo. Tenho vontade de plantar cana não!” S.H.

6.1.6 Assistência Técnica (ATER Agroecologia)

Ainda em relação à produção, onze mulheres e dezesseis homens do Engenho Barra do Dia participam da chamada da ATER-AGROECOLOGIA38 promovida pelo MDA, através do Centro Sabiá em parceria com a CPT, desde 2014. No tocante à participação, foi dada prioridade as comunidades da Mata Sul que a CPT acompanhava. O processo de cadastro dos

³ ⁸ Assistência Técnica e Extensão Rural, contratada via Chamada Pública do MDA, para desenvolvimento de transição agroecológica a agricultores familiares, bem como para promover sua organização. Disponível para consulta em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sabia-ga>

beneficiários se deu junto a Associação dos moradores onde foi apresentada a chamada aos mesmos e os que se interessavam eram cadastrados para serem assistidos pela ATER, posterior a isto foram realizadas reuniões junto a Secretária de Agricultura de Palmares e o sindicato para que ficassem cientes da chamada e da participação das comunidades envolvidas.

Nos dois primeiros anos da chamada (2014 – 2015) os beneficiários foram cadastrados e nos anos decorrentes foram iniciadas as visitas iniciais para compreender as demandas dos participantes e traçar o que iria ser feito nos dois anos decorrentes para a transição agroecológica dos participantes. No entanto, a assistência não aconteceu em 2016 por conta do corte de verbas para agricultura familiar decorrente da conjuntura política pós golpe e com a extinção do MDA, só retomando as atividades no início de 2017. Atualmente os assistidos pela chamada participam de algumas oficinas, tem cursos de beneficiamento, visitas individuais nas propriedades e participam de intercâmbios entre comunidades que já praticam a agroecologia.

O processo de transição, a partir da ruptura com o modelo proposto pelo capital, de monocultivo, dependência e utilização de insumos químicos, desrespeito ao meio ambiente, dá-se de maneira gradual, contínua e não-linear a partir da mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas. De forma geral apresenta a passagem do atual padrão de desenvolvimento rural convencional, para modelos de agricultura e de manejo rural que privilegiam e incorporam princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. (COSTABEBER, 2006)

“A medida que a gente vai fazendo as atividades, os intercâmbios, ao menos no discurso dessas pessoas a gente já observa a transição acontecer. Muitos ficam interessados em novas formas de manejo, em formas de controle de praga não agressivas... Na prática também já dá pra ver algumas mudanças deles. Alguns já fazia agroecologia sem saber que era agroecologia. Já era prática deles mesmos.”
Marilene, Técnica Agrícola que acompanha a comunidade atualmente

“Como você sabe tem que ter variedade de lavoura, depois que eu participei de algumas reuniões.. é melhor plantar outra coisa e vender na feira.” M.J.

Mesmo participando da chamada uma das reclamações recorrentes entre os agricultores é referente a insuficiência do suporte dado pela assistência técnica, visto que na chamada há apenas uma técnica atuando na comunidade e esta mesma técnica presta assistência a outras comunidades do entorno que também participam da chamada.

“A única coisa aqui que a gente precisa ainda é assistência técnica, mais desenvolvida. Tem uma pessoa só, entrou direto assistência técnica, mas nem chega indo no sítio por que é distante.” J.F.

“O cará eu perdi, ficou ruim. Pra trabalhar assim tem que ter assistência técnica pra fazer uma análise de solo. Tem assistência técnica aqui, mas a menina é sozinha pra o povo todinho, ai ainda não chegou na minha parcela não. Tem que ver o que a terra precisa, o que precisa botar...” C.C.

“Eu tenho visto por aí andando mais o povo da técnica como os agricultores por aí trabalha. É umas mata bonita, umas coisa diversa, tudo de um jeito mais simples. Aqui mesmo eu tenho vontade de fazer uma sementeira. Tô pra dizer na reunião da associação. Eu vi numa comunidade que tinha sementeira. Era maravilhoso demais. O povo lá tudo ajudava a encher a sementeira e quando precisava pegava, como se faz num banco, sabe? Depois devolvia e assim ia. Queria também fazer um adubo, aqui em Barra do Dia tem muito espaço que dava pra fazer um negócio de adubo, de estrume. Mas precisa chegar mais técnica. Toda vez que chega é só um aí, vê o engenho, mais de 20 pessoas, é muito trabalho pra uma pessoa só acompanhar de perto.” M.R.

Este relato narrado acima, nos lembra a frase usada pelo Movimiento Campesino a Campesino promovido pela Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) em Cuba, que diz: “cuando el campesino ve, hace fe”. O movimento foca na facilitação de práticas e troca de experiências diretas entre agricultores, fomentando a transição ou revolução agroecológica. (HOLT-GIMÉNEZ, 2008). Segundo Machado e Machado Filho (2014) a agroecologia é [...] um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a revolução verde destruiu ou escondeu, incorporando-lhe os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala .

A assistência técnica de caráter agroecológico direcionada aos agricultores e agricultoras acaba também aparecendo como mecanismo de resistência, pois ajuda na promoção de um desenvolvimento rural de base camponesa. O trabalho da ATER é crucial para o melhoramento da produção, para o fortalecimento dos vínculos entre os agricultores e agricultoras e suas redes de comercialização, além da “construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável.” (CAPORAL, 2005)

A agroecologia aparece como facilitadora destes processos de resistência uma vez que oferece suporte a reprodução do modo de vida camponês em detrimento ao modelo de acumulação característico do capitalismo.

6.1.7 Aquisição de produtos da Agricultura Familiar pelo PNAE

No início de 2017 alguns agricultores e agricultoras de Barra do Dia foram inseridos no PNAE por meio de chamada pública junto a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural da cidade para o fornecimento de banana pacovan para a merenda das escolas da região, recebendo R\$ 2,70 por kg de banana vendido. Em decisão junto à associação, ficou acertado que cada agricultor, menos de 20, repassaria mil unidades.

O fornecimento é visto pela maioria dos agricultores como positivo, pois geralmente comercializam a banana a atravessadores por valores baixos ou na feira em que participam, mas o valor é menor do que o pago pelo PNAE. Perguntados sobre a participação do PNAE, os relatos deixam claro o que afirmamos.

“É melhor vender pro PNAE. É melhor por que o preço é mais e é um contrato certo. Mas até agora não pagou a ninguém ainda, faz uns dois meses já. Ai não sei o que tá acontecendo. Por que se o PNAE fosse uma coisa que pegasse mais ao produtor era melhor, mas pega mil banana de cada um só. Mas pensando no todo, é uma boa sim.” J.S.

“De todas as formas que a gente vende, até agora, avaliando assim o da feira e o da merenda é uma boa. O da merenda é bom por que é um dinheiro certo. Mesmo eles não pagando na hora, a gente sabe que esse dinheiro vai chegar. E também a banana é um pouquinho mais valorada por eles. Era bom que pegasse outras coisas também, as hortaliça, batata...” C.M.

“Antes do pré-parcelamento a banana toda minha ia pra atravessador, depois do movimento aqui que apareceu essa história de fazer entrega de banana pra merenda escolar.” J.F.

Listamos como ação fortalecedora da resistência essa participação da comunidade no PNAE pois ajuda na manutenção dessas pessoas fora do ciclo de dependência da cana-de-açúcar, percebendo como alternativa e possibilidade o cultivo e comercialização de outras culturas.

6.1.8 Participação das mulheres

A divisão sexual do trabalho que coloca a mulher como executora das atividades domésticas, aparece como mecanismo de segurança da dominação masculina e como entrave ao desenvolvimento do protagonismo das mulheres enquanto sujeitos políticos no campo. Por diversas vezes o trabalho que elas exercem é invisibilizado ou colocado como secundário, auxiliar ao que o homem exerce.

“Eu parei de trabalhar quando fui arrumando menino que meu marido dizia preu cuidar deles e eu ficava. A vida aqui era assim. As moça quando ia fazendo família tudo ia deixando de trabalhar, tudo dependia do que eu marido fizesse.” H.M.

Quando questionada se o trabalho em casa e com os filhos não era trabalho, a resposta foi a seguinte:

“É trabalhoso, mas trabalho em casa não bota cumê na mesa, então não era trabalho não. Meu marido que ia mais os meninos maior cortar cana, esse dinheiro que a gente comprava arroz, feijão, as vez mistura...” H.M.

A fala que expomos aparece enquanto realidade ainda em muitos espaços do campo brasileiro, onde a mulher se percebe e é percebida como suporte das necessidades da casa, do marido e dos filhos. Porém o processo de luta e a atuação dos movimentos sociais e entidades têm ajudado a fortalecer o processo de empoderamento e emancipação femininos.

Em Barra do Dia percebemos que, a partir da Associação dos Moradores e da atuação da CPT com o grupo de mulheres, os primeiros passos para a percepção do “ser mulher” e seu papel na comunidade e na sociedade têm sido dados. É também situação vista na comunidade a participação das mulheres nas decisões conjuntas, o que antes ficavam por conta do marido. Tem sido crescente também a participação no roçado onde muitas mulheres atuam junto com seus maridos e filhos ou ficam responsáveis pela comercialização na feira.

Percebemos também que no desenrolar do conflito, quando os maridos ampliaram suas plantações, muitas mulheres que antes ficavam com as atividades domésticas, passaram a trabalhar também no roçado da família. Outra questão que fica clara é que são elas as mais abertas a conhecer o novo, desde a participação na associação, na ATER e os intercâmbios promovidos pela chamada. Os homens apresentam uma resistência maior, na maioria das vezes por achar que é desperdício de tempo e é perceptível que a partir da participação delas,

com o passar do tempo, eles começam demonstrar interesse, participar das atividades e estabelecer um vínculo de confiança nestes processos.

“Esse aí (referência ao marido) torcia o nariz toda vez que eu falava da feira da economia solidária, reclamava mesmo comigo, até tanto eu insisti que ele me deu umas coisas preu levar. Levei, voltei de mão vazia com um dinheirinho no bolso, num instante ele viu que eu tava certa” L.L.

Outra prática que identificamos a partir de algumas visitas e entrevistas é que algumas das mulheres ainda cultivam ervas no “arredor de casa” que servem como remédio para os seus familiares e a vizinhança. Essa prática é bastante antiga e geralmente as receitas são passadas pras filhas e noras.

“Mesmo quando eu não plantava mais meu esposo eu tinha umas erva aqui no terreiro. As vez os menino tem uma dor de barriga, fica acamado, ou se machuca por dento dos mato, a gente vai lá, pega, faz chá, faz umas coisa e ele já melhora.” L.S.

“Agora eu sou aposentada, vivo só do benefício. Minhas perna aguenta mais não ficar abaixando e levantando pra mexer em terra. A única coisa que eu ainda mexo é nesse mato aí pro lado que é umas plantinha de chá e só. Essas daí eu deixo não. Minha mãe sempre dizia que era bom ter e assim eu cultivo. Aqui não tinha esse negócio de ficar indo pra médico, isso é de agora. Antes tudo se resolvia com os chá, as ervas...” D.L.

Apesar de algumas modificações a partir da associação, o grupo de mulheres da comunidade tem ciclos de atividade. Geralmente quando há algum curso, palestra, oficina ou intercâmbio na comunidade, as mulheres se reanimam para a organização. Desde 2016 a CPT junto com o grupo e a Associação tenta implementar a horta das mulheres tendo o projeto saído de uma das reuniões da associação como demanda das próprias mulheres, mas até agora não foi iniciado.

“A gente pejeja pra horta das mulheres acontecer. A gente também quer ter nossa renda. O problema é que é desorganizado né? Na reunião todas diz que quer, aí na hora de ir fazer as coisas fica botando desculpa e pronto, desanima.” M.R.

Após o pré-parcelamento observamos também que muitas mulheres têm trabalhado os roçados onde anteriormente era desenvolvida a produção da família, enquanto o marido está na parcela. Há também um número considerável de mulheres que sempre trabalhou junto com o marido no roçado, executando as atividades na agricultura e as atividades domésticas em paralelo, e, em menor quantidade, algumas mulheres assumiram a produção sozinha, seja por serem divorciadas, solteiras ou viúvas.

“Eu nunca estudei que a escola era distante. Meus pais era de roçado, não era de cana não. É melhor trabalhar em roçado do que trabalhar na cana. Eu faço sozinha. Não tenho marido, mandei simhora. As meninas ajudam (em referência a três filhas que ainda moram com ela).” M.S.

“Eu nunca estudei, por isso vivo de plantar. Mas meus menino tudo estudaram. Eu digo à elas: primeiro estude, arrume um emprego, depois pense em homem. Por que a gente aqui tem esse costume de casar cedo, ter menino cedo, quando vê não pode mais fazer muita coisa por que tem os menino e o marido pra dá de conta” A.S.

De modo geral a participação das mulheres, ainda que aquém do necessário e por nós esperado, exerce um importante papel no fortalecimento da luta não só pela terra e autonomia de sua família, mas como no enfrentamento a relações engendradas na sociedade patriarcal como um todo. Ao estarem à frente das tomadas de decisão da comunidade, ao dialogarem nas idas à feira e intercâmbio com outras mulheres, ao participarem do grupo de mulheres da comunidade e ao assumirem funções no roçado que antes eram executadas apenas pelos homens, elas fortalecem seu papel enquanto sujeitas políticas e colaboram para o fortalecimento tanto individual, quanto coletivo no embate que precisa ser travado para sustentarem a carga do ser-mulher e ser-camponesa, seja em espaços mais amplos como a comunidade, como dentro de seus lares, seja para conseguirem acessar políticas públicas voltadas para as mulheres do campo. A organização iniciada pelas mulheres na comunidade, é, sem dúvida, importante e alimenta o ideal de autonomia, de comunidade e equidade que, diante do conflito territorial, os sujeitos e sujeitas envolvidas no processo almejam.

6.1.9 Residência Agrária e organização da juventude

Soma-se à lista das mazelas provocadas no campo pelo capital a expulsão e expropriação da juventude camponesa. Sem acesso à terra e renda e diante da ausência de educação, cultura, esporte e lazer nas comunidades, frequentemente acabam sem condições de reprodução de vida no campo, vendendo sua força de trabalho no meio urbano, visto muitas vezes como a melhor alternativa para estes sujeitos e sujeitas, o que implica na sua ruptura com temporária ou permanente com o trabalho na terra. Isto toma corpo em Castro (2009) que mostra o conflito entre a opção da juventude sair ou permanecer no campo. Para ele, a vontade de permanecer, nem sempre significa a possibilidade de continuar no campo. Dos jovens entrevistados, 96% querem permanecer na terra, mas 86% acham inviável.

Em Barra do Dia é frequente a saída dos jovens do sexo masculino da comunidade para cidades próximas para trabalhar na construção civil ou indústria e ultimamente tem

aumentado a saída destes para São Paulo, para ser mão de obra construção civil ou na monocultura de cana-de-açúcar e Santa Catarina, para trabalhar na piscicultura ou no monocultivo de laranjas. As mulheres, no entanto, tendem a sair para trabalhar como domésticas e no comércio em Palmares ou cidades próximas onde há parentes residentes e também é grande a quantidade que acabam casando-se com jovens de outros engenhos e comunidades e acabam mudando para a comunidade de origem do companheiro.

Diante deste cenário a atuação da CPT junto à associação dos moradores é fundamental, pois tenta construir estratégias para a permanência destes na comunidade, seja por meio de cursos oferecidos junto a outras pastorais, seja em sua formação política como o estímulo a construção de grupos jovens para formação política e construção de alternativas que diminuam o êxodo jovem.

Neste sentido, o Grupo Jovem Zumbi dos Palmares surgiu com a participação em um projeto de residência, coordenado pela PJR, realizado entre 2012 e 2013. Ao voltarem de um encontro promovido em Recife, junto com a associação, a juventude decidiu se organizar enquanto grupo jovem, composto na ocasião por oito jovens com idade de 12 a 30 anos. Na ocasião eram feitas oficinas e rodas de diálogo entre os participantes, promovidos pela PJR e pela CPT, em parceria.

Em 2014 o grupo formado, em decorrência da participação dos jovens envolvidos no projeto de Residência Agrária, que sentiram necessidade de aumentar a participação da juventude da comunidade como fortalecimento do processo de resistência que ali estava sendo travado, decidiu convidar porta a porta os jovens da comunidade para conhecerem as atividades do grupo e do residência agrária. Assim o grupo conseguiu somar vinte e três jovens.

6.1.10 Residência Agrária: Educomunicação e Agroecologia

Dada a necessidade da CPT em oferecer uma educação mais contextualizada para os jovens do campo, a partir de uma chamada do MDA/Incrá junto ao CNPq e em parceria com o LEPEC/UFPE foi iniciado em 2014 o Residência Agrária com jovens 46 jovens entre 15 e 29 de comunidade camponesas, assentados e quilombolas de Pernambuco, sendo oferecidas bolsas de estudo de R\$ 400,00 para os estudantes que haviam concluído o Ensino Médio e de R\$ 250,00 para os estudantes que ainda estavam na escola.

A escolha das comunidades foi feita pela CPT e pelo LEPEC com a intenção de contemplar a maior diversidade do campo, através de comunidades que estavam em conflito na Zona da Mata, Agreste e Sertão do estado. As atividades eram pensadas de maneira a integrar as realidades vivenciadas por estes jovens em seus contextos e, a partir da interação, fomentar o engajamento político destes. A metodologia pensada consistia em encontros mensais, chamados de Tempo-Comunidade (foto 16), e bimestrais chamados de Tempo-Escola realizados em pontos estratégicos onde fosse possível reunir jovens de comunidades mais próximas. Além destes encontros, também eram realizados os “Encontrões da Juventude Camponesa” que aconteciam em uma comunidade e todos/as residentes participavam.

Ao conhecerem realidades parecidas com a que vivenciavam na comunidade a juventude de Barra do Dia, passou a compreender o sentido político do grupo jovem e a importância de sua atuação na comunidade. É notório nas falas a importância da participação no projeto e como isso alterou a percepção destes jovens em relação ao conflito que viviam e a realidade no campo. Ao serem perguntados sobre o residência, as falas deixam clara a importância do projeto para a comunidade.

“Muitos mudaram sua cabeça depois do residência. Começaram a entender que o conflito também dizia respeito a eles, era a luta deles pelo que era seu, por autonomia. A gente aprendeu várias formas de resistência e aprendeu que o lugar da gente é no campo, que no campo não é lugar de jovem ter medo de tá. É querer tá (...) antes, a ideia do jovem quando terminasse os estudo era sair da comunidade, arrumar um emprego fora e não viver da agricultura por eles achavam que não tinha futuro, que não dava pra sobreviver.” E.M.S. 18 anos

“O residência não só mudou minha cabeça, como me ensinou a ser responsável e a fazer coisas que eu não pensava que pudesse fazer. Como coordenar um grupo. Eu achei que não tinha essa autonomia de fazer. Me envolvi nas coisas da comunidade.” E.M. 25 anos

“Oa, sendo sincero, no começo eu não tava nem aí. Só ia por que tinha o pessoal diferente, por que era novidade. Não prestava atenção em nada. Ai com o tempo, os professores foram conversando, o pessoal dos outros canto foi contando o que viviam lá e a gente começou a achar tudo parecido e se interessar. Aí comecei a ler mais, a falar nos encontros... mudei demais minha cabeça.” E.S.

“Mudou muito minha cabeça. Antes do residência eu queria sair daqui. **Eu pensava que o engenho não tinha futuro não.** Eu queria ir pra Caruaru, minha família trabalha lá em fabrico, na indústria. Eu não gostava de roça não. Meu pai plantava as coisa... banana, macaxeira e eu ia ajudar por que era obrigado. **Agora eu quero ficar aqui. Nasci aqui e quero morrer** aqui. Agora meu pai ficou doente, eu assumi o roçado. O residência influenciou e muito essa minha cabeça.” J. S. 19 anos.

“Antes, que nem eu já te falei, eu não me envolvia com nada. Não queria saber da comunidade, não entendia nada de conflito (...) mas a partir do residência eu comecei a entender o que é conflito, saber como a comunidade funcionava e passei a entender qual era minha função aqui na comunidade. Entendi que devia me envolver mais com a comunidade, me envolver na luta, fazer com que nossa luta fosse vista e reconhecida.” E.M.

“Eu achei bom participar. Mudou e muito minha cabeça. Por exemplo: **Terra é mercadoria ou não?! Pra gente não.** Essa visão eu não tinha antes, a gente começou a ver a terra de outro jeito, a vida da gente aqui de outro jeito. Oxe, antes eu queria ficar aqui não! Hoje eu quero ficar aqui. E incentivei também meus irmãos a ir plantar. Meus quatro irmãos vão também. Agora aqui **eu quero encher a parcela todinha.**” E.F. 19 anos

Foto 16 – Tempo-Comunidade realizado em Barra do Dia



Fonte:
Anamari
a
Medeiros
, 2016.

A fim de que os jovens da comunidade continuem atuando na mesma, a CPT também tem incentivado a participação de alguns jovens da comunidade a participarem do curso Técnico em Agroecologia no SERTA.³⁸ “É um curso que tá complementando o residência, vai ajudar a gente a melhorar nossas parcelas e ajudar os demais moradores nas parcelas deles”. E.M.

³ ⁸ Serviço de Tecnologia Alternativa - oferece ensino formal e informal com agricultores/as, jovens, mulheres, crianças e adolescentes a fim de dar subsídios para a manutenção dos sujeitos no campo. Mais informações em: <http://www.serta.org.br>

6.1.11 Horta Jovem

Após a participação no Residência Agrária surgiu como motivação a implementação de uma horta comunitária da juventude, a fim de que os produtos fossem comercializados na feira da economia solidária. No início da mobilização, 21 jovens demonstraram interesse. A associação doou um pedaço de terra da área comunitária e os jovens começaram a preparar o terreno para plantar hortaliças, porém a prefeitura demorou a entregar as sementes e o material necessário para iniciar o plantio e o grupo foi desmobilizado.

“Quando eu comecei a trabalhar na horta jovem, eu virei coordenador. A gente tenta. Agora só tem 10 jovens participando, assim, que disse que tá, né? Mas o pessoal se desmotivou. Não quer participar. A gente plantou coentro lá. Limpou todo mundo e plantou coentro. Aí quem tá indo mais é eu, ela e mais dois.” E.S. 21 anos

Atualmente somente 4 jovens têm tentado dar continuidade a horta (foto 17) com produção de coentro, visto que a Secretária de Agricultura demonstrou interesse em incluir a produção para o PNAE, no entanto, com o período de chuvas fortes a produção teve a quantidade e qualidade comprometidas.

Foto 17 – Produção de Coentro na Horta Jovem



Fonte: Anamaria Medeiros, 2016.

No período em que o residência agrária ainda não havia sido encerrado o grupo jovem, como era mobilizado nos encontros, estava mais atuante. Se reuniam mensalmente e realizavam atividades de melhoria na comunidade, buscaram documentar a história de Barra do Dia através dos relatos dos moradores mais antigos, participavam mais ativamente das reuniões com os moradores e promoviam atividades que ajudassem na permanência dos jovens na comunidade.

É importante salientar a importância da atuação da juventude na comunidade, pois a partir da sua organização e ações diretas, vão se legitimando enquanto sujeito político na construção e na defesa do território em que vivem, tornam visíveis suas demandas e começam a construir estratégias de enfrentamento ao êxodo rural, antes visto quase que como um determinismo. “A juventude vem se autoafirmando como sujeito político no processo de construção do projeto contra-hegemônico em defesa do território camponês.” (CASTRO, 2009).

“Eu queria ir embora do engenho, depois que eu comecei a fazer esse curso, eu achei bom. Tô ajudando meu pai lá na parcela. Tô plantando verdura, roça... Vai começar a vender agora. Esse mês agora eu ia embora pra Santa Catarina, por que eu fui em 2014, voltei pra cá, já tava certo de voltar pra lá trabalhar na empresa de peixe por que meu irmão tá lá, ai foi quando começou o residência e **eu não quero mais ir. Quero ficar aqui.**” E.S. 21 anos.

6.1.12 Educação de Jovens e Adultos

Em junho de 2017, tivemos o prazer de acompanhar o início das aulas de EJA (figura 18) que estão sendo oferecidas para os agricultores e agricultoras da comunidade. A iniciativa partiu de duas jovens da comunidade que possuem magistério e integram o grupo jovem, que ao perceberem a dificuldade de muitos até para assinar o nome, sentiram a necessidade de colocar a proposta em uma reunião da associação, e, percebendo o interesse dos moradores, procuraram também a Secretaria de Educação de Palmares junto com a CPT para implementar a turma, conseguir o acesso à escola e o material necessário para iniciar as atividades.

Antes dessa turma de EJA, a comunidade já havia iniciado outras vezes a alfabetização de adultos, mas as aulas nunca continuavam por que só poderiam ser ofertadas no período da noite e por vezes os professores contratados para ensinar não eram moradores da comunidade e como o acesso é difícil e nem sempre havia transporte para estas pessoas, acabava ficando inviável a continuidade.

A turma até o momento tem 12 alunos e acompanhamos a vontade das professoras em ensiná-los, pois foram a casa de cada um dos inscritos lembrar o dia da aula começar. A Secretaria de Educação disse que poderia disponibilizar apenas o material e que o pagamento das professoras e a merenda não seria possível por que não foi realizado concurso para a modalidade e não havia recursos disponíveis para pagamento por outro meio, sendo assim as professoras estão trabalhando voluntariamente. “Por amor à profissão e por querer ajudar eles de alguma forma, né?” E.M.

Como as aulas foram iniciadas no período de fortes chuvas na comunidade, a locomoção entre as estradas fica pior do que o normal, desta forma a maioria dos moradores andam de botas ou descalços. Na ocasião presenciamos a professora indo ao seu primeiro dia de aula descalça e com os pés sujos de lama. Aos poucos os agricultores e agricultoras timidamente chegavam, alguns também descalços. Essa foi uma das partes mais estarrecedoras e emocionantes da pesquisa de campo: ter a oportunidade de compreender a necessidade e a vontade de aprender destas pessoas que mesmo cansadas do trabalho no roçado, retiraram um pouco do seu tempo para aprender.

Os alunos têm entre 28 e 57 anos, alguns fizeram as primeiras séries de ensino, outros pararam quando era necessário sair do engenho para estudar e a maioria só sabe escrever o nome, que aprendeu pela necessidade de, às vezes, assinar algo.

Foto 18 – Primeiro dia de aula da Turma de Educação de Jovens e Adultos



Fonte: Anamaria Medeiros, 2017.

“Eu tenho o desejo de aprender a entender as letra, sabe? Eu sei assinar meu nome, mas se você butar as letras em outro lugar preu dizer, eu não sei lhe dizer não. Sei que tem uma bola, com um traço pra cima ou pra baixo, sei que tem um ponto. Eu sei a imagem da letra, mas não entendo ela. Eu quero é entender.” P. F.

“Vou mentir pra tu não, eu tenho paciência não. As letras tudo miudinha. Eu ia pra escola, mas não tinha paciência. As vezes tava cansado. Oxe, o dia todinho lutando na cana eu ia pegar em livro depois?!” F.S.

“Eu fui pra rua estudar tantas vez que nem sei mais em que série eu parei. Eu começava, parava. Aí depois eu casei, tive filho, ainda tentei ir, mas não deu mais não. As escolas tudo em Palmares, eu tendo coisa pra fazer em casa.. Aí tudo que não pratica, você se esquece né?” A.L.

“Eu sei as letra do alfabeto. Assim, não sei de cabeça não. Sei a ordem de cabeça, mas como elas são eu só sei fazer olhando. Agora vai ser bom, o povo tudo junto vai um ajudar o outro a aprender.” T.S.

Oferecer a estes sujeitos e sujeitas a chance de estudar e aprender, diante do contexto colocado, é também mecanismo de resistência. O fato de estarem aprendendo com alguém da comunidade facilita o processo ensino-aprendizagem pois os vínculos de confiança já estão estabelecidos em outros espaços e nos oferece subsídios para reafirmar que a permanência dos jovens no campo aparece como uma nova perspectiva no sentido de melhorias para a comunidade. São os jovens, que tiveram a chance de prosseguir estudando, que agora tentam dar para os adultos o direito que lhes foi tirado pelo contexto em que viviam e o fazem sem os subsídios necessários do Estado posto que acesso a educação é direito básico dos cidadãos.

6.1.13 “Eu não tenho vontade de sair daqui não”

“Oxe! Aqui é muito melhor! **Eu não tenho vontade de sair daqui não.** Quando o negócio ficou brabo, eu saí, tive que sair, os menino tudo passando necessidade.. Fui trabalhar na construção lá no Recife. Você trabalha mais que aqui no roçado e não é seu. No final você tá cansado e nada é seu. Aqui não, acordo cedo, vou pro meu roçado, cuido das plantação por lá por cima e volto pra casa. E eu sei que é meu. Se o coentro der, é meu. Se a banana der, é minha. Se faltar dinheiro eu vou ali tiro uma jaca do pé e encho minha barriga... Tas entendendo? Aqui é muito bom.”

Os tópicos apresentados nos dão base para analisar e compreender como os camponeses e camponesas se articulam e fomentado estratégias diversas para não serem expulsos de sua terra, pautados numa lógica diferente a lógica capitalista. Fabrini (2007) coloca que o processo de construção da resistência, a partir de forças locais, gera um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro, etc.

Nesse sentido a participação da Comissão Pastoral da Terra na mediação do conflito, orientação e acompanhamento junto aos moradores de Barra do Dia se coloca como fundamental para a manutenção destas pessoas em seu território. Esta ação se manifesta desde as denúncias quanto a improdutividade das terras feitas ao Ministério Público e ao Incra, tanto na orientação nos trâmites jurídicos diante da acusação de invasão de propriedade, como na organização política dos envolvidos a partir da associação de moradores. Agora, com o conflito “amenizado”, percebemos que o acompanhamento dado à comunidade movimenta os grupos que surgiram pós-associação, aprimorando e fortalecendo os mecanismos de resistência destes, pois as ações comunitárias podem ser potencializadas em ações coletivas, garantindo a reprodução camponesa.

A Associação de Moradores de Barra do Dia e Viola, neste contexto, também é primordial para o fortalecimento da resistência posto que, através dela, os sujeitos e sujeitas

envolvidos ampliaram o entendimento do processo produtivo, autonomia, fortaleceram as relações comunitárias, coletivas e de vizinhança. O grupo de mulheres, a organização e atuação dos jovens na comunidade, o pré-parcelamento e as ações pensadas para o fortalecimento e autonomia são resumidos na assertiva de Martins (2002, p. 75) compreendendo que “a consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários.”

Também aparece enquanto resistência, a produção realizada na comunidade, priorizando a diversidade de cultivos e uma modificação no padrão agrícola difundido pela agricultura convencional. Os conhecimentos e técnicas tem sido elaborados e difundidos em sua maior parte pelos próprios camponeses. Ao organizarem a produção a partir da mão de obra familiar, controlam o processo produtivo. As redes de comercialização estabelecidas garantem a autonomia e a quebra do ciclo de dependência da cultura da cana-de-açúcar, visto que ao garantirem locais para a comercialização de sua produção, garantem retorno financeiro e conseguem se desenvolver de forma mais eficiente que vendendo sua força de trabalho às usinas.

Assim, reconhecemos a capacidade de resistência – à expulsão de suas terras, à subordinação a economia sucroalcooleira, ao monocultivo e ao latifúndio - destes sujeitos e sujeitas, de maneira autônoma, construindo mecanismos a partir das demandas coletivas da comunidade diante do conflito e do ambiente hostil que vivenciam, com a finalidade de garantir a reprodução do seu modo de vida.

6.2 Dos entraves à resistência na comunidade estudada

Como toda comunidade que está galgando seu processo de luta pela terra, construindo e aprendendo alternativas para o efetivo acesso e a permanência na mesma, Barra do Dia também demonstra aspectos que são compreendidos por nós como entraves na efetivação da resistência da comunidade.

A demora no processo de desapropriação por parte do Incra e o poder que os latifundiários têm no município foram percebidos por nós como o mais gritante na desmobilização dos sujeitos. O fato da luta ser travada com um ex-prefeito da cidade, “dono” de muitas terras, com vínculos fortes e grande poder político e econômico local muitas vezes desmotiva os camponeses e camponesas a permanecerem no local. “Eu tô tentando enquanto

tem gente junto, se o povo parar, eu paro também. A corda sempre tora do lado mais fraco.”
M.R.

O pré-parcelamento, visto por muitos com um passo grande em direção ao documento da terra, como foi feito de maneira não-oficial e ainda não reconhecido pelo Incra, por vezes é colocado como um meio apenas de organizar a produção. A maioria dos entrevistados enxerga como positiva a ação, porém oscila entre querer desenvolver a produção e temer perder o que investiu nas parcelas, visto que o Incra não tem feito a reforma agrária como deveria.

Apesar das tentativas da associação de mediação dos conflitos também entre os moradores, “a lista” que mencionamos no capítulo anterior tem causado desconforto e provocado embate entre alguns dos moradores. Apesar de não representar a maioria, há falta de acordo nesta questão entre os moradores pois alguns acreditam que ao aceitarem o acordo os moradores estão entregando suas terras ao usineiro.

“Agora eu acho que o pouco que ficou sem receber não adianta não. Ficou umas dez pessoas sem receber, tu acha que se ele chegar pra pegar a terra não vai passar por cima desses dez não? Vai sim. Ou então a gente vai ficar só numa casinha dessa e os boi dele coçando as gaia na casa da gente, porque a gente não pode bater uma estaca pra proteger a casa. Vai ficar as casa toda aqui cai mais num cai” S.H.

“Ninguém aqui gosta da gente não. Eu tenho 50 mil conto na mão dele lá. Você assina? Eu assino não. Agora aqui ninguém aqui é enganado não por que eu chego e falo a verdade.” A.F.

A forte relação com a cana-de-açúcar associada a não oficialidade do pré-parcelamento, aparece como entrave ao desenvolvimento de outras culturas por parte de alguns moradores e alguns tendem a procurar emprego no corte em outros engenhos ou, quando decidem trabalhar a parcela, pensam em continuar com a plantação da cana-de-açúcar para, em caso de perda da terra, ter menores prejuízos.

“O problema é que o pessoal aqui é muito focado na cana, o negócio é que o pessoal aqui ainda não viu. A associação já tentou mostrar que cana não vale mais, não dá dinheiro pra ninguém, só pra quem é grande produtor. Aí pensa em plantar cana mas na hora de moer fica o dinheiro preso nas usinas, 5 mil reais, 7 mil reais pra receber e ninguém paga. Essa é a questão.” A.F.

“Tem uns que tem medo de perder a parcela ou vê Beto rico e acha que cana dá dinheiro pra agricultor, mesmo a gente mostrando, fazendo oficina, palestra, teima. Aí eu não posso obrigar a fazer o que não quer, né?” M.J.S.

A ausência da prefeitura na garantia dos direitos mínimos e básicos na comunidade também desmobiliza a vontade de permanecer na terra. Desde a falta de saneamento básico e iluminação pública até a precariedade no acesso a serviços de saúde, educação, cultura e transporte.

“A gente precisa de um trator, uma retroescavadeira pra comunidade. Pra ajeitar a estrada. Aquilo ali precisa de uma organização pra tipo assim “Essa máquina vai passar tantos dias em tal engenho, tando dias em outro” a prefeitura é muito desorganizada nesse ponto” J.J.S.

“Eu não queria ir simhora não. Eu não quero. Mas as vezes a gente fica pensando assim... é luta demais né? Tudo pra engenho é mais difícil, uma luz o povo não bota, a estrada é desse jeito que você tá vendo aí. Não tem posto de saúde.. Por mais que a gente diga, reclame, peça, esse povo só tem olho pra quem tem dinheiro. Isso me deixa muito triste.” C.S.

A pouca assistência técnica é obstáculo não só para a transição agroecológica dos que ainda utilizam veneno em suas propriedades enfraquecendo o desenvolvimento de uma agricultura de base sustentável e a ampliação das redes de comercialização como também para o suporte em relação aos agricultores que já produzem de maneira orgânica e precisam de soluções práticas para problemas com solo, manejo das espécies e combate de pragas, que não tendo orientação, acabam por resolver as questões por métodos convencionais, vivenciados no trabalho com a monocultura de cana-de-açúcar.

Destarte entendemos que os mecanismos de resistência se dão dentro de um processo. Não é condição dada, não é um molde a ser seguido. Vão sendo construídos a partir das especificidades de cada lugar e que, dentro desse contexto, os entraves aparecem também como mola propulsora de outras estratégias. Se o Incra não realiza a desapropriação, faz-se o pré-parcelamento não oficial; se não há assistência técnica suficiente, nas reuniões da associação os agricultores e agricultoras tentam se ajudar com base nos seus saberes; se não há água encanada na comunidade, ela se organiza e coloca sem precisar da prefeitura, etc.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo implementado pelo capitalismo e apoiado pelo Estado no campo brasileiro é gerador de inúmeras desigualdades. Dentro deste contexto, a Zona da Mata pernambucana torna-se Zona da Cana, baseando o seu “desenvolvimento” político, econômico e social na monocultura da cana-de-açúcar e no poder das oligarquias latifundiárias locais, atuando de forma violenta na exploração e expropriação dos sujeitos e sujeitas de dentro deste processo.

O setor sucroalcooleiro, ao impor sua territorialidade, gera tensões e conflitos com as comunidades locais, que, ao se verem espremidas pelo “mar de cana” e expropriadas dos seus locais, entram em disputa pela reprodução de seu modo de vida.

A construção do território apropriado pelo campesinato está imbricada na luta, visto que a propriedade privada capitalista da terra está totalmente ligada ao poder, tanto econômico, quanto político firmado historicamente pelas oligarquias latifundiárias locais. Os “donos” de terra são quase sempre figuras políticas ou com fortes relações com os políticos locais e quase sempre representam a parcela mais rica e poderosa da sociedade local. Esse cenário garante desde os primórdios da construção dessa região amplos benefícios a esta classe.

A propriedade privada capitalista da terra é o mecanismo usado pelos proprietários para acumulação de riquezas, posto que a terra é indicativo de aumento dos seus lucros. Em contrapartida os camponeses e camponesas materializam na terra a reprodução da vida, a apropriação do trabalho de base familiar e, a partir disto, resistem contra o processo de exclusão causado pelos proprietários de terra. São, portanto, interesses e territorialidades distintas que entram em disputa pelo mesmo território.

As terras foram e continuamente estão sendo incorporadas ao processo produtivo do meio rural na lógica de desenvolvimento e avanço do capitalismo no campo, ficando a questão agrária inteligível, aliada a não realização de políticas públicas e de reforma agrária, demonstrando existir um problema estrutural entre campesinato e poder hegemônico. Desta forma ao passo que cresce a exploração e expropriação destes sujeitos e sujeitas, também amplia-se os mecanismos de resistência.

No Brasil, o capital tem uma excepcionalidade pois sua atuação é dada numa tríade: capital – trabalho – propriedade privada da terra e esta última é estruturada sem necessariamente produzir, o que enriquece o seu “proprietário”, destacando que a maioria dos

títulos de terra no Brasil são ilegais, caracterizando a terra como base de acumulação de riqueza, sendo transformada em mercadoria.

No tocante a luta pela terra, o Estado, enquanto mediador de conflitos, acaba por atuar em favorecimento às classes dominantes visto que a lógica imposta pelo capitalismo encontra-se em consonância com o projeto de desenvolvimento por ele pautado. O perdão de dívidas dos usineiros, a manutenção da estrutura fundiária desigual, o não cumprimento da legislação no tocante à função social da terra e o descaso para com as comunidades, é recorrência em todo o país. Assim, através do caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo, ao passo que a concentração fundiária permanece, também são (re)criadas as relações não-capitalistas de produção. Para Marques (2002, p. 6) a luta pela terra constitui-se em mais um “capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa.”

Outro fator importante a ser somado à estrutura fundiária concentrada diz respeito à não realização efetiva e ampla da reforma agrária que não vem sendo colocada como pauta real de nenhuma gestão que até agora assumiu o país. O Estado dialoga com a lógica do capital e esta diverge da lógica camponesa. Assim, fazer cumprir-se a legislação e a constituição no que tange à posse da terra no país, implica desapropriar o capital de “suas” terras.

Diante das tensões geradas pela disputa do território e das territorialidades, apresentamos o conflito existente entre os camponeses posseiros do Engenho Barra do Dia com o latifundiário, proprietário da Usina Vitória e, a partir disto, as estratégias desenvolvidas por estes sujeitos para não serem expulsos de suas terras. Buscamos na construção do trabalho situar o conflito existente no local dentro da lógica de desenvolvimento capitalista pautado para o campo em escala mais ampla, demonstrando que apesar de estarmos direcionando o foco da pesquisa para uma comunidade na Zona da Mata Sul de Pernambuco, o contexto em que estão inseridos se dá numa perspectiva maior.

Pensando o conflito e os mecanismos de resistência expostos no trabalho (e não só no trabalho) consideramos primordial levantar alguns pontos para que sejam dadas a estas pessoas ferramentas reais para sua segurança, autonomia e desenvolvimento: 1. A realização efetiva da fiscalização da estrutura fundiária da região, desapropriando as terras que não cumprem sua função social e as destinando para reforma agrária, dando acesso a estes sujeitos e sujeitas à políticas públicas para os assentamentos; 2. A arrecadação das terras provenientes

das dívidas das usinas para com o estado, direcionando-as para assentar os trabalhadores e trabalhadoras rurais que não receberam as devidas indenizações. 3. Impulsionar a expansão da agricultura familiar de base camponesa garantindo-lhes soberania alimentar e conexão com as redes de comercialização, base para sua autonomia; 4. Assegurar os investimentos em ATER, dando suporte a produção de qualidade nas comunidades; 5. Garantir a implementação do PNAE de forma efetiva, estimulando e garantindo o escoamento da produção.

Cientes de que aqui não se esgotarão as necessidades, nem a amplitude da luta dos camponeses e das camponesas, buscamos no trabalho expor os mecanismos utilizados para permanecer na terra de apenas uma comunidade dentre tantas outras na Zona da Mata pernambucana que luta não só pela terra, como pela manutenção e reprodução do seu modo de vida e que, diante do contexto experienciado, permanecem lutando, mesmo diante de todas as adversidades impostas.

A presença do campesinato e das disputas que ele trava com o capital deixam claro que estes não são resíduos a serem retirados das relações capitalistas na agricultura, nem desapareceram enquanto classe. “Faz escuro mas eu canto”, é a materialidade da resistência presente nos povos do campo, que diante do cenário desfavorável continuam com a enxada e a coragem a lutar pela terra que lhes pertence por direito. Sem romantizar a situação, sabemos que muito ainda tem que ser feito e, enquanto representação da Academia, nos dispomos e propomos a lutar nas esferas que nos são cabíveis para contribuir na denúncia e modificação do que aqui foi exposto.

Por fim, esperamos que nas próximas pesquisas mais uma etapa dessa luta seja vencida e que o Engenho Barra do Dia tenha se tornado Assentamento Barra do Dia, como é a vontade e a urgência dos camponeses e camponesas com quem conversamos ao longo da pesquisa e fica clara na resposta que nos foi dada por um destes quando perguntado por que permanece na luta:

“Olhe, minha filha... Aquele pé de planta que você tá vendo ali, foi meu pai que plantou. Essa casa aqui que você tá dentro era dele também, meus cinco menino tudo eu criei aqui, debaixo desse teto, mexendo com terra. Eu nasci e cresci aqui. Desde que me entendo por gente isso é o que eu tenho, é o que sou. Como é que eu vou deixar pra lá, ajuntar minhas coisa e ir simhora? Pra onde? Viver de quê? **Você já viu tirar um peixe da água e esperar que ele nade, fique vivo?** Não, né? Depois pronto.” J.S.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992.
- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese de Doutorado em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- ALVES, F. **Por que morrem os cortadores de cana?** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Atlas, 1980, 304 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Espaço e Tempo na Agroindústria Canavieira de Pernambuco**. Estudos Avançados, 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do Sistema Canavieiro**, Recife, SUDENE – PSU – SRE, 1988.
- BRASIL, Congresso Nacional. Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964. Dispões sobre o Estatuto de Terras e dá outras providências. Brasília: 1964.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002.
- Cardoso, Fernando Henrique. Prefácio. In Graziano Neto, Francisco. **A Tragédia da Terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil**. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.
- CASTRO, E. G. et al. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Edur; Mauad X, 2009.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957
- CHAYANOV, A. **La Organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974
- COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A Questão Agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 324 p.

COSTEIRA NETO, Alfredo L. da Silveira. **Formas de remuneração do trabalho agrícola canavieiro**. João Pessoa, 1990. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro de Tecnologia. Universidade Federal da Paraíba.

DABAT, Chistine Rufino. **Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na Zona Canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2007, 800 p.

DELGADO, Guilherme Costa. **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2008.

DUNHAM, F. B. **Co-evolução da mudança tecnológica e institucional em sistemas de inovação: análise histórica da indústria de álcool combustível no Brasil**. Tese (Doutorado) – Escola de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FABRINI, João Edimilson. **A escala da luta e resistência camponesa**. Geosul, v.21, n42, 2006

FELICIANO, Carlos Alberto. **Estado, Apropriação e concentração de terra e poder: da propriedade como direito natural ao questionamento da função social da terra** In: A Questão Agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. Marco Antonio Mitidiero Junior; Maria Franco Garcia; Pedro Costa Guedes Viana (Org.) - 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. In: Revista Cultura e Vozes, número 1, ano 93. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edimilson (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, ano 8, n.6. Janeiro/Junho de 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: espacialização e territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. **Que Reforma Agrária ?** In A Questão Agrária na Virada do Século. Vol. II – Mesas Redondas. XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil.**

GALETTA, E.C.K. (2011). **Evolução do associativismo e do cooperativismo no Estado de São Paulo e a contribuição da CATI na organização rural.** Casa da Agricultura, ano 14, nº 1, p. 11-14.

GARCIA JR, A. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. (Estudos sobre o Nordeste, 8).

GEHLEN, Vitoria Regia Fernandes (Coordenadora) / Resultados de pesquisa - Observatório do Desenvolvimento: **Monitoramento e avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco, 2015**

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In SANTOS, Milton; BECKER, K.Bertha [et.al] **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o Capitalismo.** Trad. Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Campesino a Campesino: voces de Latinoamérica - movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable.** Trad. Leonor Hurtado et al. Managua (Nicarágua): SIMAS, 2008.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e luta pela terra numa área da Amazônia.** Coleção Sociologia Brasileira, v. 8. Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Vozes, 1978, 235 p.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária.** Porto: Portucalense, 1972

LÊNIN, V. L. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982

LIMA, Roberta Oliveira Trindade. **“As relações produtivas no campo e na indústria da cana-de-açúcar paraibana”** Dissertação. João Pessoa, 2009.

MACHADO, L. C. P; MACHADO FILHO, L. C. P. **A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAIA, Nayala de Souza Ferreira. **Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco: 1874 – 1904.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009, 160 p.

MARANHÃO, Silvio. **Estado e Planejamento Regional: A Experiência do Nordeste Brasileiro**. In: MARANHÃO, Silvio (Org). A Questão Nordeste. Estudos sobre Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A Atualidade do conceito de camponês**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O debate teórico acerca dos conceitos de agricultura familiar e campesinato**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Capítulo 2: Situações diferenciais de classe social. Operários e camponeses, p.49-117.

MARTINS, José de Souza. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A sujeição da renda terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária**. In: Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político . 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p.151 – 177.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEIRA, Roberta Barros. **Os novos aparelhos de fabricar açúcar: os engenhos centrais e o processo de modernização da agroindústria açucareira**. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 2008.

MIRALHA, Wagner. **Questão Agrária Brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista NERA, ano 9, n. 8 – Jan/Junho, 2006

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA: **A Questão Agrária na Segunda Fase Neoliberal do Brasil**. Janeiro de 2017 Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2017.pdf

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Governo Lula**. XIV Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografia_aagraria/04.pdf

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. Estudos avançados. Revista da USP, 1989.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo, Ed. Unesp, 2006.

- PESSOA, Dirceu. **Espaço rural e pobreza no Nordeste do Brasil**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de Territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói: 2006.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- RAFFESTIN, Claude. “O que é o território?”. In: **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993, pp. 143-158.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos Aurelio. **Por um Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2. Ed – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SEBRAE. **Cadeia Produtiva da Indústria Sucroalcooleira – Cenários Econômicos e Estudos Setoriais**. Recife, 2008.
- SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Geografia: conceitos e temas /organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. -15ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 11-16.
- WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós- Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), GT 17 – Processos sociais agrários, Caxambu (MG), 1996.
- Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato Brasileiro: uma história de resistência**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2015.
- Wilkinson, John. **O setor sucroalcooleiro brasileiro na atual conjuntura nacional e internacional**. ActionAid, 2015.

APÊNDICE A - SITES VISITADOS

HISTÓRIA DOS ENGENHOS DE PERNAMBUCO. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Disponível em: <www.basilio.fundaj.gov.br.html>. Acesso em: 10.jun.2016.

PLANALSUCAR ESTIMULOU ETANOL NO PAÍS. ESTADÃO. Disponível em: <www.economia.estadao.com.br/noticias/geral,planalsucar-estimulou-etanol-no-pais-imp-642599.html>. Acesso em 21.mar.2017.

NOTÍCIAS SOBRE A USINA SERRO AZUL. MINHA PALMARES. Disponível em: <www.minhapalmares.blogspot.com.br/2009/07/usina-serro-azul.html>. Acesso em: 15.jul.2017.

APRESENTAÇÃO USINA NORTE E SUL. Disponível em: <www.norteesul.com/acucar_e_bioenergia.htm>. Acesso em: 15. jul. 2017.

INSTITUTO DO AÇUCAR E ALCOOL DE PERNAMBUCO. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-do-acucar-e-do-alcool-iaa..html>. Acesso em 19. mar. 2017.

BASE DE DADOS DOS ESTADO DE PERNAMBUCO. CONDEPE. Disponível em: <www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=78583&folderId=18394117&name=DLFE-89615.pdf>. Acesso em: 1.abr.2017

DADOS DA PRODUÇÃO DE CANA NO BRASIL 2016. NOVA CANA. Disponível em: <www.novacana.com/cana/producao-cana-de-acucar-brasil-e-mundo.html>. Acesso em 21.mar.2017